



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE EDUCAÇÃO/CE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO: MESTRADO PROFISSIONAL EM
POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

ANGELITA GRENFELL QUIRINO DE OLIVEIRA

**ENSINO SUPERIOR, EXPANSÃO E EVASÃO: O CASO DO CURSO DE
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA (PRESENCIAL) DA UFPB – *CAMPUS I***

JOÃO PESSOA

2017

ANGELITA GRENFELL QUIRINO DE OLIVEIRA

**ENSINO SUPERIOR, EXPANSÃO E EVASÃO: O CASO DO CURSO DE
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA (PRESENCIAL) DA UFPB – *CAMPUS I***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior da Universidade Federal da Paraíba – MPPGAV, como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Superior, na Linha de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria da Salete Barboza de Farias.

JOÃO PESSOA
2017

Catálogo na Publicação
Seção de Catalogação e Classificação

- O48e Oliveira, Angelita Grenfell Quirino de.
 Ensino superior, expansão e evasão: o caso do curso de
 licenciatura em pedagogia (presencial) da UFPB – campos I
 /Angelita Grenfell Quirino de Oliveira. - João Pessoa, 2017.
 119 f. : il.
- Orientador: Maria da Salete Barbosa de Farias.
 Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE
1. Educação. 2. Ensino superior. 3. Evasão discente -
 Licenciatura em pedagogia. 4. Pedagogia – modalidade presencial.
 I. Título.

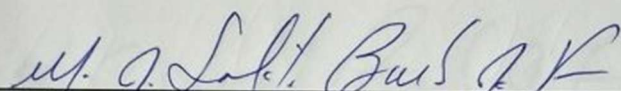
UFPB/BC

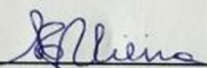
ANGELITA GRENFELL QUIRINO DE OLIVEIRA

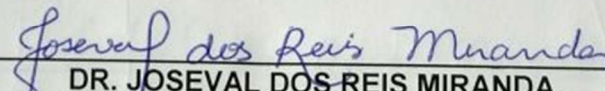
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba/MPPGAV, Linha de Pesquisa: Políticas Públicas de Gestão e Avaliação, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

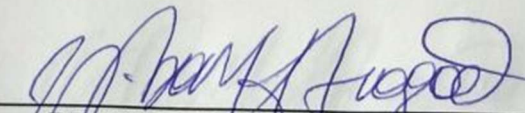
Dissertação aprovada em, 13 de dezembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA:


DR^a. MARIA DA SALETE BARBOZA DE FARIAS
Presidente/Orientadora – MPPGAV/CE/UFPB


DR^a. MARIA DAS GRAÇAS GONCALVES VIEIRA GUERRA
Titular Interno- MPPGAV/CE/UFPB


DR. JOSEVAL DOS REIS MIRANDA
Titular Externo- PROFLETRAS/CCAUE/UFPB


DR. WILSON HONORATO ARAGÃO
Titular Externo- MPPGAV/CE/UFPB

Dedico a Deus Todo Poderoso, por ter me concedido a vitória. Aos meus amores, Markisa, Patrícia Gêmily, Giuseppe Kiev e Beatriz pelo apoio, incentivo, dedicação e compreensão sem limites.

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento vai para “**Deus**” o Todo Poderoso, seu filho “**Jesus Cristo**” e ao “**Espírito Santo**” que merecem toda honra, toda a glória e todo poder.

Aos meus pais (in memoriam) Efigênia e George, por me conceber a vida, pelo exemplo do amor, dedicação e luta para a educação da nossa família.

Aos meus amores Markisa, Patrícia Gêmily, Giuseppe e Beatriz, por todo o apoio, companheirismo e existência em minha vida.

Aos meus irmãos e irmãs, pelo apoio incondicional, pela força e pelo incentivo.

Prof^a. Dr^a. Maria da Salete Barboza de Farias, minha orientadora, por sua atenção, humildade, compreensão, incentivo, profissionalismo, acolhimento e confiança depositada.

A todos (as) os (as) professores (as) do curso, que foram tão importantes na minha vida acadêmica e para o desenvolvimento desta dissertação.

Aos (às) estudantes que participaram da pesquisa, pela colaboração e paciência em responder os questionários em tempo hábil, porque, sem a sua colaboração, nosso trabalho se tornaria inviável.

Aos meus amigos Rosário, Edseuda e Germano, companheiros de trabalho e do Mestrado, pela dedicação em apoio, atenção, preocupação e cumplicidade.

A todos os amigos que trilharam comigo no Mestrado, com alegria, perseverança, fé e palavras de incentivos.

A secretária Rosilene e aos coordenadores e colegas do Mestrado do MPPGAV, pelo apoio, compreensão e auxílio durante esta caminhada.

Aos amigos da Coordenação do curso de Pedagogia da UFPB, em especial ao secretário Gilvan, que colaborou e confiou em mim, e por todos que sempre torceram pelo meu êxito neste trabalho.

À UFPB, que me possibilitou o acesso à fonte de todos os dados necessários, pela oportunidade da realização do estudo e por acreditar no desenvolvimento das pessoas.

A todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desse trabalho.

A sabedoria é muitas vezes mais útil aos outros do que àquele que a possui.

Eclesiastes:

RESUMO

A evasão discente tem sido um dos problemas recorrente no contexto educacional, provocando consequências individuais e sociais. Para compreender tal problemática, esta pesquisa tem por objetivo analisar a evasão no curso de Licenciatura em Pedagogia, na modalidade presencial, da Universidade Federal da Paraíba – PB, no período de 2010 a 2015. Buscamos apoio teórico nas contribuições de pesquisadores sobre a temática, a exemplo de Gomes (1998), Alain Coulon (2008), Adachi (2009), Polidoro (2000), Fialho (2014) e Silva (2017). A metodologia utilizada está inserida prioritariamente na abordagem qualitativa do tipo estudo de caso de caráter descritivo e analítico, na busca de responder quais os principais fatores que provocam a evasão de alunos no curso superior de Licenciatura em Pedagogia, na modalidade presencial, da UFPB. A coleta de dados foi realizada por meio de questionários semiabertos enviados via *online* aos *e-mails* dos alunos evadidos e por meio de entrevistas realizadas como forma de complementar e/ou esclarecer informações. As análises dos dados indicaram como principais causas para evasão no curso pesquisado, fatores de ordem interna e externa (BIAZUS, 2004). De acordo com o resultado os fatores internos a instituição, estão relacionados a problemas com professor e disciplinas, infraestrutura inadequada e falta de suporte acadêmico. Os fatores externos a instituição, estão relacionados com nova perspectiva profissional, falta de identificação com o curso, dificuldade de acesso, falta de tempo, falta de recursos financeiros, problemas familiares, dentre outros. Entendemos que estes fatores de um lado exigem uma nova postura institucional e do outro uma conjuntura econômica e social que sejam favoráveis às necessidades dos indivíduos possibilitando-os a uma permanência com sucesso, portanto, assegurando a não evasão dos discentes.

Palavras-chave: Ensino Superior; Evasão Discente; Licenciatura em Pedagogia/UFPB.

RESUMEN

El desistimiento en la escuela ha sido uno de los problemas recurrentes en el contexto educativo, provocando consecuencias individuales y sociales. Para comprender dicha problemática, esta investigación pretende analizar el escape en el curso de grado en pedagogía, en el modo cara a cara, del Federal Universidad de Paraíba-PB, para el período 2010-2015. Buscamos apoyar los aportes teóricos de los investigadores sobre el tema, como García (1998), Alain Coulon (2008), Adachi (2009), Polidoro (2000), Fialho (2014) y Silva (2017). La metodología utilizada se encuentra principalmente en el tipo de estudio de caso cualitativo de carácter descriptivo y analítico, en la búsqueda de responder Cuáles son los principales factores que causan el escape de los estudiantes de posgrado en pedagogía, en persona, la UFPB. Los datos fueron recogidos a través de cuestionarios enviados a los correos electrónicos a través de las tapas en línea medio cerrado de desertores y estudiantes a través de entrevistas como una forma de complementar o aclarar la información. El análisis de los datos indican como principales causas de la evasión del curso factores investigados, internos y externos (BIAZUS, 2004). Según el resultado de factores internos, están relacionados con problemas con la maestra y temas, infraestructura inadecuada y falta de apoyo académico. Externos factores de la institución, están relacionados con la nueva perspectiva profesional, falta de identificación con el curso, dificultad de acceso, falta de tiempo, falta de tiempo, falta de recursos financieros, problemas familiares, entre otros. Creemos que estos factores por otra parte requieren una nueva postura institucional y el otro un medio ambiente económico y social necesita de individuos lo que les permite permanecer con éxito, así garantizar la no vulneración de los estudiantes.

Palabras clave: Educación; Escuela Desistimiento; Licenciado en pedagogía/UFPB.

LISTA DE FIGURA

Figura 01	Instrumento das causas da evasão – Modelo de Biazus	42
-----------	---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Cursos de Graduação Presenciais	31
Gráfico 02	Distribuição das matrículas de graduação acadêmica – Brasil (2014)	32
Gráfico 03	Tipo de escola frequentada antes de entrar na UFPB	68
Gráfico 04	Distribuição percentual da evasão por gênero	69
Gráfico 05	Faixa etária do aluno evadido	69
Gráfico 06	Estado Civil	70
Gráfico 07	Renda média familiar	71
Gráfico 08	Grau de instrução: mãe/pai	72
Gráfico 07	Opção do curso	73
Gráfico 10	Desempenho acadêmico antes de entrar na UFPB	74
Gráfico 11	Principais dificuldades relatadas ao ingressar no curso de Pedagogia da UFPB	75
Gráfico 12	Critérios para escolha do curso	76
Gráfico 13	Períodos do abandono do curso	77
Gráfico 14	Principais causas da evasão	90
Gráfico 15	Convergência nas respostas do questionário e entrevista	92
Gráfico 16	Dificuldades no período de permanência no curso	94
Gráfico 17	Apoios oferecidos pela UFPB	99

LISTA DE TABELA

Tabela 01	Política de acesso	67
-----------	--------------------------	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Índice de Evasão da UFPB (2007-2012)	18
Quadro 02	Indicadores de Evasão por Centro	19
Quadro 03	Estatísticas Gerais da Educação Superior – Brasil – 2014	30
Quadro 04	Possíveis causas de evasão escolar, na perspectiva de diversos autores (2014)	37
Quadro 05	Licenciatura em Pedagogia, maior número de matrículas de alunos (2014)	43
Quadro 06	Estatística Geral da Evasão no Curso de Licenciatura em Pedagogia no Brasil – Censo – 2015	44
Quadro 07	Índice de Evasão da UFPB (2007- 2012)	45
Quadro 08	Nº de Docentes e Técnicos do CE – Centro de Educação	51
Quadro 09	Configurando a Evasão no curso de Licenciatura em Pedagogia/UFPB, modalidade presencial, Campus I – período (2010 - 2015)	62
Quadro 10	Causas da Evasão do Curso de Licenciatura em Pedagogia ..	79
Quadro 11	Sugestões apontadas pelos respondentes do questionário para diminuir a evasão	100

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ABRUEM	Associação Brasileira de Universidades Estaduais e Municipais
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CBIOTEC	Centro de Biotecnologia
CCBS	Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
CCEN	Ciências Exatas e da Natureza
CH	Centro de Humanidades
CCA	Centro de Ciências Agrárias
CCAE	Centro de Ciências Aplicadas e Educação
CCHLA	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
CCJ	Centro de Ciências Jurídicas
CCJS	Centro de Ciências Jurídicas e Sociais
CCTA	Centro de Comunicação, Turismo e Artes
CCM	Centro de Ciências Médicas
CCSA	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CCT	Centro de Ciências e Tecnologia
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CCTA	Centro de Comunicação, Turismo e Artes
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CE	Centro de Educação
CEAR	Centro de Energias Alternativas Renováveis
CFE	Conselho Federal de Educação
CFP	Centro de Formação de Professores
CH	Centro de Humanidades
CI	Centro de Informática
CNE	Conselho Nacional de Educação
CODESC	Coordenação de Escolaridade
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONSEPE	Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUNI	Conselho Universitário
COSUP	Coordenadoria de Supervisão das Unidades Municipais de Educação

CSTR	Centro de Saúde e Tecnologia Rural
CT	Centro de Tecnologia
DCR	Departamento de Ciências das Religiões
DEC	Departamento de Educação do Campo
DFE	Departamento de Fundamentação da Educação
DHP	Departamento de Habilitação Pedagógica
DME	Departamento de Metodologia da Educação
DP	Departamento de Psicopedagogia
DCR	Departamento de Ciências das Religiões
DEC	Departamento de Educação do Campo
DEB	Departamento de Educação Básica
FAFI	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na Paraíba
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IDEP	Instituto de Desenvolvimento da Paraíba
ICE	Instrumento de Causas da Evasão
IES	Instituições de Ensino Superior
IESP	Instituições de Ensino Superior Públicas
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MPGOA	Mestrado Profissional em Gestão em Organizações Aprendentes
MPPGAV	Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior
PNE	Plano Nacional de Educação,
PNUD	Programa das Nações Unidas
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PPP	Projeto Político-Pedagógico
PRG	Pró Reitoria de Graduação
PROEXT	Programa de Extensão Universitária
PROLICEN	Programa de Licenciaturas
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento
PROUNI	Programa Universidade para Todos

PSS	Processo Seletivo Seriado
PUC	Pontifícia Universidade Católica
REUNI	Reestruturação das Universidades Federais
SESU	Secretaria de Educação Superior
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISU	Sistema de Seleção Unificada
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
STI	Superintendência de Tecnologia da Informação
UDF	Universidade do Distrito Federal
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro UnB Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Faculdade Estadual de Ciências e Tecnologia da Universidade Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	UNIVERSIDADE BRASILEIRA, EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR E EVASÃO: ORIGENS E CONCEITOS	23
2.1	Criação das Universidades Brasileiras	23
2.2	Expansão do Ensino Superior no Brasil	27
2.3	Conceito de evasão e breve apontamento na visão de estudiosos	32
2.3.1	Contribuições do autor Alain Coulon (2008), sobre a condição do estudante das camadas populares	39
2.3.2	Modelo de Evasão de Biazus (2004)	41
2.4	Evasão nas Licenciaturas em Pedagogia no Brasil	42
2.5	Moldurando a evasão na UFPB	44
3.	PERCURSO HISTÓRICO DA UFPB	46
3.1	Origem da UFPB	46
3.2	Conhecendo o Centro de Educação	50
3.3	Conhecendo o curso de Licenciatura de Pedagogia/ <i>Campus I</i> na UFPB .	52
3.3.1	O perfil do Licenciado em Pedagogia e atuação profissional	56
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	60
4.1	Caracterização da pesquisa	60
4.1.1	Sujeitos da pesquisa	61
4.2	Instrumento de Coleta de dados e análise.....	62
5	EVASÃO NO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, MODALIDADE PRESENCIAL <i>CAMPUS I</i> – UFPB (2010-2015)	66
5.1	Perfil dos alunos evadidos	66
5.2	Fatores que contribuem para a evasão na ótica dos alunos evadidos	77
5.3	Dificuldades e facilidades vivenciadas pelos alunos evadidos	93
5.4	Sugestões dos sujeitos pesquisados para favorecer a permanência no curso	100

CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	110
ANEXOS	116

1. INTRODUÇÃO

A evasão discente tem sido um dos problemas recorrentes no contexto educacional, provocando consequências individuais e sociais. O acesso a ela, é direito essencial e fundamental do ser humano, diversos mecanismos legais confirmam tal afirmação. A Constituição da República Federativa do Brasil afirma que “a educação é direito de todos e dever do estado e da família” (BRASIL, 1988, p. 177). Através dela, os indivíduos passam a ter mais oportunidades de participar da vida em sociedade e buscar trabalhos mais qualificados, principalmente quando se tem acesso ao Ensino Superior.

O tema Ensino Superior, nos remete a um recorrente problema que é a evasão de alunos. A palavra evasão é originada do latim “*evasio*” e tem diversos significados, que variam de acordo com o foco do estudioso e também o entendimento dos contextos socioeconômico, político e cultural. A evasão é vista como a perda de alunos e gera muitas consequências tanto para a sociedade, como para o desenvolvimento pessoal do indivíduo que evade.

Por se tornar uma problemática de suma importância, a evasão vem sendo debatida no mundo todo. Em 1995 no Brasil, ela passou a fazer parte das agendas governamentais, pois a SESU - Secretaria de Educação Superior constituiu uma Comissão, em que realizou no período de maio de 1995 a julho de 1996, um seminário externo sobre a retenção e evasão nos cursos de graduação, tal fato se justifica, por haver muitas críticas com relação ao desempenho acadêmico e ao rendimento do sistema federal de ensino superior. No relatório final do seminário, foi constatado alto índice de evasão.

Conforme reforça o referido relatório:

As preocupações maiores de qualquer instituição de ensino superior, em especial quando públicas, devem ser a de bem qualificar seus estudantes e a de garantir bons resultados em termos de número de diplomados que libera a cada ano para o exercício profissional". (COMISSÃO ESPECIAL, 1996, p. 22).

A Comissão Especial para Estudo da Evasão apontou que “as causas predominantes da evasão eram de três ordens: uma relacionada aos estudantes, outra relacionada aos cursos e à instituição e a terceira de ordem mais conjuntural – chamadas variáveis socioculturais e econômicas (p.1).

Com objetivo de aprofundar no problema da evasão e descobrir as causas e impactos advindos da desistência de estudantes nos sistemas de ensino superior, vários estudiosos debruçaram sob o assunto. Para entendermos tal problemática, recorreremos aos estudos das pesquisas de Adachi, Gomes, Polydoro, Fialho, Silva e Coulon.

Adachi (2009), em sua pesquisa intitulada “Evasão e Evadidos nos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG”, realizou estudos sobre a evasão em cinco cursos de diversas áreas, mas que se destacaram por apresentar os maiores índices de evasão, no período de 2000 a 2007. Os resultados da pesquisa, apontaram que a evasão mais alta está nas graduações e nos cursos de pouco prestígio social e que o perfil do alunado indicou um nível socioeconômico e cultural baixo. Em sumo, a real evasão da UFMG, apresentou índice de 35,8% do total dos cursos, mas que o maior índice (17,8%) foi na área de Ciências Exatas com (10,28%), em Ciências Humanas e o menor índice de (8,46%) em Ciências Biológicas. No resultado da entrevista com os estudantes, foram detectados que os principais fatores recaíram sobre o desempenho, pelo fato de serem estudantes trabalhadores e debilidade na escolarização feita.

Ainda com relação aos resultados apontados na pesquisa de Adachi (2009), observamos que, muitos alunos ingressantes na universidade desconhecem o curso, e na empolgação de entrar num curso superior de uma Universidade Federal, se matriculam e depois evadem, pois em sua maioria, eles não se conscientizam dos prejuízos causados, na sua vida profissional, na instituição e para toda a sociedade.

Gomes e Marin (1998), em sua tese de doutorado intitulada “Evasão e Evadidos: o discurso dos ex-alunos sobre a evasão nos cursos de Licenciatura, da Faculdade Estadual de Ciências e Tecnologia da Universidade Paulista - UNESP”, cujo o foco principal de pesquisa foi dedicar na evasão dos cursos de licenciaturas de Educação Física, Geografia, Matemática e Pedagogia, realizou “estudo de caso” com alunos evadidos. O estudo apontou um percentual de (39,9%) de evasão. Nos cursos de Educação Física e Química, somente 16% dos alunos matriculados conseguem concluí-los, o curso de Pedagogia é o que apresenta menor índice de evasão. Com relação as entrevistas realizadas com os alunos evadidos, as principais causas apontadas foram: pressões sofridas por parte da família; insatisfação e dificuldades de adaptação ao novo ambiente escolar, frustração com o curso quando busca ascensão social e econômica, ou seja, projeção social e bons empregos e salários e

a falta de opções para ingresso na universidade e a falta de informações vocacional para a escolha do curso. O autor conclui que a evasão, “não pode ser feita à luz do número de alunos formados e evadidos, mas sim à luz de elementos internos e externos à universidade que possam dar pistas sobre as verdadeiras causas da baixa produtividade do ensino superior” (GOMES, 1998, p.90).

Seguindo a busca de compreender as causas da evasão, Polydoro (2000), realizou Tese de Doutorado da UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas, intitulada “O trancamento de Matrícula na Trajetória Acadêmica do Universitário: condições de saída e de retorno à instituição”. Seus estudos foram focados no destrancamento ou rematrícula, e os dados apontaram que, (9,65%) dos alunos retornaram para a mesma instituição e que, em cinco anos consecutivos 53,20% dos alunos matriculados fizeram trancamentos, independentes das séries, turnos e cursos. Quanto às alegações para os trancamentos, foram detectados diversos problemas como: financeiros (50%), trabalho (17,63%), acadêmico (16,54%) e baixo grau de compromisso (12,69%). Para concluir Polydoro (2000), aponta que a evasão se diferencia de um curso para outro e divide em duas modalidades: a que consiste no abandono do curso sem a sua conclusão e a evasão do sistema, aquela que reflete no abandono do aluno do sistema universitário.

Vimos que na pesquisa de Polydoro, a evasão aparece com fatores diferenciados, mas que, o resultado pode variar do curso e da instituição. Outro fato destacado pela autora, é que o resultado de maior destaque em sua pesquisa, foi o fator financeiro, e diz que este fator é um dos maiores causadores da evasão no ensino superior e complementa que, as Universidades abarcam um grande número de estudantes, mas não oferecem condições para que eles possam permanecer no curso.

Fialho (2014), em sua Dissertação no Mestrado Profissional em Gestão em Organizações Aprendentes – MPMGOA da UFPB, intitulada “Evasão Escolar e a Gestão Universitária: O Caso da Universidade Federal da Paraíba”, ela aprofunda seus estudos no levantamento de dados sobre a evasão na UFPB. A autora aponta os resultados separados por *Campus*, no período 2007-2012, conforme é apresentado no quadro abaixo.

Quadro 01– Índice de evasão da UFPB (2007-2012)

EVASÃO DA UFPB - PERÍODO 2007-2012 POR CAMPUS EM (%)					
Ano	Evasão Geral %	Evasão Campus I	Evasão Campus II	Evasão Campus III	Evasão Campus IV
2007	14,24	13,67	18,75	13,72	10,83
2008	15,58	11,00	12,67	17,91	20,73
2009	15,70	15,32	16,69	11,32	19,47
2010	17,35	15,16	16,14	16,60	21,50
2011	13,28	14,00	9,33	13,51	16,29
2012	13,03	13,87	9,98	12,05	16,20
Total	14,86	13,83	13,93	14,19	17,50

Fonte: Fialho (2014, p. 65) e STI – UFPB – adaptada pela autora em 20-06-2017.

No quadro 01, segundo informações fornecidas pela Superintendência de Tecnologia da Informação – STI - UFPB, o Curso de Pedagogia no *Campus I*, apresenta com o maior número de alunos matriculados, mas que é o menor índice de evasão com relação aos outros *Campus*. Apesar do *Campus I* apresentar o menor índice de evasão, não podemos contentar com este resultado, pois no período de 2007-2012, a evasão nos quatros *Campus* da UFPB, nos revela que (14,86%) dos alunos que ingressaram na UFPB, 15.543 evadiram no curso que ingressou, significando “uma perda irreparável de R\$ 415.032.705,52 no orçamento da instituição. Apesar das diferentes causas apontadas por centro” (FIALHO, 2014, p. 75).

Ainda, no trabalho de Fialho (2014), destacamos outro levantamento. No quadro 02, a autora aponta os dados do índice de indicadores de Evasão por Centro, conforme mostra no quadro a seguir.

Quadro 02 – Indicadores de evasão por Centro

<i>Campus</i>	<i>Centros</i>	<i>Média (M)</i>	<i>Desvio Padrão</i>	<i>Coeficiente de Variação (CV)</i>
C A M P U S I	CE	13,61	7,94	58%
	CCEN	19,45	4,36	27%
	CI	16,45	4,29	26%
	CCHLA	18,60	3,18	17%
	CCTA	14,93	3,12	21%
	CT	13,65	2,46	18%
	CCSA	13,90	2,41	17%
	CCJ	6,06	2,28	38%
	CCSA	13,27	1,74	13%
	CCM	1,51	1,00	66%
CAMPUS II	CCA	13,92	3,51	25%
CAMPUS III	CCHSA	14,19	2,35	17%
CAMPUS IV	CCAE	17,50	3,60	21%

Fonte: Fialho (2014, p. 72). Adaptado pela autora.

No quadro 02, o Centro de Educação obteve a maior média de evasão da UFPB, com 13,61, o desvio padrão 7,94 por ter “uma variação muito elevada no período do ¹REUNI - Reestruturação das Universidades Federais” e o coeficiente de variação em 58%. Para chegar ao índice apontado na tabela acima, Fialho (2014), fez uma divisão dos quatro centros em que a média da evasão são aproximadas em torno dos 14%, nos períodos de 2007-2012 da expansão das Universidades através do REUNI (FIALHO, 2014, p.69).

Através de informações e dados fornecidos pela CODESC/STI/UFPB e retratado por Fialho (2014, p. 69) apontam que “no CE evidenciam sete tipos de evasão”, no período de 2007-2012 evadiram 814 alunos, cujo o quantitativo e tipos de evasão são: 521 abandonaram, 228 solicitaram a saída, 50 optaram por mudança de curso, 10 pediram transferência, 04 cancelaram a matrícula e um aluno faleceu. Devemos salientar que, o Centro de Educação é o centro que mais matricula alunos na UFPB, pois, só no curso de Pedagogia são ofertadas vagas para os três turnos (manhã, tarde e noite).¹

No trabalho de Silva (2017), dissertação intitulada “Retenção e Evasão no Ensino Superior no Contexto da Expansão: o caso do curso de Engenharia de Alimentos da UFPB”, realizada no período 2006 a 2015, foi subdividido o resultado da

¹Desde o ano de 1995, a evasão se tornou um objeto de políticas públicas, transformando-se num indicador para a alocação de recursos nas instituições universitárias públicas. Atualmente, de acordo com a mais recente proposta do governo federal, de expansão da educação superior – o REUNI, a universidade deverá atingir uma meta de 90% de diplomação em seus cursos de graduação a fim de obter recursos para se reestruturar dentro do sistema.

sua pesquisa em dois momentos; antes e pós REUNI (período caracterizado pela expansão da universidade). No período de (2006-2011), foi constatado um índice alto de evasão, pois dos 774 alunos matriculados no curso de Engenharia de Alimentos da UFPB, 485 evadiram o curso, representando (63%) de evasão. Do total de 485 alunos evadidos, 425 abandonaram e 60 fizeram o cancelamento.

No segundo momento de sua pesquisa, no período de (2012-2015), dos 321 matriculados, 53% já evadiram e 47% continuam ativos no curso. Em análise dos resultados da sua pesquisa, ele observou que o nível de escolaridade da família é de suma importância, pois reflete na vida social e no rendimento escolar do indivíduo, por enfrentar dificuldade cultural no curso, pois “o sucesso escolar não é uma questão de “dom”, mas sim de orientação precoce que emana do meio familiar” (SILVA, 2017 apud BOURDIEU E PASSERON, p. 21).

Outros pontos enfatizados pelo autor em que, nos primeiros períodos do curso é que acontece o maior índice de evasão, quanto a retenção o fator indicado como causador é a reprovação nas disciplinas por diversos motivos.

Podemos perceber através dos trabalhos realizados, pelos autores, supramencionados, que a evasão não tem apenas uma causa, mas diversas, está em todas as instituições, sejam elas, públicas ou privadas, e causam grandes prejuízos, tanto para o indivíduo que evade, como para a instituição e para a sociedade como um todo.

Nesse sentido, a evasão pode ser vista como um indicativo de falhas no processo de ensino e/ou nos serviços prestados e, ainda, como aumento de dispêndio financeiro, visto que a mesma estrutura acadêmica que poderia atender determinado grupo inicial de alunos acaba sendo utilizada por um quantitativo menor deles (ASSIS, 2013 p.12).

Diante da realidade exposta, decidiu-se estudar a evasão no curso de Licenciatura em Pedagogia, na modalidade presencial, do *Campus I*, da UFPB. A escolha da temática, se deu, pela convivência no âmbito educacional, como servidora da UFPB, em que, corriqueiramente, presenciou a evasão em seu trabalho em uma Coordenação e em 2011, concluiu a graduação de Licenciatura em Pedagogia, na mesma instituição, em que focou o Trabalho de Conclusão do Curso – TCC, nos alunos evadidos da EJA – Educação de Jovens e Adultos, em duas escolas estaduais em João Pessoa. Frente a gama de possibilidades de investigação, devido ao fato, optamos por dar continuidade à temática e verificar juntos aos alunos evadidos, os

motivos que os levaram a desistir do curso. A pergunta de pesquisa para este estudo ficou assim definida: quais são os principais fatores que influenciam a evasão de alunos no curso de Licenciatura em Pedagogia da UFPB?

Para isso, definiu-se os objetivos, geral e específico, da seguinte forma:

Objetivo geral

- Analisar os fatores que provocam a evasão no ensino superior no Curso de Licenciatura em Pedagogia, modalidade presencial, no *Campus I*, João Pessoa, da UFPB.

Objetivos específicos

- Investigar o perfil socioeconômico dos alunos evadidos do curso;
- Identificar os fatores que mais contribuíram para a evasão do curso;
- Identificar as dificuldades e facilidades durante o período de permanência;
- Levantar e propor sugestões que favoreçam a permanência do aluno no curso.

O recorte temporal de nossa pesquisa, está inserido no período de 2010 – 2015. A metodologia, será detalhada no capítulo quatro, desta dissertação.

Estrutura da Dissertação

O primeiro capítulo apresenta a introdução que contém a temática da evasão, a justificativa, a questão norteadora, a definição dos objetivos e a estrutura da dissertação.

O segundo capítulo, denominado como “Universidade Brasileira, Expansão do Ensino superior e evasão: origens e conceitos”, é dedicado a descrição sobre a criação das universidades Brasileiras, expansão do ensino superior no Brasil, conceito de evasão na visão de estudiosos. Dentre eles apresentamos contribuições de Alain Coulon (2008) sobre a condição do estudante das camadas populares, no ingresso ao ensino superior, conceito de evasão e o modelo de evasão elaborada por Biazus (2004). Outro item deste capítulo é dedicado a discussão sobre a evasão nas licenciaturas em Pedagogia no Brasil e moldurando a evasão na UFPB.

O terceiro capítulo intitulado “O percurso histórico: UFPB”, aborda a criação do Centro de Educação e do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFPB seguido do perfil do licenciado em Pedagogia e sua atuação.

O quarto capítulo trata dos “procedimentos metodológicos”, com a caracterização da pesquisa, os sujeitos da pesquisa e Instrumentos de coleta e análise dos dados.

O quinto capítulo apresenta “a evasão no curso de Licenciatura em Pedagogia, modalidade presencial - *Campus I*, da UFPB”, em que conhecemos o perfil socioeconômico dos alunos evadidos; identificamos os fatores que contribuíram para a evasão na ótica dos alunos evadidos, identificamos as dificuldades e facilidades vivenciadas pelos alunos evadidos do curso e por fim, apontamos as sugestões propostas pelos alunos evadidos, que favoreçam a permanência do aluno no curso e por fim, fizemos explanação das considerações finais.

2. UNIVERSIDADE BRASILEIRA, EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR E EVASÃO: ORIGENS E CONCEITOS

Neste capítulo trataremos de uma breve explanação histórica sobre o surgimento das universidades brasileiras, a expansão no ensino superior e abordaremos o conceito de evasão na visão de alguns estudiosos. Trazemos também contribuições de Alain Coulon (2008) sobre a condição do estudante das camadas populares, seguida de breve apresentação sobre o modelo de evasão defendido por Biazus (2004). Na sequência deste capítulo trataremos sobre a evasão nos cursos de Licenciaturas em Pedagogia no Brasil e na UFPB.

2.1 Criação das Universidades Brasileiras

A origem das universidades brasileiras é bastante complexa e com surgimento tardio. Fávero (2006) diz que, “nos períodos colonial e monárquico todos os esforços de criação de universidades foram desperdiçados por parte da Metrópole, que desmontava qualquer iniciativa que mostrasse sinais de independência cultural e política da colônia”. A colônia não tinha interesse em criar universidades por ser viável e cômodo, que as elites da época procurassem a Europa para realizar seus estudos superiores, tal afirmação é pertinente, pois “naquela época Portugal não possuía disponibilidade de docentes suficiente para transferir à colônia, sem comprometer a única instituição metropolitana, a universidade de Coimbra/Portugal” (CUNHA, 2003, p. 152-153).

Portugal exerceu até o final do Primeiro Reinado, grande influência na formação das elites e que o Brasil conseguiu apenas, foi o funcionamento de algumas escolas superiores de caráter profissionalizante. A partir de 1808, são criados cursos e academias destinados a formar, sobretudo, profissionais para o Estado, assim como especialistas na produção de bens simbólicos, e num plano, talvez, secundário, profissionais de nível médio (CUNHA, 1980, p.62).

Em 1808, devido à migração da Família Real para o Brasil, diversos atos foram sancionados: a criação do Curso Médico de Cirurgia na Bahia e, no mesmo ano, foi instituído no Hospital Militar do Rio de Janeiro, uma Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica, e dois centros médico-cirúrgicos, matrizes das atuais Faculdades de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e da Universidade Federal da Bahia - UFBA.

O ensino da engenharia no Brasil teve origem em 1810, na carta régia em que

D. João VI, criou a Academia Real Militar no Rio de Janeiro (NISKIER, 2011, CUNHA, 2003).

Em 1827 aconteceram as criações dos cursos jurídicos em São Paulo e Olinda, que vieram a influenciar na mentalidade política do império, irradiando novas ideias filosóficas e culturais no país. Fávero (2006, p. 20) afirma que, “de 1889 até a Revolução de 1930, o ensino superior no país sofreu várias alterações em decorrência da promulgação de diferentes dispositivos legais. “Seu início coincide com a influência positivista na política educacional, marcada pela atuação de Benjamin Constant, de 1890-1891” (CUNHA, 1980, p. 132).

Com iniciativa de grupos privados, em 1909, foi criada em Manaus a primeira universidade; em 1911 é instituída a Universidade de São Paulo e, em 1912, a do Paraná. Em 1920, legalmente, a Universidade do Rio de Janeiro foi a primeira a ser criada pelo Governo Federal, vale salientar, que tal fato ocorreu através da junção de três escolas tradicionais, as escolas Politécnica, Medicina e Direito, sem maior integração entre elas e cada uma conservando suas características e assegurando-lhes autonomia didática e administrativa. Em 1927, é instituída a Universidade Federal de Minas Gerais, com o mesmo modelo da primeira (FÁVERO, 2006, p. 22-23).

Nos anos 1920, aconteceu uma descentralização política no país, mas após os anos 1930, começou uma crescente centralização nos mais diversos setores da sociedade. O Governo Provisório criou o Ministério da Educação, liderado por Francisco Campos que, elaborou, implementou e adaptou reformas educacionais, no ensino secundário, superior e comercial, tendo como preocupação em desenvolver um ensino mais adequado à modernização do país.

Segundo Fávero (2006, p. 25), “com a promulgação da segunda Constituição Republicana de 1934 e a eleição do presidente Getúlio Vargas pelo Congresso, havia a expectativa de que a democracia liberal fosse instituída no país”, mas a seguir, as tendências centralizadoras e autoritárias recuperaram a hegemonia. Com a implantação do Estado Novo, em 1935, a Universidade do Distrito Federal - UDF é criada com a propensão científica, intelectual e inovadora com sua estrutura diferenciada das outras universidades do país. Devido à problemas políticos ela foi extinta em 20 de janeiro de 1939, por meio do Decreto nº 1.063, e seus cursos transferidos para Universidade do Brasil - UB.

Com a reestruturação do Ministério da Educação, foi imposta uma padronização das universidades Federais, com *lôcus* de investigação e conhecimento

e que “todas as universidades do Brasil devam ser iguais à universidade federal” (BRASIL. MESP, 1935, p. 29).

Com o movimento de modernização das universidades brasileiras, em 1961, a Universidade de Brasília (UNB) foi criada nos moldes da modernidade e organização. Fávero (2006) contribui que, “a UNB surge não apenas como a mais moderna universidade do país naquele período, mas como um divisor de águas nas histórias das instituições universitárias”. A reforma universitária aconteceu depois de tal acontecimento, ela foi aprovada através da Lei nº 5.540/68 (Brasil, 1968), em que, foram discutidos no Conselho: a autonomia universitária, institutos centrais, desenvolvimento da pesquisa na universidade, indissociabilidade entre ensino e pesquisa, os ciclos básico e profissional, o tempo integral e a instituição da carreira do magistério. Foi também estabelecido, a substituição do sistema de cátedras pelo sistema departamental e sobre a adoção do sistema de créditos, a composição vigente até então de estrutura dos cursos superiores no Brasil.

Na inauguração dos cursos da Universidade do Distrito Federal (UDF) 31.07.1935, Anísio Teixeira em discurso proferido, ressalta que:

A função da universidade é uma função única e exclusiva. Não se trata, somente, de difundir conhecimentos. O livro também os difunde. Não se trata, somente, de conservar a experiência humana. O livro também a conserva. Não se trata, somente, de preparar práticos ou profissionais. A aprendizagem direta os prepara, ou, em último caso, escolas muito mais singelas do que as universidades (TEIXEIRA, 1998, p. 35).

Em 1945, o Estado Novo termina com a exoneração do Presidente Getúlio Vargas, a redemocratização toma frente do país. Nos anos de 1950 as universidades correm atrás, por uma autonomia universitária, tanto externa como interna. “Multiplicam-se as universidades, mas com predomínio da formação profissional, devido à aceleração do desenvolvimento econômico, provindo da industrialização no país, sem idêntica preocupação com a pesquisa e a produção de conhecimento” (FÁVERO, 2006, p. 27).

Os resultados imediatos da reforma, gerou uma proliferação de cursos nas áreas de Ciências Sociais e Humanas, Assis (2011, p.17), ressalta que “essas áreas foram preferidas pelo setor privado de ensino, motivado por sua facilidade para implantação, pois não havia grande exigência de investimentos em instalações específicas”. Adachi (2010, p. 18) atenta para o fato de que, “esse aumento do ingresso no Ensino Superior se deu através no aumento no nível de escolarização e

conclusão da população do Ensino Médio; por conta das facilidades proporcionadas pelas políticas de flexibilização e regulamentação da Educação Superior, por parte dos governos”.

No argumento de Pinto (2004, p.730), ele diz que, “além de ter produzido uma privatização e mercantilização sem precedentes, com graves consequências sobre a qualidade do ensino oferecido e sobre a equidade”, pois antes da reforma de 1968, a Educação Superior era composta, basicamente, por escolas profissionais independentes.

A Idade Moderna aparece com elevação da classe Burguesa no poder gerando nova forma de pensar o mundo, influenciando as relações econômicas, políticas e sociais, assim o antigo modelo feudal, fortalecido por uma sociedade escravocrata dá lugar ao modelo de economia capitalista. A ideia do Estado Absolutista dá lugar ao Estado Liberal, no qual a economia deveria ser regulada pelo próprio mercado, pois o liberalismo propunha a separação entre o Estado e a economia.

Na contramão desse pensamento, Bresser Pereira (2009, p. 163) defende um estado republicano. Para este autor, o novo Estado que está emergindo, precisa ser um Estado liberal, democrático e social forte, que garanta os direitos civis que protegem a vida, a propriedade e a liberdade”. Nesse contexto, tem-se o Estado como garantidor dos interesses da economia moderna capitalista, nos moldes de produção a classe Trabalhadora ou o proletariado constitui a força produtiva, enquanto, os que detêm os meios de produção e o capital representam a minoria da população, dessa forma, o conhecimento técnico passa a ser necessário aos trabalhadores, assim surge a relação com o Ensino.

Com a abertura dos países comunistas e o colapso da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) o modelo capitalista tornou-se absoluto, originando o Estado neoliberalismo em que suas principais características se destacam pela retração do Estado de Bem-Estar Social, readaptação de direitos trabalhistas aos interesses empresariais, privatização de inúmeras empresas geridas pelo Estado e desregulamentação de mercados.

Este pode ser sintetizado na sistematização de uma esfera pública onde, a partir de regras universais impactadas, o fundo público, em suas diversas formas, passou a ser o pressuposto do financiamento da acumulação de capital, de um lado, e, de outro, do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais (OLIVEIRA, 2015, p. 8).

As funções atribuídas ao longo do século XX contribuíram para a diversificação das instituições de Ensino Superior. Para Santos (2011) envolvem, entre outras, a produção de padrões culturais médios e de conhecimento instrumentais, úteis na formação de mão de obra qualificada exigida pelo desenvolvimento capitalista. Originando a crise de hegemonia que as universidades atravessam ainda hoje.

Nos estudos de Cerqueira e Santos (2009, p.6), apontam que:

[...] no Brasil, o ensino superior, tanto público quanto privado, o número de matrículas, em cerca de vinte anos, passou de 95.961 (em 1960), para 134.500 (em 1980)", tal fato ocorreu na década de 1970, devido aos resultados de um grande desenvolvimento chamado "milagre econômico" em que a classe média brasileira enriqueceu, por seus hábitos de consumo, e com repasse de recursos federais para empresas privadas.

Podemos observar que o índice de instituições do ensino superior das IES, foi elevado após a década de 1970, e as instituições privadas, foram as que tomaram conta do cenário, alterando as políticas educacionais e transformando o quadro do mercado de trabalho, Jezine (2006, p.92) afirma que, "as décadas de 70 e 80 foram períodos de reestruturação econômica, formando um novo sistema de regulamentação política e ideológica [...]".

Dito isto, no próximo item vamos trabalhar com a expansão do Ensino Superior do Brasil e seus desdobramentos.

2.2 Expansão do Ensino Superior no Brasil

O forte movimento de modernização e globalização, nas décadas de 1970 a 1990, provocou grande mudança nos cenários das universidades e cooperou na criação de entidades internacionais, como o Banco Mundial, e outros órgãos passaram a controlar as políticas educacionais dos países em desenvolvimento por meio da liberação de recursos para programas que se alinhem a ordem neoliberal, pois, informação e conhecimento ganham papel primordial para impulsionar o desenvolvimento econômico, criando novas necessidades formativas, principalmente tecnológica, como estratégia de inserção das pessoas no mundo do trabalho e no desenvolvimento da cidadania.

Para complementar Jezine (2006, p.100) diz que:

Diante do contexto da globalização da economia e da cultura, de desterritorialização das fronteiras, de avanço das tecnologias, a universidade vê-se, certamente, submetida a novos desafios, sendo instada a repensar-se e a redefinir-se sob pena de perder progressivamente a sua relevância social, envelhecendo, tornando-se uma instituição obsoleta eivada de práticas medievais.

Com a pressão e disseminação dos organismos internacionais, os governos nacionais dos países periféricos, aceitam os novos desafios de reformas para o campo da educação superior. No Brasil, a reestruturação global foi consolidada pelo viés do neoliberalismo, a partir da década de 1990, “mudanças nos processos de produção associadas a avanços científicos e tecnológicos, *superioridade* do livre funcionamento do mercado na regulação da economia e *redução* do papel do Estado” (LIBÂNEO; OLIVEIRA e TOSCHI, 2011, p.34).

Nesse contexto, em 1996, é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 em que o País era presidido por Fernando Henrique Cardoso - FHC (1995-2002). De acordo com o relato de Oliveira (2015), a LDB proporciona um contexto favorável a privatização do Ensino Superior.

A síntese dessas contradições foi materializada na aprovação de legislações e regulamentações as mais diversas, afinadas com o projeto de educação dos setores privatistas e na consecução de uma profunda reformulação na política de educação superior brasileira, sob um duplo viés: ampliação do número de instituições de ensino superior (IES) privadas e privatização interna das IES públicas (OLIVEIRA, 2015, p.26).

Na LDB 9.394/1996 o papel da União é redefinido, e dentre as principais atribuições, a avaliação dos diferentes níveis de ensino torna-se prioritário. Segundo Mancebo (2009), tem-se demasiado investimento, através de incentivos às instituições privadas enquanto que as instituições públicas eram sucateadas. Assim, a avaliação se constituiu como instrumento regulador, seguindo a lógica do mercado – de premiação ou punição (JEZINE; BITTAR, 2013).

O Governo que segue ao Presidente URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) é um governo, que embora não alinhado às políticas neoliberais, atua de forma menos incisiva, de modo que continua a incentivar o crescimento da iniciativa privada através da expansão das universidades públicas. Em 2007, foi instituído pelo

¹Governo Federal, Presidente Luiz Inácio Lula da Silva o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, criado através do Decreto nº 6.096, plano que visa diminuir as desigualdades sociais no país e retomar o crescimento do ensino superior público, contemplando a expansão física, acadêmica e pedagógica das universidades federais.

O Programa REUNI, implantado pelo governo federal, possuía como meta, alcançar ao final de cinco anos, taxa de conclusão média de 90% (noventa por cento) nos cursos de graduação presencial, ocupar vagas ociosas facilitadas pela flexibilidade curricular e o favorecimento da mobilidade estudantil entre cursos e instituições diferentes, com aproveitamento de créditos e ainda, alcançar a relação de dezoito alunos de graduação, por professor em cursos presenciais, levando em conta a qualidade, o envolvimento e a relação professor x aluno. (BRASIL, REUNI, 2007, p. 10-12).

Com objetivo de incentivar o ingresso das camadas mais pobres da sociedade no ensino superior, na complementação ao REUNI, foram ampliados os programas sociais, com incremento nas vagas das IES, em que foi instituído o programa de cotas das Universidades e Instituições de Ensino Técnico e Médio Federais (Decreto nº 7.824 de 11 de outubro de 2012) e o PROUNI (Lei nº 11.096/2004). Sobrinho (2010), afirma que “a grande e acelerada expansão do sistema de educação superior brasileiro se fez acompanhar de uma importante mudança qualitativa [...]”. Além dos cursos tradicionais, se criaram outros de variadas tipologias e duração, em geral de baixos níveis de exigência acadêmica e voltado ao atendimento de qualificação profissional (p.198). “O conceito mesmo de sistema se torna complicado, se se considera que ocorreu, no período destacado, a fragmentação dos antigos objetivos comuns que a Educação Superior tradicionalmente prezava e perseverava” (SOBRINHO, 2010, p. 199).

A grande expansão ocorreu através da privatização, e com robusta ampliação dos programas sociais, em que, as IES privadas foram beneficiadas com isenção fiscal, e assim, obteve maior índice de matrículas efetuadas nos cursos presenciais e a distância. Conforme Resumo Técnico do Censo da Educação Superior, realizado em 2015, destaca que o número de matrículas nas instituições privadas, em valor absoluto, tem crescido mais do que nas instituições públicas.

No quadro 03, mostra as estatísticas gerais da Educação Superior no Brasil em

2014.

Quadro 03 - Estatísticas Gerais da Educação Superior – Brasil – 2014

Estatísticas Básicas		Categoria Administrativa					
		PÚBLICAS				PRIVADA	TOTAL GERAL
Número de Instituições		Federal	Estadual	Municipal	Total		
		107	118	78	298	2.070	2.368
Ed. Superior Graduação	Cursos	6.177	3.781	1.078	11.036	21.842	32.878
	Matrículas	1.180.068	615.849	165.085	1.961.002	5.867.011	7.828.013
	Ingresso	346.991	48.616	52.935	548.542	2.562.306	3.110.848
	Total	128.084	89.602	24.079	241.765	85.327	7.027.092

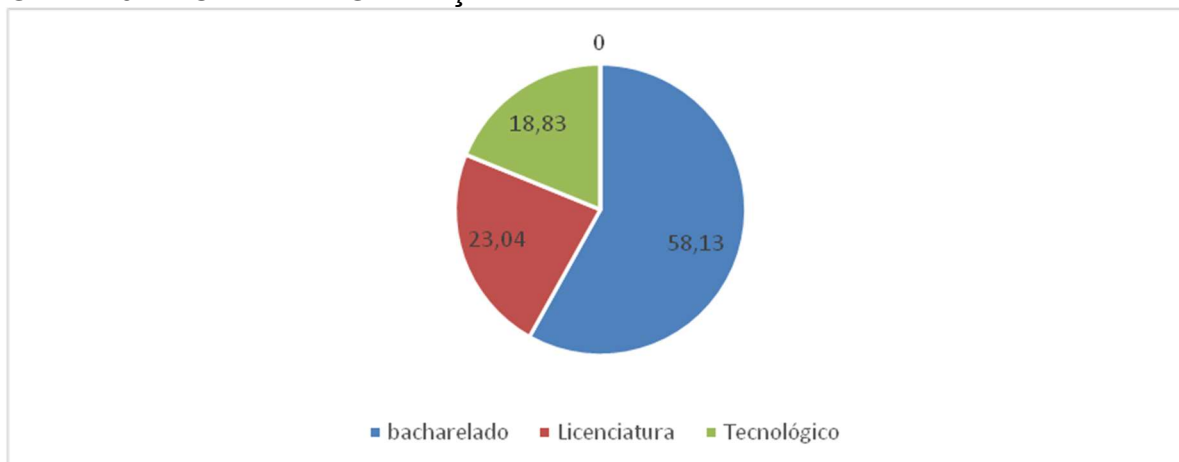
Fonte: Adaptado com base nos dados do (DEED - INEP), do Resumo Técnico do Censo da Educação Superior (2014, p. 17).

No quadro 03, os dados apresentados pelo MEC/Inep (2014), mostram em nível nacional que, as instituições privadas lideram nos quantitativos, de Instituições, cursos, matrículas, ingresso e concluintes.

Na sequência, os dados nos revelam também, que 87,4% do total de instituições de ensino superior no Brasil, estão na rede privada de ensino, enquanto que 7,9% se concentram nas redes públicas (Federal, Estadual e Municipal). Com relação aos cursos disponíveis nas instituições Privadas (66,4%), enquanto que (33,6%) nas IES públicas. Do total de 7.828.013 alunos matriculados e ingressados no Ensino superior (74,9%) estão nas IES do setor privado e apenas (25,1%) no setor público. Com referência ao quantitativo das matrículas e dos concluintes no ensino superior, em 2014, a taxa de sucesso nas IES privadas representa um percentual de 13,3%, enquanto que nas IES públicas é de 12,3%.

No gráfico abaixo, do censo MEC\Inep de 2014 mostra que, 32.878 dos cursos de graduação, 31.513 estão nos cursos de graduação presencial, sendo que 58,13% nos bacharelados, 23,04 nas licenciaturas e 18,23 nos tecnológicos.

Gráfico 01 – Cursos de Graduação Presenciais



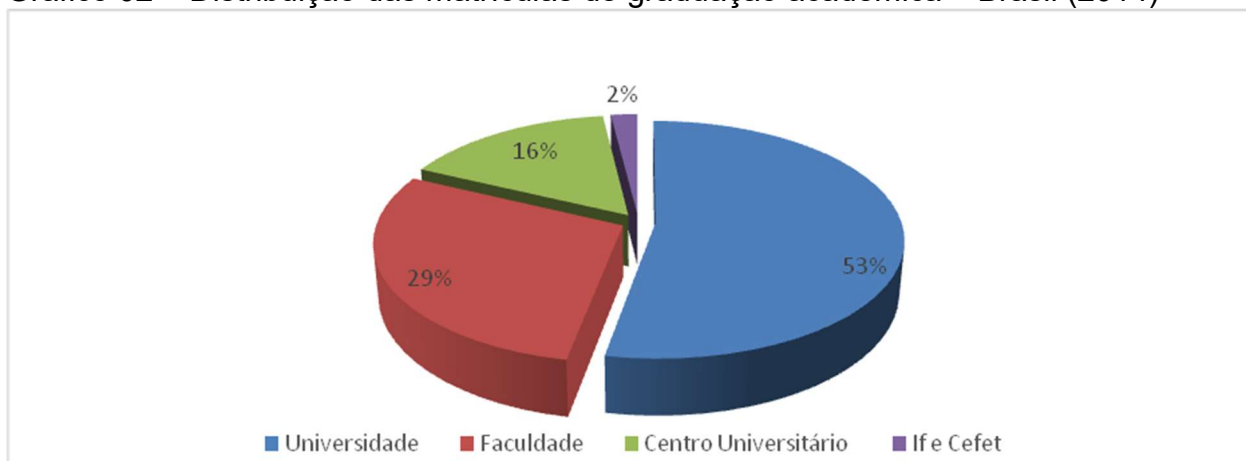
Fonte: Adaptado com base nos dados do (DEED - INEP), do Resumo Técnico do Censo da Educação Superior (2014, p. 1).

No Brasil existem 7.261 cursos de licenciaturas, sendo que 4.054 em que representa (79%), estão concentrados nas redes públicas (federal, estadual e municipal) e 21% nas redes privadas. Na região nordeste concentra 827 cursos de licenciatura e 789 de bacharelado.

A Paraíba se destaca, por ser um dos quatros estados brasileiros em que as graduações se concentram na **rede pública**. Vale salientar que, na maioria dos outros estados, principalmente em São Paulo, as graduações são das redes privadas de ensino (RESUMO TÉCNICO - CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2014).

O gráfico 02, mostra a distribuição das matrículas de graduação acadêmica, no ano de 2014.

Gráfico 02 – Distribuição das matrículas de graduação acadêmica – Brasil (2014)



Fonte: Adaptado com base nos dados do (DEED - INEP), do Resumo Técnico do Censo da Educação Superior (2014, p. 2).

Pudemos perceber que as Universidades possuem o maior índice de graduação acadêmica, com 53% e apenas 2% nos Centros Universitários.

No item a seguir, conceituaremos a evasão na visão dos estudiosos do assunto.

2.3 Conceito de evasão na visão de estudiosos

Evasão é uma palavra originada do latim “*evasio*”, ela tem diversos significados, que variam de acordo com a visão e o foco do estudioso, e também no entendimento dos contextos socioeconômico, político, cultural de cada país. Ela é vista como a perda de alunos, que gera grandes consequências tanto para a sociedade, como para o desenvolvimento pessoal do indivíduo que evade. Veloso (2000, p.14), complementa que:

A evasão de estudantes é um fenômeno complexo, comum as instituições universitárias no mundo contemporâneo. Nos últimos anos, esse tema tem sido objeto de alguns estudos e análises, especialmente nos países do primeiro mundo, e tem demonstrado não só a universidade do fenômeno como a relativa homogeneidade de seu comportamento em determinadas áreas do saber, apesar das diferenças entre as instituições de ensino e das peculiaridades sócio-econômico, culturais de cada país.

No ensino brasileiro, a evasão, atinge em todas as modalidades, seja no público ou privado. Quando um aluno abandona o curso sem a finalização dos seus estudos, o dano é irreparável, pois muitos perdem: as instituições, a sociedade, as famílias e

todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, sem contar que, a maior perda é principalmente para o acadêmico que interrompe um sonho tão almejado. Muitos estudos foram desenvolvidos na busca da compreensão do fenômeno que é a evasão.

O Ministério da Educação conceitua a evasão como, “é a saída definitiva do curso de origem sem conclusão, ou a diferença entre ingressantes e concluintes, após uma geração completa” (BRASIL, MEC, SESU, ANDIFES e ABRUEM, 1996, p. 19).

Brasil (1997), descreveu a evasão em três categorias, a saber: evasão de curso, quando o estudante se desliga do curso superior sem concluí-lo; evasão da instituição, quando o estudante se desvincula da instituição e evasão do sistema, quando o estudante abandona os estudos, seja numa situação temporária ou definitiva.

A Comissão Especial (1996, p. 25) definiu evasão da graduação, como sendo a “saída definitiva do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo” e caracterizou a evasão de curso quando: o estudante se desligasse do curso superior em situações diversas tais como, abandono (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou reopção (mudança de curso); exclusão por norma institucional; evasão da instituição quando o estudante desliga-se da instituição na qual está matriculado; evasão do sistema, quando o estudante abandona de forma definitiva ou temporária.

Tinto (1975), realizou um trabalho em que focava na revisão teórica das pesquisas sobre a evasão, ele aponta que os principais problemas encontrados nos trabalhos analisados, primeiro são a variedade de tipos de evasão (temporária, voluntária ou gerada pelas regras institucionais) e que acabam gerando dados contraditórios ou com implicações errôneas e procedimentos equivocados; segundo, a evasão é vista apenas como um fenômeno, havendo conseqüentemente, ausência de modelos teóricos que possibilitem explicar o fenômeno, e não apenas descrevê-lo.

Na visão dos estudiosos como, Gaioso (2005), Kira (1998) e Baggi e Lopes (2011), “a evasão é a interrupção no ciclo de estudos, em qualquer nível de ensino e é vista como “perda” ou “fuga” de alunos antes da conclusão de seu curso”. Gomes (1998, p.63), afirma que “quando falamos sobre evasão não nos referimos simplesmente ao ato de evadir, escapar, abandonar, mas sim a um amplo contexto com múltiplas facetas nem sempre bem compreendidas”. Na opinião de Fialho (2014 p. 23), a evasão precisa ser estudada com profundidade porque variam de resultados

de acordo com o público alvo da pesquisa, a instituição e os motivos que causaram a desistência na continuidade do curso.

Cardoso (2008), por sua vez, distingue a evasão como “aparente”, que é a mudança do aluno de um curso para o outro e “evasão real” em que refere a desistência do aluno em cursar o ensino superior”, enquanto que Gomes (1998), dá um sentido mais amplo, pois, não se resume ao simples ato de evadir, escapar, abandonar, mas a um amplo contexto com múltiplas peculiaridades que nem sempre são bem assimiladas.

Gomes (1998), salienta que “existem maneira de se diferenciar as evasões, uma delas é quando o estudante abandona o curso por desistência ou reopção; ou solicita a transferência para outra instituição e quando o mesmo abandona definitivamente o ensino superior”, continua Gomes, “se considerarmos como aluno evadido somente aquele que ao final do período máximo não tenha concluído o curso, sem dúvida perdemos a oportunidade de reverter o fenômeno”, e ainda ressalta que, “é preciso definir claramente o conceito de evasão escolar no ensino superior que em muito difere de outros níveis de ensino” (GOMES, 1998, p. 81-82).

Por sua vez, Andriola (2008, p.366), acrescenta que diversos obstáculos contribuem para a evasão discente, e cita a ausência e a integração do acadêmico com o ambiente e a socialização na instituição e complementa que “a necessidade de haver uma integração completa, seja ela; cultural, afetiva e socioeconômica, entre o estudante e a instituição, pois ele já chega na “universidade com intenções, objetivos e compromissos institucionais pré-definidos, que variam em função das características demográficas” e que, com o decorrer do curso, as interações com o ambiente acadêmico e social da instituição educacional vão sendo estabelecidas, podendo levá-lo a “redefinir suas intenções e seus compromissos, o que, em última instância, leva-o a persistir ou a evadir-se”.

Ainda Andriola (2008, p.366), aponta para outros motivos de evasão, um deles refere-se as influências internas e externas, em que diz “a decisão de evadir-se ou de persistir no curso é um processo psicossocial, no qual as opiniões influenciam as atitudes e estas, por seu turno, influenciam as decisões”. Vale salientar, que a decisão do aluno em permanecer ou evadir está além do fator psicológico do aluno, pois, as influências internas e externas interferem muito como: “aprovação da família, encorajamento dos amigos, qualidade da instituição, situação financeira, falta de embasamento teórico e como conciliar estudo e trabalho e oportunidade para

transferir-se para outra instituição”. (ANDRIOLA 2006, p. 367). Adachi (2009), corrobora que:

O efeito da evasão por má integração do indivíduo na instituição, deveria ser visto nos planos educacionais e de compromissos institucionais, pois eles estão diretamente associados à permanência do aluno nos compromissos financeiros institucionais e no seu reconhecimento institucional, através do sistema de notas, são questões mais circunstanciais frente ao compromisso maior com o objetivo de concluir o curso (ADACHI, 2009, p. 46).

Outro fator relevante para a evasão é o sistema de avaliação utilizada pelas instituições, pois ela desestimula a permanência do aluno no curso porque muitas vezes, eles sentem injustiçados.

Sotero (2014), descreve que nas instituições públicas ou privadas os estudantes argumentam que, a causa principal da evasão é a falta de recursos financeiros para o estudante prosseguir seus estudos e que é uma forma simplificada em justificar a causa do principal foco do problema. Ela observou que em vários trabalhos sobre o tema, apontam questões de ordem acadêmica, pois “as expectativas do aluno em relação à sua formação e à própria integração do estudante com a instituição” em que o estudante não agrega os valores investidos de tempo e dinheiro para a conclusão do curso. MARTINS, (2007, p. 27) afirma que:

Muito se faz para conquistar novos alunos, mas muito pouco esforço tem sido feito no sentido de reter ou aumentar o nível de satisfação de seus atuais [...] A manutenção dos seus alunos é, cada vez mais, uma preocupação compartilhada. As taxas de evasão crescem na medida em que crescem as ofertas de novos cursos e novas instituições.

Assis (2013, p. 80), em sua pesquisa sobre a evasão do curso de Tecnologia, afirma que:

Os fatores “Incompatibilidade Entre a Vida Acadêmica” e “Exigências do Mundo do Trabalho”, retratam a situação do estudante-trabalhador que abandona os estudos em razão da necessidade de ter um trabalho remunerado para garantir a sua sobrevivência e/ou a de sua família, em função da percepção de que as horas que tem disponíveis são incompatíveis com as responsabilidades.

O autor retrata a situação do estudante evadido, que necessita trabalhar e falta tempo disponível para dar continuidade aos estudos, por ter que assumir à diversas responsabilidades que a vida lhe impõe, inclusive, garantir a sobrevivência de tudo e todos que estão acoplados a ele. Realmente a necessidade de buscar o sustento da família através do trabalho, é um argumento muito forte para a permanência do aluno,

porque existe diversos fatores que influenciam como: o cansaço, desestímulo com a instituição, sem contar que, ele vai estudar com a cabeça cheia de preocupação e não consegue se desligar dos problemas externos e se concentrar nos estudos.

Para Peixoto et al (2003), a evasão geralmente se apresenta nos primeiros períodos do curso, principalmente quando é relacionada com o rendimento do acadêmico. No mesmo raciocínio, Morosini et al. (2011, p. 8), concordam quanto [...] à correlação entre altos níveis de repetência e reprovação nas disciplinas com a ocorrência da evasão, e ainda, aponta outras causas, como “a insatisfação com o curso, os conflitos quanto à escolha adequada do curso e a decepção com a universidade”.

Moura e Silva (2007, p. 31), acrescentam que, tanto a instituição quanto o sistema educacional, jogam a culpa no aluno por ele evadir e isentando-se de suas responsabilidades.

[...] o termo evasão é muito carregado de um sentido que culpabiliza o indivíduo que, por várias razões, interrompeu definitivamente sua trajetória em uma determinada oferta educacional. Dessa forma, o termo também contribui para isentar a instituição e o respectivo sistema educacional de qualquer responsabilidade sobre esse fenômeno. É preciso ter claro que o afastamento definitivo de um estudante de determinada oferta educacional é fruto de múltiplos fatores sociais, econômicos, familiares, institucionais e pessoais, os quais se reforçam mutuamente e resultam na chamada evasão.

Com relação aos cursos de licenciaturas, Almeida e Veloso (2010), apontam diversos fatores para a evasão do curso como: as dificuldades e a desvalorização da profissão; a nota exigida para ingressar em um curso de baixo prestígio social e a falta do capital cultural. Complementa ainda, Lima e Machado (2013), em que afirmam que “muitos estudantes escolhem cursos com menos concorrência e que a probabilidade de serem aprovados no vestibular seja alta. Podemos perceber que muitos alunos entram em um curso do ensino superior, no caso das licenciaturas, não porque se sentem vocacionados, mas simplesmente para conseguir a migração para outro curso de mais prestígio. Adachi (2009), fomenta que “mesmo que o estudante se sinta vocacionado para determinada profissão, ele tende a mudar de curso, em função das potenciais dificuldades profissionais por ele vislumbradas”. O esvaziamento dos cursos de licenciatura vem sendo constatado principalmente pela desvalorização profissional, traduzida pela baixa remuneração (ALMEIDA; VELOSO, 2002, p.78).

Na sequência do raciocínio, Baggi (2010, p. 62), reforça que as questões relacionadas com a falta de capital cultural, reflexão sobre o projeto de vida e a tomada de decisão e o desencanto com o curso escolhido aparecem no processo de auto avaliação das instituições e que, “devem fazer parte das medidas tomadas pelos gestores para corrigir o rumo da instituição e elevar a qualidade do ensino pretendida”.

Nos resultados das pesquisas de Sotero (2014), Veloso e Almeida (2002), apresentaram no tópico dos “fatores de ordem mais conjuntural, chamados de variáveis socioculturais e econômicas” dificuldades com as disciplinas do curso de Letras, em que os autores concluíram que, os alunos respondentes da pesquisa, não tiveram um bom desempenho no ensino médio e que tal fato, influenciou nos índices altos de evasão nos primeiros semestres.

Ristoff (1995, p. 56), distingue a evasão como uma mobilidade em que o aluno faz a migração de um curso para outro e não considera como desperdício e sim como investimento, pois é de grande relevância que o aluno busque sua real potencialidade.

Parcela significativa do que chamamos de evasão (...) não é exclusão, mas mobilidade, não é fuga, mas busca, não é desperdício, mas investimento, não é fracasso – nem do aluno nem do professor, nem do curso ou da instituição, - mas tentativa de buscar o sucesso ou a felicidade, aproveitando as revelações que o processo natural de crescimento dos indivíduos faz sobre suas reais potencialidades.

Fialho (2014), em seu projeto de extensão do CE na UFPB, fez um estudo minucioso sobre a evasão. Elaborou um quadro com levantamento das possíveis causas da evasão escolar, no entendimento de diversos autores. A autora aponta que há algumas semelhanças nos resultados, por se tratar um fenômeno comum nas instituições, como mostra no quadro a seguir:

Quadro 04 – Possíveis causas de evasão escolar, na perspectiva de diversos autores (2014)

AUTOR	POSSÍVEIS CAUSAS
Pereira Junior (2012)	Se a escolha do curso for feita de forma precoce, pode trazer consequências negativas para o aluno; A variável do sexo como causa da evasão.
Baggi e Lopes (2010)	Imaturidade; Estudantes dependentes das famílias.
Moehlecke (2007)	Ausência de capital cultural do estudante; Frequenta dois cursos.
Morosini et al (2011)	Se a escolha do curso for feita de forma precoce, o aluno vai alegar não conhecer o curso; Se a opção do curso não for bem orientada, a escolha pode comprometer o nível de compromisso com o curso; Insatisfação com o curso na instituição; Repetência e reprovação; Desempenho nas disciplinas; Currículo rígido; Ausência de integração acadêmica.
Castro e Malacarne (2011)	Casamentos, filhos; Responsabilidade com a família; Deficiência na educação básica; Problemas na leitura, escrita e interpretação; Métodos de avaliação

	adotados pelas IES; O fato de atribuir nota ao aluno, pode o mesmo abandonar o curso; Trabalho versus estudo; O curso não possui o prestígio; A localização da IES.
Lobo (2012)	Se não houver melhora na qualidade da educação básica a educação superior continuará reproduzindo as falhas da educação básica; Relação professor-aluno; O aluno não se identifica com o curso; Mobilidade estudantil.
Andriola (2009)	Insatisfação com o curso, a instituição e o sistema com o todo.
Fernandes et al (2010)	O baixo compromisso institucional; Horário de trabalho excessivo; O curso não possui o prestígio.
Goiris, Reinert e Gbionatti (2012)	Faltou no momento da escolha a orientação vocacional; Relacionamento dentro do ambiente familiar; Deficiência na Ed. Básica, a falta de qualidade no ensino; O baixo compromisso institucional.
Baggi (2010)	Herança profissional; característica da família; Status social. Renda familiar, ocupação e escolaridade dos pais; Desempenho nas disciplinas; os alunos precisaram se adequar a metodologia do curso; Horário de trabalho excessivo; Momento da escolha do curso; A localização da IES.
Bruns (1985)	Influência das famílias; os alunos não estão preparados para ingressar na universidade; IES não está preparada para receber ingressantes; A falta frequente dos alunos às aulas; Dificuldade de aprendizagem dos alunos; Currículo rígido das universidades; Docentes considerados despreparados; Relação professor-aluno; Métodos de avaliação adotada pelas IES; Doenças; Dificuldades de conciliar trabalho e estudo; Ausência de mobilidade.
Freitas (2007\2009)	Responsabilidade com a família; no primeiro ano do curso a evasão é, geralmente três vezes maior do que nos outros semestres; Pressão por parte do trabalho.
Latiesa (1992)	Relacionamento no ambiente familiar; Reprovações nos primeiros períodos iniciais.
Silva e Filho (2009)	Deficiência no ensino básico; no primeiro ano do curso a evasão é, geralmente três vezes maior do que nos outros semestres; Desempenho nas disciplinas; Os alunos não se adequam a metodologia; Aulas teóricas e disciplinas complexas; Currículo rígido das universidades;
Tinto (1975)	Os alunos ingressantes no ensino superior, traz consigo uma variedade de características pessoais, familiares, profissionais e ou acadêmica; Ausência de laços afetivos; Ausência da integração acadêmica.
Scali (2009)	Os alunos ingressantes no ensino superior, traz consigo uma variedade de características pessoais, familiares, profissionais e ou acadêmica; No primeiro ano do curso a evasão é, geralmente três vezes maior do que nos outros semestres; Impactos da cultura e rotina institucional que difere da cultura escolar do ingressante; Nos períodos iniciais podem acontecer momentos de estresse e ansiedade; O conjunto financeiro; Falta de tempo para se dedicar aos estudos; Sono, cansaço; Desencanto da profissão.
Adachi (2009)	Reprovações nos períodos iniciais; aspectos financeiros.
Silva e Filho et al (2007)	No primeiro ano do curso a evasão é, geralmente três vezes maior do que nos outros semestres; Aspectos financeiros.
Ristoff (1997)	Frequenta dois cursos de nível superior no mesmo tempo.

Fonte: Fialho (2014, p. 44, 45 e 46).

Podemos observar que, entender a evasão no contexto acadêmico é uma tarefa complicada e por se tratar de um fenômeno educacional complexo, que estão ligados aos aspectos acadêmicos, sociais e culturais, presentes em todos os níveis das instituições de ensino, e compromete o sistema como um todo. Na compreensão da autora desta dissertação, a evasão é a saída definitiva do aluno no curso e da instituição.

No item seguinte, serão abordadas as contribuições contidas no trabalho do autor Alain Coulon (2008), na compreensão da condição do estudante das camadas populares no ensino superior.

2.3.1 Contribuição de Alain Coulon (2008), sobre a condição do estudante das camadas populares, no ingresso ao ensino superior

Na pesquisa realizada pelo autor Coulon (2008), mostra os resultados documentados em seu trabalho, no qual surgem questionamentos sobre as altas taxas de evasão no ensino superior francês. Ele utilizou como foco para seus estudos, a universidade Paris-8, local em que leciona, e por diferenciar das outras universidades em ser pública, com pouco prestígio e de livre ingresso. Devido às políticas públicas, com reformas curriculares na intenção de atender ao mercado profissional, nas décadas de 1980-2000, houve um considerado aumento no ingresso de alunos matriculados na universidade, passando de 7.000 para 27.000. O público alvo dos alunos ingressantes, apresentavam características diversificadas aos padrões elitizados em que a universidade estava habituada a receber. Eles são alunos provenientes da classe popular, trabalhadores e que tardiamente ingressaram na universidade após várias tentativas em passar no processo seletivo de outras universidades e por isso, eram alunos mais velhos que os demais. A taxa da evasão apresentou índice alto, ao término do primeiro ano de curso.

Pudemos observar, que o público alvo da pesquisa do autor Coulon (2008), se assemelha ao nosso, pois em nossa dissertação, tais fatos e características são parecidas, conforme pode-se constatar em nossa análise dos dados.

Na sequência, o autor enfatiza que a universidade não basta receber os alunos ingressantes, mas que se faz necessário uma conexão interna na instituição, com objetivo de conhecer o perfil dos alunos que adentram nela, para que eles sejam incluídos e não excluídos do sistema acadêmico. No mesmo raciocínio, o autor justifica que o aluno para sobreviver neste mundo tão diferente, ele tem que aprender o ofício de estudante, que é a incorporação da profissão que escolheu para o seu futuro, mas se não houver uma preparação para tal, não conseguem sobreviver as mudanças que enfrentarão, pois, suas dimensões são variadas e articuladas simultaneamente.

É na fase de adaptação ao mundo acadêmico, isto é, nos primeiros períodos do curso, que os alunos ficam vulneráveis a evadir o curso, porque emocionalmente é gerado nele muita ansiedade, pois o mundo acadêmico é estranho e diferente e principalmente por ter rompido com os laços familiares e também, de ordem psicopedagógica, o fato se justifica por conta da diferença de comportamento os

professores e dos colegas, nas fases iniciais do aprendizado, isto é, no ensino fundamental e médio em que, o aluno tinha o professor, a família e os colegas para o apoiar, enquanto no ensino superior o estudante tem que ser autônomo, isto é, buscar a adaptação do ambiente acadêmico, assimilar os conteúdos e acomodar às regras acadêmicas. O autor corrobora com suas palavras abaixo:

Se o fracasso e o abandono são numerosos ao longo do primeiro ano é precisamente porque a adequação entre as exigências acadêmicas, em termos de conteúdos intelectuais, métodos de exposição do saber e dos conhecimentos e os *habitus* dos estudantes, que são ainda alunos, não aconteceu. O aluno deve adaptar-se aos códigos do ensino superior, aprender a utilizar suas instituições e a assimilar suas rotinas (COULON, 2008, p. 3).

Para que o estudante possa adaptar ao mundo acadêmico, se faz necessário o engajamento de todos os envolvidos da instituição, o aprofundamento na busca dos fatores que levam os estudantes a fracassar no ensino, principalmente nos primeiros ciclos, e aplicar estratégias para amenizar os problemas da evasão. Com objetivo, no combate à evasão, o autor aponta as formas utilizadas na Universidade p-8, objeto de sua pesquisa, a qual passou por uma reestruturação curricular no primeiro semestre do curso.

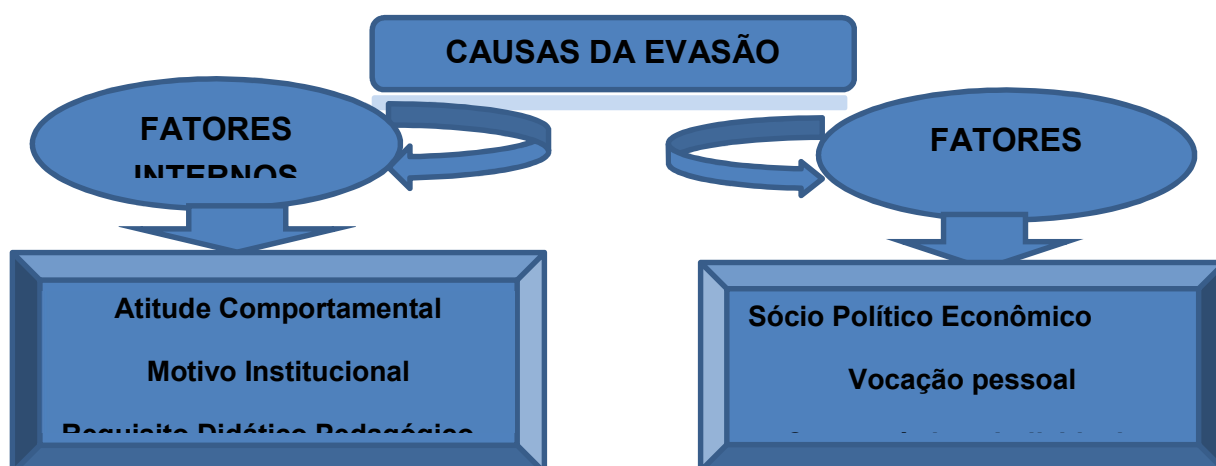
Em sequência, ao iniciar o semestre, os alunos novatos (feras) passaram pelo período de “acolhimento”, em que foi apresentado a universidade, os cursos disponibilizados, participaram de fóruns e reuniões, organizado pelos responsáveis pelo trabalho, em que foram passados a eles, informações sobre os diferentes currículos dos cursos oferecidos pela instituição, dentro da área escolhida pelo aluno. Na etapa seguinte, eles passaram pelo período de “orientação progressiva”, em que são abordados os métodos científicos e da problemática dos conteúdos disciplinares relacionados, nesta fase, o estudante tem o “direito ao erro” e na sequência, a “reorientação” ao longo do primeiro ciclo”. Ao final do primeiro semestre, era necessário que cada estudante passasse por uma entrevista de orientação feita por um professor da sua área de formação, a orientação visava no objetivo de organizar conteúdo de “pre-profissionalização” e o estudante é avaliado buscando saber se ele estava apto ou não, para ingressar no segundo período (COULON, 2008, p. 51-52).

Vamos apresentar no próximo item, o modelo de evasão elaborado pelo autor Biazus (2004), o qual será mais um instrumento para análise dos dados desta dissertação.

2.3.2 Modelo de evasão de Biazus (2004)

Na pesquisa realizada por Biazus (2004), o estudo foi focado nas causas da evasão no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Maria – SC. Em seu trabalho, com objetivo de facilitar na análise de coleta dos dados, o autor elaborou um modelo de evasão, que o denominou como ICE – Instrumento de Causas da Evasão. No instrumento, as causas da evasão foram divididas em dois fatores que: fatores internos e externos em que foi utilizando duas categorias, a saber: interna e externa, em que foram subdivididas em seis componentes, como demonstra na figura abaixo:

Figura 01 – Instrumento das causas da evasão – Modelo Biazus



Fonte: Biazus (2004, p. 74), adaptado pela pesquisadora.

Segundo o autor, as causas dos fatores internos são aqueles ligados à instituição (Atitude comportamental, Motivo institucional e requisito didático pedagógico, os fatores externos são os que independem da instituição: Sócio Político econômico, Vocação Pessoal e Características Individuais (BIAZUS, 2004, p. 80).

No próximo item, abordaremos a evasão nas Licenciaturas em Pedagogia no Brasil e na UFPB.

2.4 Evasão das Licenciaturas em Pedagogia no Brasil

Ao longo de sua história, o Curso de Pedagogia no Brasil, seu estudo foi focado com a finalidade de envolvimento nos processos educativos em escolas e outros ambientes, em especial na educação de crianças nos anos iniciais de escolarização, além da gestão educacional. As primeiras propostas para este curso foi atribuído o “estudo da forma de ensinar”, o qual foi Regulamentado através do Decreto-Lei n. 1.190/1939, em que ficou definido como formação de “técnicos em educação” que eram professores concursados com funções de administração, mas que realizavam estudos superiores em Pedagogia (planejamento de currículos, orientação a professores, inspeção de escolas, avaliação do desempenho dos alunos e dos docentes, de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da educação, no Ministério da Educação, nas secretarias de estado e dos municípios).

O curso de Pedagogia oferecia o título de bacharel, a quem cursasse três anos de estudo em fundamentos e teorias educacionais; e o título de licenciado permitia atuar como professor. Aos que, tendo concluído o bacharelado e queriam atuar como professor tinha que cursar mais um ano de estudos, dedicados à Didática e a Prática de Ensino.

A regulamentação do curso se deu através do Parecer CFE nº. 292/1962, que previa o estudo de três disciplinas: Psicologia da Educação, Elementos de Administração Escolar, Didática e Prática de Ensino (que era em forma de Estágio Supervisionado). Em 1968, a Lei da Reforma Universitária 5.540, facultava à graduação em Pedagogia a oferta de habilitações: Supervisão, Orientação, Administração e Inspeção Educacional, assim como outras especialidades necessárias ao desenvolvimento nacional e às peculiaridades do mercado de trabalho.

Em 1969, o Parecer CFE nº. 252, organizou o funcionamento do curso de Pedagogia, cujo sua finalidade era de preparar profissionais da educação e garantias aos profissionais o título de especialista, mediante complementação de estudos. O mesmo Parecer, diferenciava entre o bacharelado da licenciatura e foi fixado a duração do curso em 4 anos. Para a licenciatura em Pedagogia, era permitido exercer o magistério nos cursos normais e ainda lecionar Matemática, História, Geografia e Estudos Sociais, no primeiro ciclo do ensino secundário, anterior a 1972.

Na década de 1980, devido às exigências do momento histórico, várias universidades efetuaram reformas curriculares, em que os profissionais do curso de Pedagogia, passaram a atuar na educação pré-escolar e nas séries iniciais do ensino fundamental. O Curso de Pedagogia, desde então, foi mesclando experiências em formação inicial e continuada de docentes, para trabalhar com crianças e com jovens e adultos.

Em nível nacional e após o Reuni, no Censo de 2014, o curso de Licenciatura em Pedagogia foi o que mais ofertou matrículas, com um montante de 648.998, representando (44,3%) do total ofertadas para vinte (20) cursos de Licenciaturas no Brasil. O quadro abaixo nos mostra que:

Quadro 05 - Licenciatura em Pedagogia, maior número de matriculas de alunos (2014)

CURSO	MATRÍCULAS	PERCENTUAL %	PERCENTUAL ACUMULADO %
Pedagogia	648.998	44,3	44,3
Educação Física	149.011	10,2	54,4
Biologia	88.294	6,0	60,2
História	86.661	5,9	66,3
Matemática	84.522	5,8	72,1
Língua Portuguesa	80.737	5,5	77,6
Geografia	50.723	3,5	81,1
Língua Estrangeira	48.383	3,3	84,4
Língua Estrangeira Moderna	39.081	2,7	87,0
Química	35.892	2,5	89,5
Física	25.102	1,7	91,2
Filosofia	20.046	1,4	92,6
Artes Visuais	17.609	1,7	93,8
Sociologia	15.220	1,0	94,8
Música	14.855	1,0	95,8
Ciência	13.183	0,9	96,7
Computação	12.210	0,8	97,5
Artes – Ed. Artística	6.692	0,5	98,0
Teatro – Artes Cênicas	4.898	0,3	98,3
Séries Finais Ensino Fundamental	3.359	0,2	98,6

Fonte: Adaptado com base nos dados do (DEED - INEP), do Resumo Técnico do Censo da Educação Superior, (2014, p. 26).

Em conformidade, quanto maior o número de matrículas, a probabilidade da evasão, se torna cada vez maior, pois no Censo de 2015, as matriculas do curso em Licenciatura em Pedagogia continuaram a subir, mas com menos intensidade, pois houve um acréscimo de apenas 1% com relação ao ano anterior, totalizando 655.815, enquanto que a evasão, os índices mostram estar bem acima, conforme o quadro abaixo:

Quadro 06 - Estatística Geral da Evasão no Curso de Licenciatura em Pedagogia no Brasil – Censo – 2015

EVASÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA NO BRASIL – CENSO 2015								
INSTITUIÇÕES	MATRICULADOS	INGRESSANTES	CONCLUINTES	TRANCADOS	TRANSFERIDOS PARA OUTRAS IES	FALECIMENTO	TOTAL GERAL DE EVASÃO	%
Públicas	127.882	27.319	23.085	11.595	297	30	11.922	15%
Privadas	527.931	199.528	99.806	69.574	2.368	83	72.025	31%
Total Geral	655.815	226.847	122.891	81.169	2.665	113	83.947	46%

Fonte: Adaptado com base nos dados do (DEED - INEP), do Resumo Técnico do Censo da Educação Superior (2015, p. 17).

Ao analisarmos o quadro acima, podemos observar que no Censo de 2015 o Curso de Licenciatura em Pedagogia no Brasil, muitos alunos são matriculados, mas apenas 35% ingressam no curso, e na rede privada é que se concentra o maior índice, pois, no censo analisado, o total de alunos ingressantes foi de 655.815, sendo que, 199.528 (86%) ingressaram nas IES privadas e 27.319 (14%) nas IES públicas. Os concluintes totalizaram 122.891, sendo que, 54% foram da rede privada de ensino e 36% da rede pública. Quanto ao índice de evasão, quase a metade dos ingressantes evadiram o curso, pois do total geral de 226.847 alunos ingressantes, 83.947 abandonaram o curso, tal que, 72.025 (31%) são da rede privada de ensino e 11.922 (15%) da rede pública.

A seguir vamos tratar da evasão geral nos cursos da UFPB e como esta instituição conceitua a evasão.

2.5 Moldurando a evasão na UFPB

Já apresentamos em nossa introdução, que a evasão no Ensino Superior é um dos maiores problemas enfrentados por todas as instituições, seja ela pública ou privada. Na Universidade Federal da Paraíba – UFPB, não seria diferente, pois, na tabela abaixo retrataremos o índice de evasão, no período de 2007 a 2012, separada por Campus.

Conforme Fialho (2014), nos mostra na tabela abaixo, o índice de evasão da

UFPB, no período de 2007 a 2012.

Quadro 07 – Índice de Evasão da UFPB (2007- 2012)

EVASÃO DA UFPB - PERÍODO 2007-2012 POR CAMPUS EM (%)					
Ano	Evasão Geral %	Evasão Campus I	Evasão Campus II	Evasão Campus III	Evasão Campus IV
2007	14,24	13,67	18,75	13,72	10,83
2008	15,58	11,00	12,67	17,91	20,73
2009	15,70	15,32	16,69	11,32	19,47
2010	17,35	15,16	16,14	16,60	21,50
2011	13,28	14,00	9,33	13,51	16,29
2012	13,03	13,87	9,98	12,05	16,20
Total	14,86	13,83	13,93	14,19	17,50

Fonte: Fialho (2014, p. 65) e STI – UFPB – adaptada pela autora em 20-06-2017.

O quadro 07, nos retrata que a evasão, também está presente na UFPB e em todos os *Campus* e com a média de evasão variada de 9,33% a 21,5%, taxas essas, que em 2012, já representava um quadro preocupante, pois 13,87% dos alunos ingressantes na instituição, evadiram o curso.

Com relação à definição da evasão, nos estudos sobre ela, apresentam cálculos e definições diferentes porque varia de autores e instituições. A UFPB não tem um cálculo e uma definição estabelecidos por ela, mas utiliza os parâmetros de evasão considerados pelo MEC. Na pesquisa de Silva (2017, p. 28), aponta que segundo a Coordenação de Escolaridade – CODESC-STI-UFPB, considera como evasão, quando acontece o abandono do curso pelo aluno, nas seguintes situações: Cancelamento automático no processamento da matrícula; cancelamento espontâneo; cancelamento por decurso de prazo máximo para conclusão de curso; Cancelamento por reopção e cancelamento por transferência para outra IES.

Vamos apresentar no próximo item, o modelo de evasão elaborado pelo autor Biazus (2004), o qual será mais um instrumento para análise dos dados desta dissertação.

No próximo capítulo, será abordado o percurso histórico da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, do Centro de Educação – CE/UFPB e do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFPB.

3. PERCURSO HISTÓRICO DA UFPB

3.1 Origem da UFPB

A Universidade Federal da Paraíba, foi criada em 1934, da primeira escola de nível superior, a Escola de Agronomia do Nordeste, na cidade de Areia, exatamente quando as vocações profissionais da comunidade ainda são justamente acentuadas para Medicina, Advocacia ou Sacerdócio, carreiras já tradicionais entre famílias da classe dominante rural e àquela altura aspirações dos setores de classe média da população.

Através da Escola de Agronomia do Nordeste abre a possibilidades de criação de outras escolas isoladas. Em 1947, foi fundada a Faculdade de Ciências Econômicas, em João Pessoa, a qual, tornou-se um marco histórico do Ensino Superior da Paraíba. Até então, somente duas escolas formavam pessoal a nível médio na área do comércio - A Escola Técnica de Comércio “Epitácio Pessoa” e a Escola Comercial.

Na década de 1950, devido ao desenvolvimento técnico industrial na Paraíba, o município de Campina Grande é visto como um novo foco científico cultural, por apresentar inicialmente um projeto de escola técnica de nível superior, a Escola Politécnica, projeto que conta desde o início com o respaldo do mundo local dos negócios financeiro-comerciais, que assumem concretamente o compromisso de colaboração com a iniciativa, devido aos seus interesses. Neste sentido, mobilizam-se entidades particulares, federais, estaduais e firmas estrangeiras que fornecem recursos à escola, para a montagem de toda a infraestrutura necessária ao seu funcionamento e qualidade dos equipamentos, o que não encontra registrado nos projetos, são recursos relativos às áreas humanísticas e de saúde. Desta forma, em 1952 foram criados novos cursos técnicos superiores na Paraíba.²

Também na década de 1950, registrou-se a criação de quase todas as escolas isoladas e que mais tarde delinearão o corpo da Universidade Estadual, iniciativas geralmente levadas a efeito por movimentos classistas e lideradas pelas entidades representativas desses movimentos. O Clube de Engenharia inicia o movimento pela

² <http://www.ufpb.br>

criação da Escola Superior de Engenharia da Paraíba, inicialmente criando um curso de preparação às Escolas Preparatórias de Cadetes (1948), em cujo exame de seleção a Paraíba se coloca em primeiro lugar, determinando este fato que no ano seguinte os exames sejam realizados em João Pessoa, ao invés de serem realizados em Recife, como tradicionalmente vinha se fazendo. O êxito daquele evento motiva não somente a criação da Escola de Engenharia, mas o desencadeamento de todo o processo de formação do Ensino Superior. A criação da Faculdade de Direito da Paraíba resulta da euforia dos que se envolveram no movimento. A receptividade da comunidade há de compor o quadro propício a outras iniciativas no campo do Ensino Superior.

O Governo Estadual visualiza projeto de criação do ensino Superior na Paraíba e estabelece uma Comissão de Planejamento do Ensino Superior cujos membros, representantes das diversas profissões liberais, devem elaborar projetos e encaminhar sua operacionalização. A década de 1950 na Paraíba registra o aparecimento de várias Escolas Superiores e a criação da própria Universidade. É neste contexto que se afigura a criação da Escola Superior de Engenharia da Paraíba, em 1952, e diversas outras Escolas.

De iniciativa particular, a Escola de Engenharia, enquanto unidade de ensino Superior isolada é encarada com certa descrença pela comunidade, pois seu caráter particular implica nos transtornos oriundos da falta de recursos, considerando-se, além do mais, que na cidade de Campina Grande já existia em pleno funcionamento, a Escola Politécnica que, sendo da área estadual, carregava mais recursos.

A Escola de Engenharia se mantém financeiramente através de dotações conquistadas pelo envolvimento de parlamentares paraibanos nos legislativos federal e estadual, além do COSUP, organização federal para o ensino superior, subordinada mais tarde aos planos desenvolvimentistas do governo.

A Constituição Estadual de 1947 prevê a criação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na Paraíba- FAFI, no ato das disposições constitucionais. Este dispositivo serve de apoio legal mais tarde à ação inicial dos que encampam o movimento pela criação da FAFI. Após dois anos é que a Faculdade estaria criada oficialmente, cumprindo sua finalidade profissionalizante de formar professores e preenchendo as várias lacunas deixadas até então por outros cursos superiores existentes.

Com o surgimento da necessidade de se qualificar pessoal para o magistério secundarista, a FAFI se propunha inicialmente a especializar professores de Português, Francês, Espanhol, Italiano, Latim (Curso de Línguas Neolatinas), Geografia, História (curso unificado) e Pedagogia. A implantação imediata desses grupos, cursos e disciplinas justifica-se pela necessidade explícita e pelo fato de que o pessoal docente se mostra acessível ao recrutamento, com exceção do corpo docente de línguas estrangeiras, aos quais se tinha que oferecer algumas regalias em troca de seus serviços, o que de regra ocorreria a quase todas as disciplinas que exigissem pessoal docente com maior nível de qualificação. A Faculdade de Filosofia do Estado e a Faculdade de Direito, a ser criada depois, formaram o quadro das escolas que, além das atribuições profissionalizantes específicas, é a fonte institucionalizada do “saber humanístico”. As profissões médicas e jurídicas caracterizam as famílias da elite e já nas décadas de 1940 e 1950 eram aspirações de famílias com pretensões à ascensão social.

Em 1951, a Faculdade de Direito é legalmente criada e marca a fundação da Escola de Serviço Social, contando com o apoio da Igreja e do governo do Estado, no momento em que se abre o processo histórico da criação do Ensino Superior na Paraíba, momento este já quase que totalmente favorável à proliferação de escolas superiores em todo o país. Porém, dado o seu caráter de instituição particular, a escola de Serviço Social não escapa às dificuldades resultantes da escassez de recursos, e sobrevive à sombra dessas dificuldades, até que seja absorvida pela Universidade Federal.

Na sequência, em 1951 fundou-se a Faculdade de Medicina com ajuda e estímulos providos dos seus idealizadores, os quais obtiveram o êxito na legalidade da Faculdade de Direito e posteriormente, conseguiram a criação da Faculdade de Medicina, fator esse, que se apresenta como o estopim desencadeador do processo de abertura dos demais cursos superiores na área da saúde. Devido à ausência de curso superior de Medicina na Paraíba, pois eram causados transtornos para os estudantes de medicina, que pertencia à classe social mediana, era estrangulada entre a necessidade de deslocamento para outros estados, citamos como exemplo, a cidade de Recife, local mais próximo, onde havia o curso de Medicina.

Os estudantes do curso de Odontologia, que pouco tinham se movimentado pela Faculdade de Medicina, aproveitou o momento propício, alegando a mesma dependência, já que o curso de Odontologia ficava em anexo ao de Medicina, assim,

correram em providenciar a documentação exigida para a implantação da futura Faculdade de Odontologia. Em 1955, foi que a imprensa divulgou informes sobre o reconhecimento da Faculdade de Odontologia pelo MEC, enfocando a boa receptividade do acontecimento junto à comunidade. A falta de recursos, porém, determina o não funcionamento do Curso de Farmácia em que só normatiza em 1956. A criação da Faculdade de Medicina, assim como a ampliação da assistência médica estadual e municipal e aumento da população, exige-se na abertura de mais postos de saúde em todo o Estado e assim, impõe cada vez mais, a demanda de mais enfermeiros para prestarem serviços nas áreas de saúde que se ampliam.

Em 1953, a Escola de Enfermagem foi criada no mesmo molde de processo da criação da Faculdade de Medicina. Em 1955, no Estado da Paraíba existiam onze escolas de nível superior, em que favoreceu na criação da Universidade da Paraíba, que aconteceu através da Lei Estadual nº 1.366, de 02 de dezembro de 1955 e em 1960 acontece sua federalização, através da Lei nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960, passando a denominar Universidade Federal da Paraíba.

Em 1973, o Conselho Universitário aprova a reformulação da estrutura acadêmica da Instituição, através da Resolução nº 12/73, em consonância com o disposto nos Decretos-leis nº 53, de 18.11.66, e 252, de 28.02.67, e a Lei nº 5.540, de 28.11.68, em que são lançadas as bases para a formação de Centros como órgãos intermediários e de concentração dos Departamentos por áreas de conhecimentos básicos e profissionais.

Desde então, a Universidade Federal da Paraíba ficou estruturada da seguinte forma: *Campus I*, na cidade de João Pessoa; *Campus II*, na cidade de Campina Grande; *Campus III*, na cidade de Areia; *Campus IV*, na cidade de Bananeiras; *Campus V*, na cidade de Cajazeiras; *Campus VI*, na cidade de Sousa e *Campus VII*, na cidade de Patos.

Com a luta de vários anos, em que envolveu a comunidade acadêmica, a sociedade como um todo e a classe política local, a Universidade Federal de Campina Grande foi criada, com o desmembramento da Universidade Federal da Paraíba, através da Lei nº 10.419, de 09 de abril de 2002, integrada pelo *Campus I*, na cidade de Campina Grande, abrangendo o Centro de Ciências e Tecnologia - CCT; Centro de Humanidades - CH e Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - CCBS; *Campus II*, na cidade de Cajazeiras, abrange o Centro de Formação de Professores - CFP; *Campus III*, na cidade de Sousa, abrange o Centro de Ciências Jurídicas e Sociais -

CCJS e o *Campus* IV, na cidade de Patos, abrange o Centro de Saúde e Tecnologia Rural - CSTR.

Atualmente a Universidade Federal da Paraíba está estruturada da seguinte forma: *Campus* I, na cidade de João Pessoa, compreende os seguintes Centros: Centro de Ciências Exatas e da Natureza - CCEN; Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA; Centro de Comunicação, Turismo e Artes - CCTA, Centro de Ciências da Saúde - CCS; Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA; Centro de Educação - CE; Centro de Tecnologia - CT e Centro de Ciências Jurídicas - CCJ; Centro de Biotecnologia - CBIotec; Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional - CTDR; Centro de Ciências Médicas - CCM; Centro de Informática - CI; Centro de Informática - CI e Centro de Energias Alternativas Renováveis - CEAR e o *Campus* II, na cidade de Areia, compreende o Centro de Ciências Agrárias - CCA e o *Campus* III, na cidade de Bananeiras, abrange o Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias - CCHSA e o *Campus* IV, nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto, com o Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE.

3.2 Conhecendo o Centro de Educação da UFPB

O Centro de Educação (CE) da Universidade Federal da Paraíba, foi instituído durante o reitorado do Prof. Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, baseado no art. 15, alínea “e”, do Estatuto da Universidade. O Centro por sua vez, foi aprovado pelo Parecer nº 6.710/78 do CFE, sendo homologado por despacho do Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura (Processo nº 241.921/78) e publicado no Diário Oficial da União de 20 de novembro de 1978. É um órgão setorial, com funções deliberativas e executivas em nível intermediário de administração.

Seu Regimento foi aprovado pelo Conselho Universitário – conforme Resolução nº 72/79, de 23.02.79 – e, tendo em vista o pronunciamento favorável do CONSEPE em sua reunião de 14.02.79, o conselho de Centro reuniu-se, pela primeira vez em 16.03.79.

Os cursos existentes no Centro de Educação eram apenas, o curso de graduação em Pedagogia e o Mestrado em Educação. Com a expansão das universidades através do Reuni (2006), foram criados diversos cursos de graduação e pós-graduação, apresentando a atual composição conforme abaixo:

- GRADUAÇÃO: Licenciatura em Pedagogia; Licenciatura em Pedagogia Virtual; Graduação em Psicopedagogia; Licenciatura em Ciências das Religiões; Licenciatura em Ciências Naturais e Licenciatura em Pedagogia da Educação do Campo.
- PÓS-GRADUAÇÃO: Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE; Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões - PGCR; Programa de Pós-Graduação em Gestão em Organizações Aprendentes - PPGOA e Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – Mestrado Profissional - MPPGAV.

Atualmente o Centro de Educação possui na graduação, 07 (sete) coordenações e 07 (sete) departamentos. As coordenações são compostas por: Coordenação de Pedagogia Presencial; Coordenação de Pedagogia Virtual; Coordenação de Psicopedagogia; Coordenação de Ciências das Religiões; Coordenação de Ciências Naturais e Coordenação de Pedagogia do Campo. Os Departamentos são assim denominados: Departamento de Fundamentação da Educação - DFE; Departamento de Habilitação Pedagógica - DHP; Departamento de Metodologia da Educação – DME; Departamento de Psicopedagogia; Departamento de Ciências das Religiões; Departamento de Educação do Campo e Departamento de Educação Básica.

No quadro 08, mostramos o quantitativo de docentes e Técnicos Administrativos que trabalham no CE.

Quadro 08–Quantitativo de Docentes e Técnicos do Centro de Educação/CE

Centro de Educação	Nº de Docentes	Nº.de Técnicos	Total
Departamento de Ciências das Religiões	13	1	14
Departamento de Educação Básica	24	0	24
Departamento de Educação do Campo	5	0	5
Departamento de Fundamentação da Educação	43	1	44
Departamento de Habilitação Pedagógica	39	3	42
Departamento de Metodologia da Educação	45	3	48

Departamento de Psicopedagogia	19	0	19
Escola De Educação Básica (Creche Escola)	2	3	5
Direção de Centro	0	82	82

Fonte: Site da UFPB/PROGEP/SIGRH, adaptado pela pesquisadora (2017).

O quadro 08 nos revela que, o Centro de Educação é composto por 190 docentes e 93 Técnicos Administrativos, totalizando 283 servidores.

3.3 Conhecendo o curso de Licenciatura em Pedagogia/*Campus I* na UFPB

O Curso de graduação em Pedagogia, do *Campus I*, da UFPB, foi criado pela Lei Estadual Nº 341 de 01.09.49, autorizado pelo Decreto Nº 30.909 de 27.05.52 e reconhecido pelo Decreto Presidencial Nº 38.146 de 25.10.55, o qual, inicialmente foi vinculado a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que em 1969 passou a ser denominada Faculdade de Educação e em 1976 foi extinta e o curso de Graduação em Pedagogia passou a integrar o Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) e, desde sua desvinculação em abril de 1979, tornou-se o Centro de Educação.

O Curso original funcionava por sistema de créditos, com uma carga horária mínima de 2.355 (duas mil trezentos e cinquenta e cinco) horas-aula, equivalente a 149 (cento e quarenta e nove) créditos, e formava o Especialista em Educação: o Administrador Escolar, o Orientador Educacional e o Supervisor Escolar.

Entre os anos 1970 e 1980, o curso foi redefinido e adquiriu um caráter mais dinâmico e orgânico com os debates sobre a formação do educador. Em 1984, ele foi modificado através de uma Comissão formada pelos docentes do Centro de Educação e alunos do Curso de Pedagogia, bem como por profissionais que já atuavam no sistema de ensino. Os profissionais do curso de Pedagogia foram concentrados nas áreas designadas como especialistas em: Educação de Adultos, Educação Especial, Formação para o Magistério (Pré-Escolar, Ensino Normal/Ensino de 1º grau - 1ª a 4ª séries), Educação Rural.

Por conseguinte, ampliam-se as disciplinas e atividades curriculares dirigidas à docência para crianças de 0 a 5 anos e de 6 a 10 e oferecem-se diversas ênfases nos percursos de formação do pedagogo, para contemplar, entre muitos outros temas: educação de jovens e adultos; a educação infantil; a educação na cidade e no campo;

atividades educativas em instituições não escolares, comunitárias e populares; a educação dos povos indígenas; a educação nos remanescentes de quilombos; a educação das relações étnico-raciais; a inclusão escolar e social das pessoas com necessidades especiais, dos meninos e meninas de rua; a educação a distância e as novas tecnologias de informação e comunicação aplicadas à educação.

Importa considerar, ainda, a evolução das trajetórias de profissionalização no magistério da Educação Básica onde, durante muitos anos, a maior parte dos que pretendiam graduar-se em Pedagogia eram professores primários, com alguma ou muita experiência em sala de aula. Assim, os professores das escolas normais, bem como boa parte dos primeiros supervisores, orientadores e administradores escolares haviam aprendido, na vivência do dia-a-dia como docentes, sobre os processos nos quais pretendiam vir a influir, orientar, acompanhar, transformar.

Na medida em que o curso de Pedagogia foi priorizado para a formação de docentes dos primeiros anos do Ensino Fundamental, assim como da Educação Infantil, crescia o número de estudantes sem experiência docente e formação prévia. Tal situação levou os cursos de Pedagogia a enfrentarem, a problemática do equilíbrio entre formação e exercício profissional, bem como a desafiante crítica de que os estudos em Pedagogia eram separadamente a teoria e a prática. Em consequência, o curso de Pedagogia passou a ser objeto de severas críticas, que destacavam o tecnicismo na educação, fase em que os termos pedagogia e pedagógico passaram a ser utilizados apenas em referência a aspectos metodológicos do ensino e organizativos da escola.

Foi através do movimento de educadores que buscaram fixar um estatuto epistemológico para a Pedagogia, e contou com adeptos de abordagens até contraditórias, mas que resultou numa ampla compreensão acerca do curso, foi incluída de que a docência, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e também na Educação Infantil, passasse a ser a área de atuação do egresso do curso de Pedagogia, por excelência. Com uma história construída no cotidiano das instituições de ensino superior que nos anos 1990, foi constituindo como o principal *locus* da formação docente dos educadores para atuar na Educação Básica: na Educação Infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.

A formação dos profissionais da educação, no Curso de Pedagogia, hoje, tem como objetivo central a formação de profissionais capazes de exercer a docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas

pedagógicas para a formação de professores, no planejamento e na gestão e avaliação de estabelecimentos de ensino, de sistemas educativos escolares e de programas não escolares, visando garantir a educação dos segmentos historicamente excluídos dos direitos sociais, culturais, econômicos, políticos.

A situação atual do Curso de Pedagogia teve seu Currículo reestruturado e regimentado pela Resolução Nº 13/1996 e 64/2006 do CONSEPE passando a conferir o grau de Licenciado em Pedagogia também para o Magistério em Educação Infantil e Ensino Fundamental. O Curso funciona em regime seriado semestral, com uma carga horária de 3.210 (três mil, duzentos e dez) horas-aula e com a duração mínima de quatro anos e meio no turno diurno e cinco anos e meio no noturno. O aluno para concluir o curso, ele terá que optar, no último semestre, uma das quatro áreas de aprofundamento que são: Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino Normal, Magistério em Educação Especial, Magistério em Educação de Jovens e Adultos e Supervisão Escolar e Orientação Educacional.

Atuando nos três turnos, o Curso de Pedagogia em 2015 contava com cerca de 2044 (dois mil e quarenta e quatro) alunos matriculados e 112 professores lotados nos três departamentos do Centro de Educação: Departamentos de Habilitações Pedagógicas (DHP), Departamento de Metodologia da Educação (DME) e Departamento de Fundamentação da Educação (DFE).

O Projeto Político Pedagógico – PPP, foi reestruturado em consonância com as mudanças sociais e educacionais, pela Coordenação do Curso de Pedagogia, que é formada por uma Comissão dos docentes, discentes e funcionários do Centro de Educação em sintonia com a PRG – Pró Reitoria de Graduação da UFPB, num processo de avaliação contínua e tomada de consciência da importância dessa tarefa educativa. Os objetivos do curso se pautam em contribuir para a formação da consciência crítica dos futuros profissionais da educação; avançar na construção de uma teoria geral da educação; contribuir para a formação de profissionais que tenham condições de assumir a docência no campo da Educação Infantil e do Ensino Fundamental e coordenar experiências pedagógicas em educação formal e não formal. A base legal do Curso está na Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/1996, no Parecer do Conselho Nacional de Educação- CNE de nº 05/2005 e na Resolução CNE nº 01/2006, na Resolução 34/2004 do Conselho Superior de Ensino e Extensão - CONSEPE/UFPB e na Resolução do CONSEPE UFPB nº 64/ 2006.

O CONSEPE da Universidade Federal da Paraíba, aprovou em 19 e 20 de outubro de 2006 o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura, do Centro de Educação, *Campus I*, desta Universidade, com a seguinte justificativa: a necessidade de capacitação de profissionais para atuar nos campos de trabalho emergentes na área; os critérios e os padrões de qualidade estabelecidos pela UFPB para formação de profissionais; a importância de um Projeto Político Pedagógico dinâmico e atual que estará em constante processo de avaliação; as diretrizes fixadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, que orientam a elaboração curricular; as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Pedagogia, instituídas pela Resolução CNE/CP nº 01/de 15 de maio de 2006. Esta Resolução institui Diretrizes que, atualmente constam no PPC – Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia, na modalidade Presencial do *Campus I*, apresentando as seguintes definições (CONSEPE RESOLUÇÃO 64, 2006).

- Carga horária mínima de 3.210 horas que serão distribuídas da seguinte forma: Atividades formativas como assistência a aulas, realização de seminários, participação na realização de pesquisas, consultas a bibliotecas e centros de documentação, visitas a instituições educacionais e culturais, atividades práticas de diferente natureza, participação em grupos cooperativos de estudos = 2.800 horas; Estágio Supervisionado prioritariamente em Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto pedagógico da instituição = 300 horas; Atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos, por meio, da iniciação científica, da extensão e da monitoria = 100 horas.
- Desenvolvimento dos Estudos: Os estudantes desenvolverão seus estudos mediante: Disciplinas, seminários e atividades de natureza predominantemente teórica que farão a introdução e o aprofundamento de estudos, entre outros, sobre teorias educacionais, situando processos de aprender e ensinar historicamente e em diferentes realidades socioculturais e institucionais que proporcionem fundamentos para a prática pedagógica, a orientação e apoio a estudantes, gestão e avaliação de projetos educacionais, de instituições e de políticas públicas de Educação.

- Práticas de docência e gestão educacional que ensejem aos graduandos a observação e acompanhamento, a participação no planejamento, na execução e na avaliação de aprendizagem, do ensino, de projetos pedagógicos, tanto em escolas como em outros ambientes educativos.
- Atividades complementares envolvendo o planejamento e o desenvolvimento progressivo do Trabalho de Curso, atividades de monitoria, de iniciação científica e de extensão, diretamente orientadas por membro do corpo docente da instituição de educação superior decorrentes ou articuladas às disciplinas, áreas de conhecimentos, seminários, eventos científico-culturais, estudos curriculares, de modo a propiciar vivências em algumas modalidades e experiências, entre outras, e opcionalmente, a educação de pessoas com necessidades especiais, a educação do campo, a educação indígena, a educação em remanescentes de quilombos, em organizações não-governamentais, escolares e não-escolares públicas e privadas; estágio curricular que deverá ser realizado, ao longo do curso, em Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em disciplinas pedagógicas dos cursos de nível médio, na modalidade Normal e/ou de Educação Profissional na área de serviços e de apoio escolar, ou ainda em modalidades e atividades como educação de jovens e adultos, grupos de reforço ou de fortalecimento escolar, gestão dos processos educativos, como: planejamento, implementação e avaliação de atividades escolares e de projetos, reuniões de formação pedagógica com profissionais mais experientes, de modo a assegurar aos graduandos experiência de exercício profissional, em ambientes escolares e não-escolares, que amplie e fortaleça atitudes éticas, conhecimentos e competências.

Dito isto, vamos tratar no próximo item do perfil do Licenciado em Pedagogia e atuação profissional.

3.3.1 O perfil do Licenciado em Pedagogia/*Campus I* na UFPB e Atuação Profissional

O graduado em Pedagogia deverá contemplar consistente formação teórica, diversidade de conhecimentos e de práticas, que se articulam ao longo do curso. Desta maneira o perfil do profissional se baseia em:

O curso de Pedagogia trata do campo teórico-investigativo da educação, do ensino, de aprendizagens e do trabalho pedagógico que se realiza na práxis social; a docência compreende atividades pedagógicas inerentes a processos de ensino e de aprendizagens, além daquelas próprias da gestão dos processos educativos em ambientes escolares e não-escolares, como também na produção e disseminação de conhecimentos da área da educação; processos de ensinar e de aprender dão-se, em meios ambiental-ecológicos, em duplo sentido, isto é, tanto professoras(es) como alunas(os) ensinam e aprendem, uns com os outros; o professor é agente de (re)educação das relações sociais e étnico-raciais, de redimensionamentos das funções pedagógicas e de gestão da escolar.

O campo de atuação profissional do licenciado em Pedagogia deve conter as extensões:

- a) *Docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas do curso de Ensino Médio na modalidade Normal, na Educação de Jovens e Adultos, assim como em Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar, além de em outras áreas nas quais conhecimentos pedagógicos sejam previstos;*
- b) *Gestão educacional, entendida numa perspectiva democrática, que integre as diversas atuações e funções do trabalho pedagógico e de processos educativos escolares e não-escolares, especialmente no que se refere ao planejamento, à administração, à coordenação, ao acompanhamento, à avaliação de planos e de projetos pedagógicos, bem como análise, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e institucionais na área de educação; produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional;*
- c) *Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;*
- d) *Compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;*
- e) *Fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;*

- f) Trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;*
- g) Reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais e afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;*
- h) Aplicar modos de ensinar diferentes linguagens, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano, particularmente de crianças;*
- i) Relacionar as linguagens dos meios de comunicação aplicadas à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas; promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;*
- j) Identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras; demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;*
- k) Desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento; participar da gestão das instituições em que atuem enquanto estudantes e profissionais, contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico; planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;*
- l) Realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre seus alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não-escolares, sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental/ecológicos; sobre*

propostas curriculares; e sobre a organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas; utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos; estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.

No caso dos professores indígenas e de professores que venham a atuar em escolas indígenas, dada a particularidade das populações com que trabalham, das situações em que atuam, sem excluir o acima explicitado, deverão:

- m) Promover diálogo entre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprias à cultura do povo indígena junto a quem atuam e os provenientes da sociedade majoritária;*
- n) Atuar como agentes interculturais, com vistas à valorização e ao estudo de temas indígenas relevantes.*

No período de 2010 a 2015, ingressaram no curso de Licenciatura em Pedagogia, modalidade presencial 1959 (mil novecentos e cinquenta e nove) e concluíram 420 (quatrocentos e vinte), ou seja, pode ter ocorrido uma evasão ou deixaram de concluir aproximadamente 1.539 alunos, assim distribuídos: sendo que 420 (21%) concluíram o curso, 386 (20%) trancaram e 560 (29%) cancelaram o curso. A taxa total da evasão do período analisado foi de 761 (49%). Nos detivemos em pesquisar os 391 (trezentos e noventa e um) alunos que evadiram/abandonaram o curso, isto é que saíram da UFPB e do curso. Este aspecto será detalhado no próximo capítulo, onde trataremos dos procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, vamos retratar os procedimentos metodológicos desta pesquisa. Serão traçados através do processo de caracterização, população, etapas e instrumento de coleta e análise dos dados. Marconi e Lakatos (2003) afirmam que sem a utilização de métodos científicos não há ciência e definem o método como o “conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo (...)”.

A pesquisa foi realizada na Universidade Federal da Paraíba – UFPB, no curso de Licenciatura em Pedagogia, na modalidade presencial, pertencente ao CE – Centro de Educação – *Campus I*, situada no município de João Pessoa, no estado da Paraíba, com marco temporal de 2010 a 2015.

4.1 Caracterização da pesquisa

Optamos por seguir a abordagem metodológica do tipo da pesquisa qualitativa. De acordo com os autores Kirk e Miller (1988, p. 10) “[...] a pesquisa qualitativa é preocupada socialmente, cosmopolita e, sobretudo, objetiva”, ela procura adequar o conhecimento da realidade dos sujeitos através dos seus significados, por meio das atitudes, comportamentos e motivos. Entende-se que, a pesquisa qualitativa é um evento que pode ser compreendido na sua totalidade e no contexto em que acontece o fato (FIALHO, 2015, et al GONZALEZ, 2011).

No enfoque qualitativo não se emprega dados estatísticos como centro do processo de análise de um problema, não tendo pretensão de numerar ou medir unidades ou categorias, sendo mais adequada para a obtenção de um conhecimento mais aprofundado em casos específicos.

Segundo Fernandes (2014, p. 3).

Deve-se ter como foco a intenção de buscar compreender o fenômeno, quando observado minuciosamente. Trata-se da ação fundamental na pesquisa qualitativa, e quanto mais o pesquisador se apropria de detalhes, melhor se torna a compreensão da experiência que foi compartilhada pelo sujeito.

Fizemos um estudo de caso, que segundo (YIN 2001, p. 32), "o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real [...]" e Gil (2007) complementa que "o estudo de caso permite maior familiaridade entre o pesquisador e o tema pesquisado" e uma pesquisa descritiva e exploratória. Richardson (2011) corrobora em que "os estudos de natureza descritiva tendem a descobrir as características de um grupo ou indivíduo, para uma determinada situação específica".

4.1.1 Sujeitos da pesquisa

Tomamos como base desta pesquisa, a população alvo de 391 (trezentos e noventa e um) alunos evadidos do curso de Licenciatura em Pedagogia, na modalidade presencial, da UFPB, no período estudado (2010-2015).

Optamos pelo tipo de amostragem não probabilística (amostra por acessibilidade e conveniência), em que, levamos em consideração, os alunos que abandonaram o curso e a universidade, entre o período de 2010 a 2015.

Na concepção de Mattar (2001, p. 128) salienta que, "a amostragem é uma etapa de grande importância no delineamento da pesquisa capaz de determinar a validade dos dados obtidos". Sua definição básica refere-se à coleta de dados relativos a alguns elementos da população e a sua análise, que pode proporcionar informações relevantes sobre toda a população (ASSIS, 2013, p. 59).

Com base nas informações levantadas, pela CODESC/STI/UFPB, elaborou-se o quadro, viabilizado a seguir, no qual são apresentados dados da unidade de observação sobre a configuração da evasão no curso pesquisado.

Quadro 09 – Configurando a Evasão no curso de Licenciatura em Pedagogia/UFPB, modalidade presencial, Campus I – período (2010 - 2015).

ANO	INGRESSANTES (matriculados)	INTEGRALIZAÇÕES (concluintes)	TRANCAMENTO	CANCELAMENTO	EVAÇÃO TOTAL (ABANDONO + CANCELAMENTO + TRANCAMENTO) PERCENTUAL %		FORMAS DE EVAÇÃO					
							ABANDONO	FALECIMENTO	CANCELAMENTO POR REPOÇÃO	CANCELAMENTO ESPONTÂNEO	CANCELAMENTO POR REINGRESSO NO MESMO CURSO	TRANSFERÊNCIA PARA OUTRAS IES
2010	315	176	91	83	141	45%	66	-	06	10	-	01
2011	365	124	107	129	99	35%	84	01	02	37	03	02
2012	315	47	82	113	120	48%	94	-	02	17	-	-
2013	319	01	60	97	159	45%	69	-	03	25	-	-
2014	331	0	28	97	206	73%	59	-	-	38	-	-
2015	314	72	18	41	36	53%	19	-	10	12	-	-
	1959	420	386	560	761	49%	391	01	23	139	03	03

Fonte: Silva (2017, p.78), CODESC/STI/UFPB (2016) – Quadro adaptado pela autora, 2017.

Analisando o quadro acima, constatamos que, no período de (2010-2015), foram matriculados no curso de Pedagogia presencial da UFPB, 1.959 alunos, sendo que 420 (21%) concluíram o curso, 386 (20%) trancaram e 560 (29%) cancelaram o curso. A taxa total da evasão do período analisado foi de 761 (49%). Esta pesquisa se deteve, em pesquisar os 391 (trezentos e noventa e um) alunos que evadiram/ abandonaram o curso, isto é que saíram da UFPB e do curso.

4.2 Instrumentos de Coleta e Análise dos Dados

A coleta de dados foi dividida em três fontes, a saber: a) levantamento bibliográfico; b) levantamento interno na unidade de análise; e 3) questionário semiestruturado e entrevistas.

A primeira coleta de dados amparou-se em uma revisão da literatura que auxilia na investigação e compreensão do fenômeno da evasão do Ensino Superior.

Na segunda etapa utilizamos como fontes secundárias, relatórios e documentos referentes a dados históricos da evasão disponibilizados pela Coordenação do curso da instituição. Os dados foram respaldados através de relatórios fornecidos pelo sistema SIGAA, utilizado pela instituição.

Na terceira etapa, foi utilizado questionários semiestruturado com questões fechadas e abertas e para as entrevistas, aproveitamos o modelo do questionário,

condensado, contendo menos questões, para que ela não tornasse cansativa. Prodanov (2013, p.108), acrescenta que,

“questionário é uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante (respondente); consiste em um instrumento de coleta de dados, que deve ser construído em blocos temáticos obedecendo a uma ordem lógica na elaboração das perguntas”.

Elaborou-se o questionário, contendo 04 blocos. No primeiro bloco buscamos conhecer o perfil de nossos sujeitos a partir de dados socioeconômico, sexo, idade, estado civil, quantidade de filhos, renda familiar e grau de instrução da mãe e do pai. No segundo bloco, buscamos saber a forma de acesso que o aluno ingressou na Instituição, tipo de escola que estudou, desempenho acadêmico antes de entrar na UFPB; forma do processo de formação na escola básica; se frequentou cursinho pré-vestibular; se tem outra formação superior; se teve dificuldades no ingresso do curso e quais; o(s) critério(s) para escolha do curso. No terceiro bloco, buscamos informações sobre a permanência do aluno na Instituição, suas principais dificuldades e se havia recebido algum benefício de apoio e qual (is). No quarto bloco, investigamos sobre a saída do aluno no curso, qual o período em que ele saiu; quais as principais causas da sua saída, ou seja, quais os fatores que motivaram a sua saída/evasão; o período que o aluno encontrou maior dificuldade e por fim, pedimos que dessem sugestões para contribuir na diminuição do abandono/evasão do curso.

Encaminhamos o questionário via *online*, com termos de livre consentimento, aos alunos evadidos em que foram matriculados no período de (2010-2015), bem como a assegurando aos mesmos a sua não identificação. Na construção e envio do questionário, utilizamos o serviço gratuito do *Google Docs*, em que os dados são armazenados, assim, facilitando a análise dos resultados. Nosso público alvo foram 391 (trezentos e noventa e um) alunos que evadiram, ou seja, abandonaram o curso e a instituição.

Com ajuda da coordenação do curso, acessamos o sistema eletrônico, via SIGAA³, os cadastros dos alunos, em que obtivemos os dados necessários para dar continuidade à pesquisa. Do total de 391 (trezentos e noventa e um) alunos evadidos, 25% não possuem qualquer tipo de contato. Enviamos 294 (duzentos e noventa e

³ SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

quatro *e-mails*), 38% (cento trinta) voltaram por inexistência. Após o envio do questionário aos *e-mails*, conferia-se diariamente no questionário, se continha o recebimento de alguma resposta. Durante um mês, semanalmente reforçávamos nossa solicitação, e assim obtivemos 9% (quinze respostas). Por conta da necessidade de uma amostra maior, resolvemos mudar de estratégia. Como já tínhamos os cadastros dos alunos (88%) possuía telefone para contato (residencial ou celular).

Durante dois dias, realizou-se 257 (duzentos e cinquenta e sete) ligações, sendo que, 60% (154) caíam na caixa postal ou estavam sem receber chamadas e 40% (103 alunos) conseguimos contato por telefone e pela rede social *whatsApp* aceitaram receber o questionário via *online*. Dos 103 *e-mails* enviados, 34% (trinta e cinco) responderam questionário via *online* e 09 (nove) aceitaram fazer entrevista, mas também, via telefone porque alegavam não ter tempo e desconfiança por não me conhecer.

As entrevistas foram realizadas via telefone por (viva voz), a duração ficou de 20 a 50 minutos, foram gravadas em outro aparelho, posteriormente foram ouvidas e repassadas minuciosamente todos os detalhes de como o entrevistado se portava ao responder as questões levantadas. Para veracidade do resultado dos questionários e das entrevistas, temos armazenado no telefone da entrevistadora, todas as ligações efetuadas, e o formulário do *Google (Docs)* o questionário contendo as respostas as entrevistas gravadas.

De acordo com Gomes (1998, p. 57),

a“entrevista permite ao sujeito-pesquisador e ao sujeito-pesquisado uma maior liberdade de expressão, transformando o que poderia ser um momento de tensão, numa agradável conversa sobre um tema previamente definido .

Para a interpretação dos dados, utilizamos como análise, os procedimentos da análise de conteúdo, técnica abordada por Bardin (1977). Para a autora “a análise de conteúdo pode ser considerada como um conjunto de técnicas de análises de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo de mensagens (BARDIN 1977, p. 38).

Buscou-se também utilizar o modelo de evasão, elaborado por Biazus (2004), em que as causas da evasão são divididas em dois fatores (interno e externo). O fator interno é subdividido em (atitude comportamental, motivos institucionais e requisitos

didáticos pedagógicos) e nos fatores externos (Sócio político econômico, Vocação Pessoal e características individuais).

5 ANÁLISE DE DADOS DA EVASÃO NO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, NA MODALIDADE PRESENCIAL, NO *CAMPUS I*, DA UFPB (2010-2015)

Neste capítulo objetivamos apresentar os resultados da pesquisa sobre a evasão no curso de Licenciatura em Pedagogia da UFPB, no período de 2010-2015. É importante registrar que em nossa análise de dados, será utilizado na identificação dos sujeitos da pesquisa, (R) para os respondentes do questionário e (E) para os entrevistados. Aplicamos 35 (trinta e cinco) questionários *via online* e 09 (nove) entrevistas, em que dividimos em quatro tópicos. No primeiro tópico, fizemos uma caracterização dos sujeitos da pesquisa, buscando o perfil socioeconômico e cultural deles, e ainda, uma avaliação educacional, para saber se estavam preparados para ingressar no curso superior. No segundo, buscamos os fatores que levaram o aluno evadir o curso, em que mostraremos os resultados dos questionários e entrevistas e a convergência de respostas entre eles. No terceiro, identificamos suas dificuldades e facilidades da integração na instituição. No quinto, apontaremos as sugestões apontadas pelos sujeitos da pesquisa, para favorecer na permanência do curso de Pedagogia.

5.1 Perfil dos alunos evadidos

Antecipadamente, ao iniciarmos com os resultados, salientamos que, na busca do perfil socioeconômico, cultural e avaliação no ingresso dos alunos no ensino superior, não separamos as respostas dos questionários com as das entrevistas. De acordo com os dados apontados em nossa metodologia, no período de 2010 - 2015, ingressaram no curso de Licenciatura em Pedagogia da UFPB, nos três turnos (manhã, tarde e noite), 1.959 (hum mil, novecentos e cinquenta e nove) alunos, destes, 391(trezentos e noventa e um) abandonaram o curso, em que representa (29%) do total geral dos ingressantes. Na busca de levantarmos fatores que nos leva a conhecer os alunos evadidos, em nossa metodologia citamos que, aplicamos 35 (trinta e cinco) questionários e 09 (nove) entrevistas.

No intuito de aprofundarmos no conhecimento dos sujeitos da pesquisa, procuramos saber qual a forma que o aluno ingressou no curso de Licenciatura em Pedagogia da UFPB.

Neste capítulo objetivamos apresentar os resultados da pesquisa sobre a evasão no curso de Licenciatura em Pedagogia da UFPB, no período de 2010-2015. É importante registrar que em nossa análise de dados, será utilizado na identificação dos sujeitos da pesquisa, (R-) para os respondentes do questionário e (E-) para os entrevistados. Aplicamos 35 (trinta e cinco) questionários *via online* e 09 (nove) entrevistas, em que dividimos em quatro tópicos. No primeiro tópico, fizemos uma caracterização dos sujeitos da pesquisa, buscando o perfil socioeconômico e cultural deles, e ainda, uma avaliação educacional, para saber se estavam preparados para ingressar no curso superior. No segundo, buscamos os fatores que levaram o aluno evadir o curso, em que mostraremos, os resultados dos questionários e entrevistas e a convergência de respostas entre eles. No terceiro, identificamos suas dificuldades e facilidades da integração na instituição. No quinto, apontaremos as sugestões apontadas pelos sujeitos da pesquisa, para favorecer na permanência do curso de Pedagogia.

No próximo item, traçaremos a política de acesso e o perfil socioeconômico e cultural dos participantes da pesquisa em que solicitamos os dados; sexo; idade; estado civil; se tem filhos; renda familiar, grau de instrução da mãe e do pai.

Tabela 01 – Política de acesso

Tipo de Acesso	Quantidade	Porcentagem
PSTV	0	0%
ENEM	11	25%
PSS	25	57%
Vestibular	08	18%-
MIRV	0	0%
Outro	0	0%

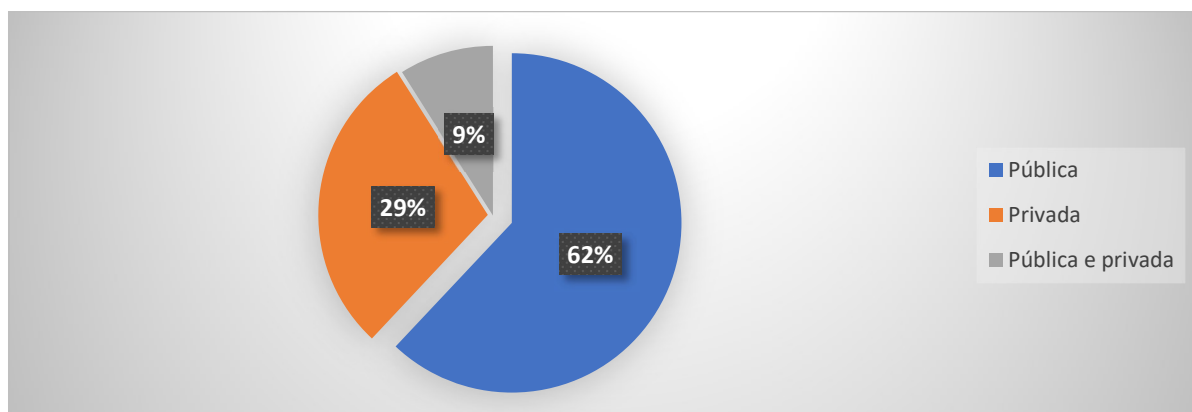
Fonte: questionário aplicado aos evadidos do curso de Pedagogia da UFPB, 2017.

Observamos que mais da metade dos alunos evadidos, ingressaram no curso de Pedagogia através do PSS. O resultado reforça que o PSS foi implantado em 2007 através do 1º REUNI, em que ocorreu a expansão das universidades brasileiras e a UFPB aderiu ao programa, período esse, que se destacou pela facilidade de acesso ao ensino superior nas universidades públicas.

[...] eu fiz o PSS, pausa (brincando) “eu sou do tempo de que ingressar através do PSS, era muito mais fácil” risada kkkk” (E-3).

Com relação ao tipo de escola que os alunos evadidos frequentaram antes de ingressar no curso superior da UFPB, o gráfico abaixo, nos revela que (62%) dos respondentes estudaram nas redes públicas, (29%) nas privadas e (9%) nas redes públicas e privadas.

Gráfico 03 - Tipo de escola frequentada antes de entrar na UFPB



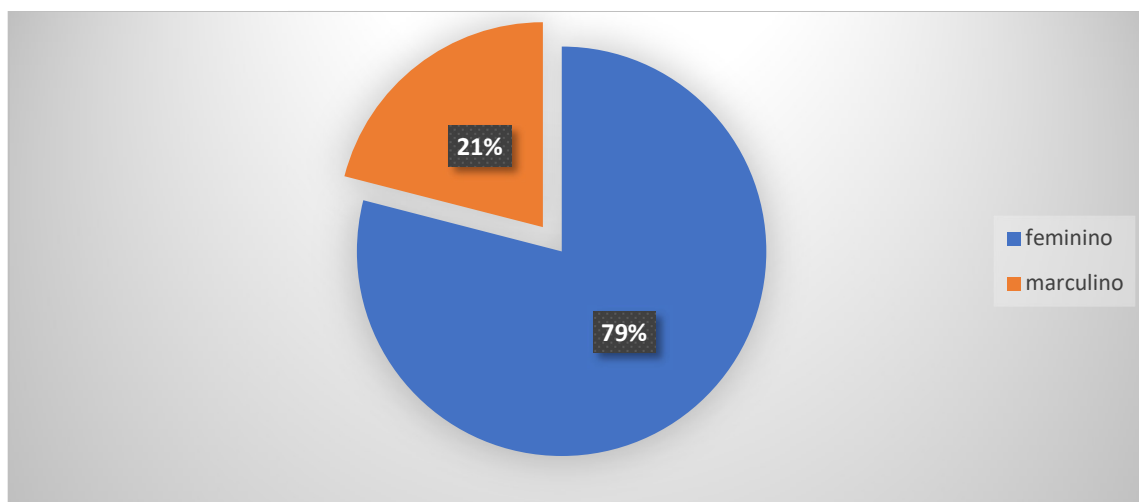
Fonte: questionário aplicado aos evadidos do curso de Pedagogia da UFPB, 2017.

Salientamos que, a pesquisa nos revela a mudança no perfil dos alunos nas universidades públicas. Com o objetivo de reparar e compensar danos causados ao longo da nossa história, foram criadas um conjunto de políticas públicas através de ações afirmativas para a inclusão ao ensino superior dos estudantes provindos das camadas populares mais pobres e que, em sua maioria, vieram de escolas públicas com diferenças no rendimento escolar e sem base para obter o capital cultural que se exige num curso superior. Sobrinho (2010) nos afirma que, “a grande e acelerada expansão do sistema de educação superior brasileiro se fez acompanhar de uma importante mudança qualitativa [...]”, pois antes da expansão das universidades brasileiras, Gomes e Marin (1998) afirmam que a universidade era somente para elite “esta instituição se caracteriza por ser elitista tanto no seu ingresso quanto na sua permanência”. Santos (2013), corrobora que:

A discussão sobre evasão requer atenção especial dado o contexto de políticas de democratização do ensino superior e a consequente ampliação das vagas nesse nível de instrução. Essa situação cria oportunidades de acesso de estudantes com diferentes trajetórias educacionais e experiências de vida, o que leva, muitas vezes, a dificuldades de adaptação à realidade acadêmica (SANTOS, 2013, p. 46-47).

Quanto ao gênero dos evadidos, o gráfico 04 nos mostra que (79%) dos respondentes são do gênero feminino e 21% do masculino.

Gráfico 04 – Distribuição percentual da evasão por gênero

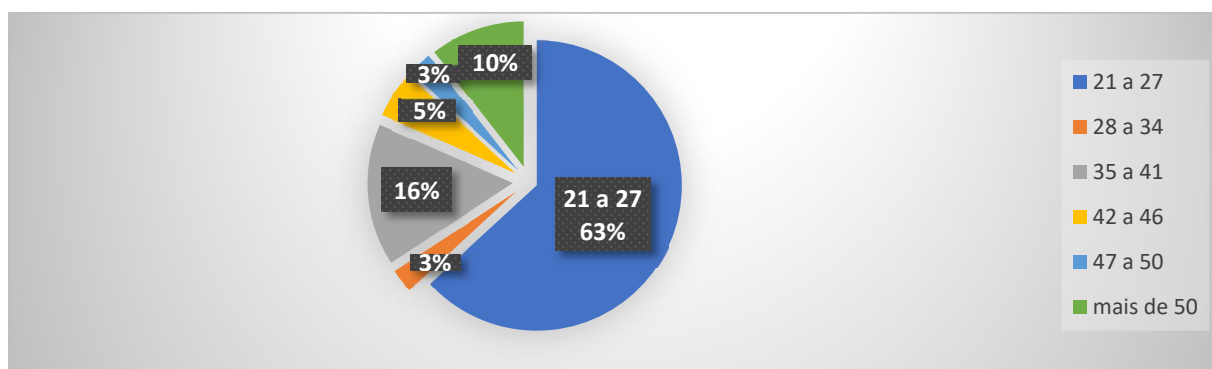


Fonte: questionário aplicado aos evadidos do curso de Pedagogia da UFPB, 2017.

Para dar maior consistência aos dados da nossa pesquisa em que, Adashi (2009), confirma em sua tese de doutorado, em que estudou sobre a evasão em diversos cursos da UFMG, no resultado de sua pesquisa, em específico no curso de Pedagogia, revelou que há grande predominância e preferência do gênero feminino nas licenciaturas, e nos cursos das áreas de Ciências Humanas Sociais.

Quanto a faixa etária dos alunos evadidos, demonstrado no gráfico 05, constatamos que, (63%) dos respondentes estão na faixa etária de 21-27, (16%) 35-41, (10%) + de 50, (5%) 42-46, (3%) 28-34 e (3%) 47-50.

Gráfico 5 - Faixa etária do aluno evadido



Fonte: questionário aplicado aos evadidos do curso de Pedagogia da UFPB, 2017.

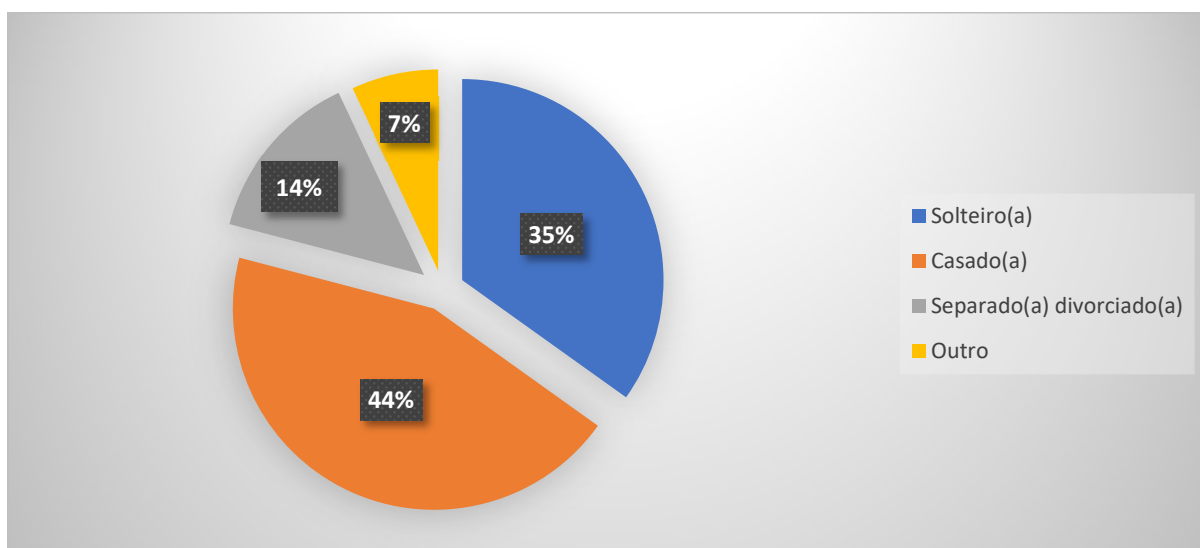
Os resultados apontados na pesquisa, nos mostra que (63%), em sua maioria, os evadidos do curso, são de jovens, da faixa etária de 21-27 anos. Sotero (2014), em sua pesquisa sobre a evasão nos cursos de licenciatura do CESMAC, aponta que o resultado da sua pesquisa converge com a nossa, pois, os evadidos das licenciaturas

do CESMAC, são de jovens (muitos jovens) e enfatiza que, este fator colabora com a evasão do aluno, devido eles estar indecisos com relação na escolha do curso.

Outro fator que nos chama atenção em nossa pesquisa, é que (10%) do total geral dos evadidos de Pedagogia da UFPB, são alunos com mais de 50 anos. Percebe-se, que uma boa parcela de estudantes que estavam fora das salas de aulas estão retornando a ela, mas ainda, não conseguiram entrar no jogo acadêmico para sobreviver nela. Coulon (2008), afirma que, o aluno tem que “aprender o ofício de estudante significa que é necessário aprender a se tornar um deles para não ser eliminado ou auto eliminar-se por que se continuou como um estrangeiro nesse mundo novo” (COULON, 2008, p.31).

Ao questionarmos os participantes sobre o estado civil, o gráfico 06 nos revela que, (44%) são casados, (35%) solteiros e (14%) separados ou divorciados e (7%) outro.

Gráfico 6 - Estado Civil



Fonte: questionário aplicado aos evadidos do curso de Pedagogia da UFPB, 2017.

Apesar de, nosso público da pesquisa ser de jovens, os resultados nos mostram que (44%) são casados, (49%) são pai (s) ou mãe(s) de família(s) e (68%) possui uma renda média familiar que varia de 1(um) a 3 (três) salários-mínimos, conforme mostra no gráfico abaixo. Castro e Malacarne (2011), corrobora em sua pesquisa, que alunos casados e com filhos, são mais propensos a evadir o curso por problemas familiares.

Para melhor conhecermos o perfil socioeconômico dos sujeitos da pesquisa, buscamos saber sobre a sua renda familiar, conforme o gráfico 07 nos revela que:

Gráfico 7 – Renda média familiar

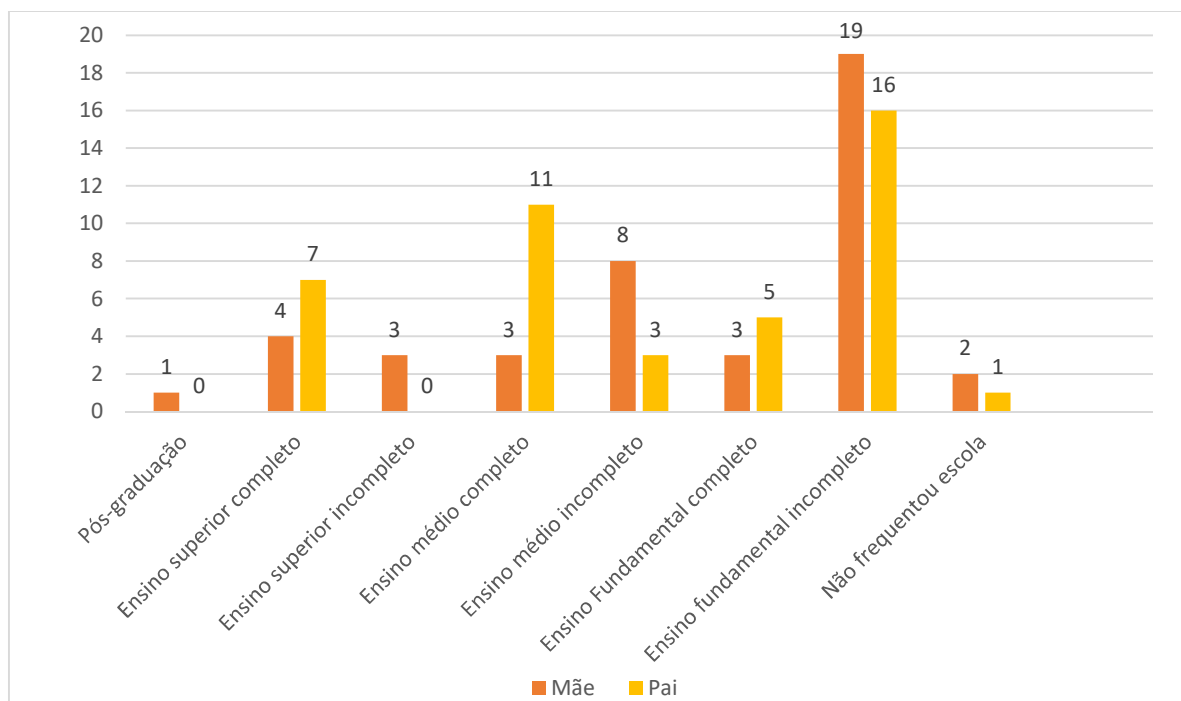


Fonte: questionário aplicado aos evadidos do curso de Pedagogia da UFPB, 2017., 2017.

Em sua maioria (68%) dos respondentes possui uma renda familiar de 1 a 2 salários mínimos, (23%) de 3 a 4 salários mínimos, (7%) de 5 a 6 salários mínimos e apenas (2%) mais de 6. Com os resultados apontados, podemos concluir que os alunos evadidos são trabalhadores e pertencentes à classe baixa.

No gráfico 08, buscamos informação se o grau de instrução dos pais dos alunos evadidos, interferiu na continuação do curso, por falta de capital cultural. O gráfico 08 nos revela que os respondentes informaram que, (44%) das mães e (37%) dos pais possuem o ensino fundamental completo, (26%) dos pais e (7%) das mães concluíram o ensino médio e (16%) dos pais e (7%) das mães, estudou uma graduação e (2%) das mães, fez uma pós-graduação.

Gráfico 08 – Grau de instrução: mãe/pai

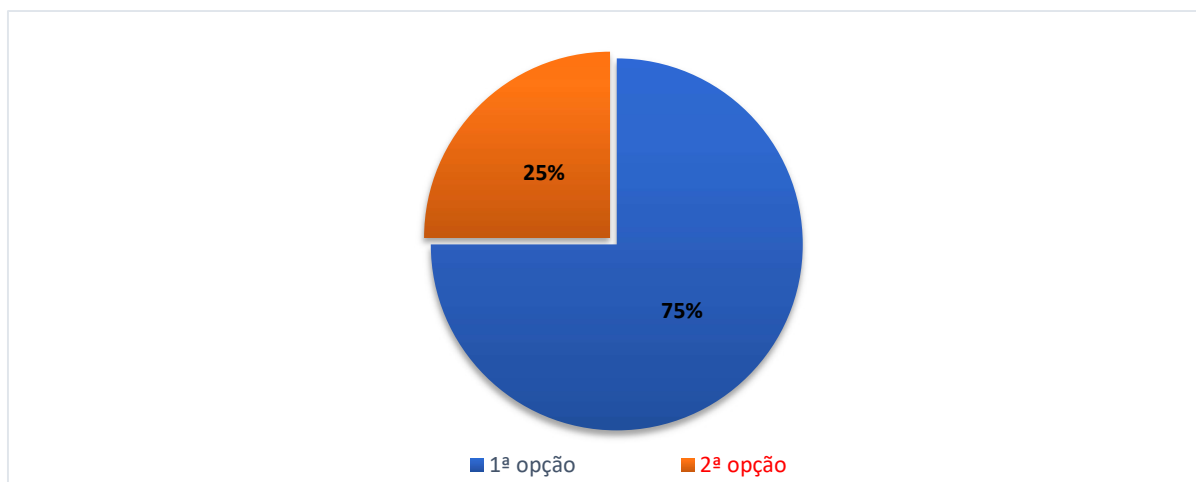


Fonte: questionário aplicado aos evadidos do curso de Pedagogia da UFPB, 2017.

Os dados revelados no gráfico 08, nos ajuda a compreender que a probabilidade do aluno evadir, tem muito a ver com a falta do apoio dos pais com relação do capital cultural para com os filhos. Silva (2017), reforça que, a falta do capital cultural dos pais, reflete diretamente no rendimento escolar do aluno e para acontecer o sucesso escolar, é necessário que a família o oriente desde cedo. Como os pais dos sujeitos da pesquisa poderiam ajudar o filho em suas tarefas educacionais, se eles não tinham preparação para tal.

Com relação a opção da escolha do curso de Pedagogia, o gráfico 09 nos revela que, (75%) dos respondentes confirmaram ser a primeira opção e (25%) ser a segunda.

Gráfico 9 – Opção do curso



Fonte: questionário aplicado aos evadidos do curso de Pedagogia da UFPB, 2017.

O resultado no gráfico 09, nos mostra que, apesar dos participantes da pesquisa terem abandonado o curso de Pedagogia, (75%) que ingressaram na primeira opção, tinham o curso como sua preferência. Citamos abaixo, o relato de dois entrevistados que assim, nos revela que a sua opção foi o curso de Pedagogia.

[...] Pedagogia foi a minha primeira opção porque eu já tinha estagiado em uma escola de Educação Infantil e por gostar de criança... (E 1).

[...] eu escolhi o curso de Pedagogia porque tinha um sonho de ser professor...(E 2).

Ao observarmos os alunos evadidos, que ingressaram no curso através da segunda opção e foram remanejados para o curso de Pedagogia e assim, mostraram vulnerabilidade em dar continuidade aos estudos, podemos comprovar na fala da entrevistada 3, que diz:

[...] não foi minha primeira opção o curso de Pedagogia, fiz o ENEN para cursar Direito... como não passei née... o jeito foi entrar na segunda opção que foi Pedagogia e admito que coloquei como segunda opção, porque minha mãe é Pedagoga e daí..(arrependida), achei que ia me dar bem....(E-3).

Percebemos que os alunos remanejados para a segunda opção, até chegam a frequentar as aulas, mas, ao deparar com alguma dificuldade, suas expectativas são frustradas, daí ele abandona o curso. Gomes (1998), dá um sentido mais amplo, pois, “não se resume ao simples ato de evadir, escapar, abandonar, enfatiza que, a

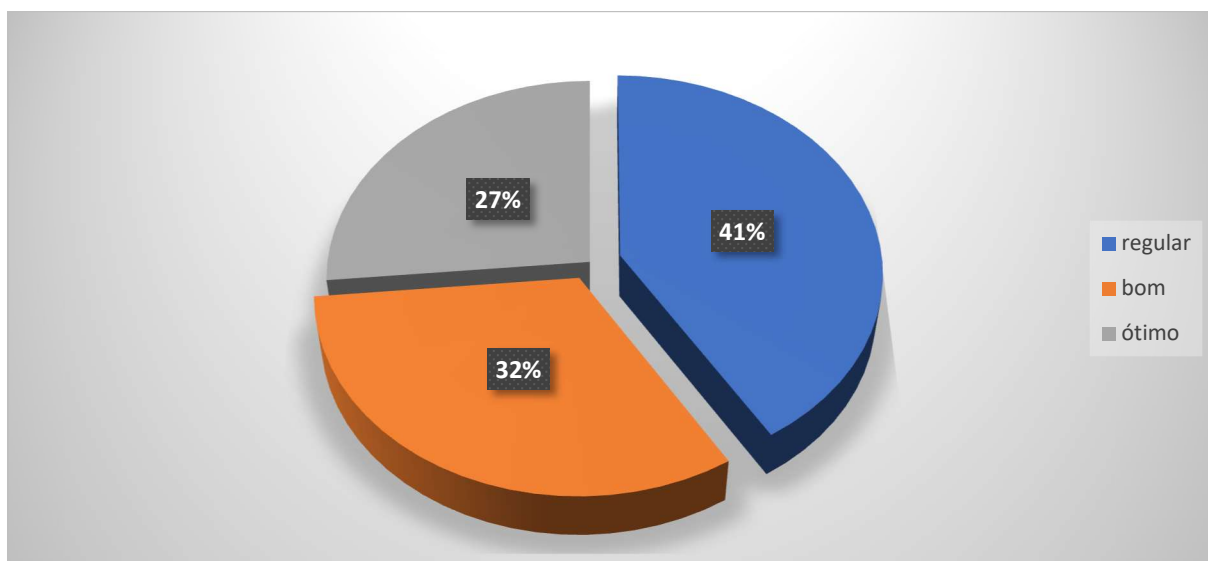
permanência no curso é um amplo contexto com múltiplas peculiaridades que nem sempre são bem assimiladas”, e Coulon (2008) acrescenta que, “a entrada na vida universitária é como uma passagem: é necessário passar do estatuto de aluno ao de estudante” COULON (2008 p. 31).

No tocante ao tópico, de como os participantes avaliaria seu desempenho antes de entrar na UFPB. O gráfico abaixo nos revela que, dos 34 respondentes, 14 (quatorze) alegaram ter desempenho regular, 11 (onze) bom e 09 (nove) ótimo. Observa-se que o maior índice de desempenho do aluno evadido é considerado regular. Na fala da entrevistada E-3, conforme abaixo, reforça que (41%) dos respondentes consideraram seu desempenho regular.

[...] não sei se foi pelo tempo que fiquei sem estudar ou por ter vindo de uma escola pública e ainda fazendo um supletivo (E-1).

A entrevistada E-3 justifica o fato de ter vindo de uma escola pública e ainda reforça, ainda mais sendo supletivo.

Gráfico 10 - Desempenho acadêmico antes de entrar na UFPB



Fonte: questionário aplicado aos evadidos do curso de Pedagogia da UFPB, 2017.

Perguntamos aos 44 respondentes, se considerando o processo de formação básica ele já foi reprovado, (56%) disseram que sim e (44%) não.

Nas pesquisas de Silva e Filho (2009), Castro e Malacarne (2011) e Goiris, Lobo (2012), apontaram que a deficiência na educação básica, é um dos fatores que mais contribui na evasão do ensino superior e Fialho complementa que, “se não

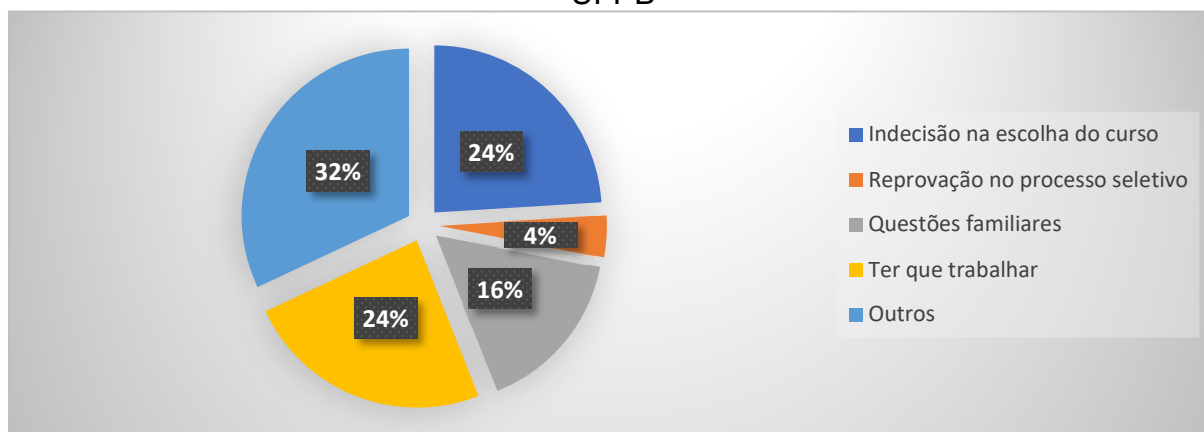
melhorar na qualidade da educação básica a educação superior continuará reproduzindo as falhas da educação básica” FIALHO (2014, p.46).

Com objetivo de suprir as falhas obtidas na educação básica, principalmente os estudantes oriundos de escolas públicas, e conseguir ingressar em um curso superior, muitos alunos buscaram outras alternativas. Em nossa pesquisa, mostrou que (55%) dos entrevistados buscaram auxílio fazendo o cursinho pré-vestibular. Citamos abaixo, as palavras do entrevistado 2, em que nos relata:

Licenciatura em Pedagogia foi a minha primeira opção, estudei em escola pública e frequentei o cursinho pré-vestibular da UFPB. Não tive dificuldades em ingressar no curso de Pedagogia apesar de eu ter ficado trinta anos sem estudar foi fácil o acesso ao curso. Eu entrei através do vestibular (E-2).

O relato do entrevistado 2, veio para aclarar no entendimento sobre os resultados das dificuldades que os alunos tiveram para ingressar no curso de Pedagogia. Dos 44 respondentes, (77%) responderam que não e, (23%) disseram que sim. Os alunos que responderam sim relataram suas principais dificuldades encontradas, conforme no gráfico a seguir:

Gráfico 11 - Principais dificuldades relatadas ao ingressar no curso de Pedagogia da UFPB



Fonte: questionário aplicado aos evadidos do curso de Pedagogia da UFPB, 2017

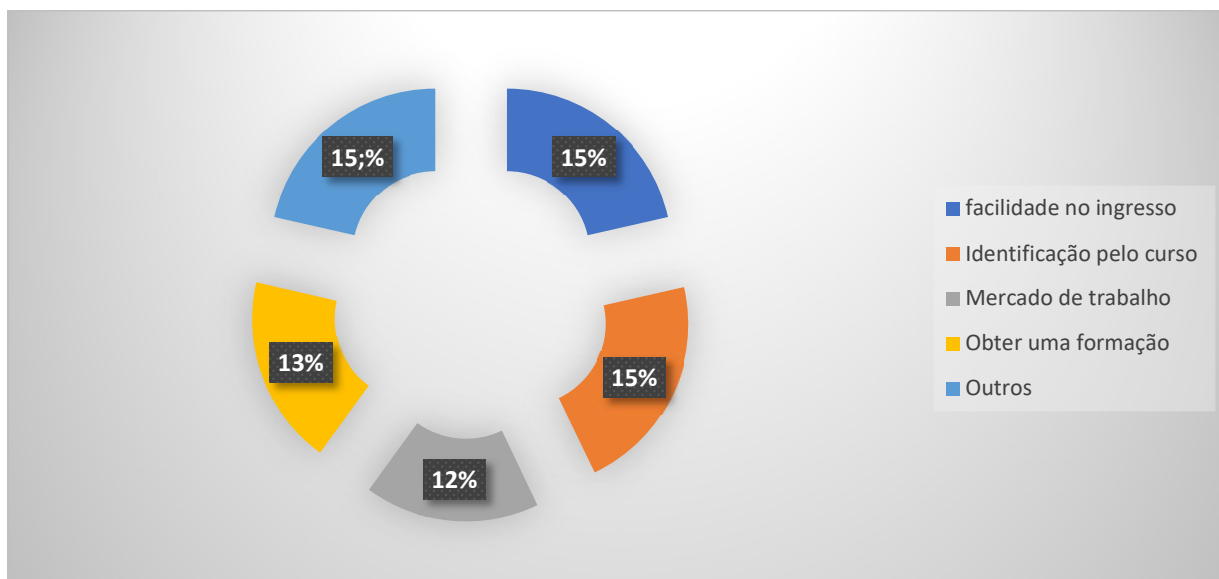
Com relação as dificuldades em ingressar no curso, o gráfico 12 nos revela que, (32%) dos alunos que tiveram dificuldades no ingresso no curso não revelaram os motivos, (24%) estavam indecisos na escolha do curso e tinham que trabalhar, 16% alegaram ser questões familiares e (4%) reprovação no processo seletivo.

Buscamos saber, se o aluno tinha outra formação de nível superior, dos 43 que responderam, (76%) disseram que não e (24%) que sim. Dos que disseram sim, citamos abaixo, um dos motivos pelo qual deixou o curso.

[...] Eu já possuía a graduação em pedagogia em uma instituição privada, por necessitar trabalhar eu não consegui conciliar a universidade e o trabalho (E-3).

Quanto ao (s) critério (s) utilizados para escolha do curso, o gráfico 13 nos revela que os motivos foram diversos, tanto que (15%) buscou o curso na identificação pelo curso, (15%) pela facilidade no ingresso e outros (15%) não apontou nenhum critério, (13%) para obter uma formação e (12%) pelo mercado de trabalho.

Gráfico 12 - Critérios para escolha do curso



Fonte: questionário aplicado aos evadidos do curso de Pedagogia da UFPB, 2017.

Quando avaliadas as respostas para os critérios usados na escolha do curso, pudemos perceber que nas entrevistas a identificação pelo curso, foi o critério mais utilizado. Citamos abaixo alguns trechos das respostas relacionadas ao tópico acima mencionado:

[...] Licenciatura em Pedagogia porque eu já tinha estagiado em uma escola de Educação Infantil e por gostar de criança. (E 1)

[...] sempre tive essa vontade de trabalhar nessa área, da educação e a opção seria no caso a pedagogia. (E 3)

Escolhi o curso de Pedagogia porque eu achava que o mercado de trabalho era amplo e também por gostar da área da educação e trabalhar com crianças. (E-5)

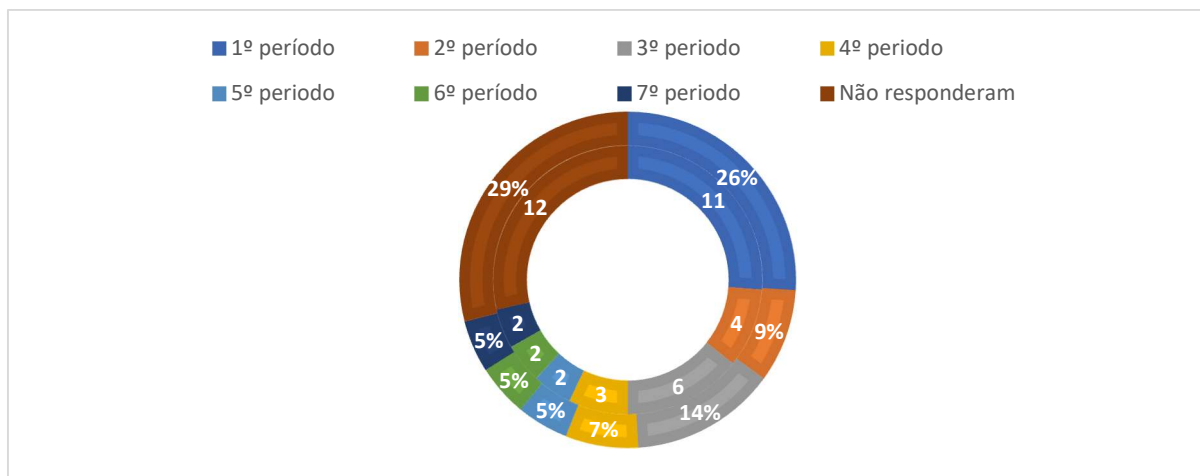
No item seguinte apontaremos sobre a saída do aluno no curso, qual o período em que ele saiu; quais as principais causas da sua saída, o período que o aluno encontrou maior dificuldade e por fim, elencaremos as sugestões dadas pelos sujeitos da pesquisa, com objetivo de contribuir na diminuição do abandono/evasão do curso.

5.2 Fatores que contribuem para a evasão na ótica dos alunos evadidos

Neste bloco do questionário, abordaremos as principais causas da evasão na visão dos 44 alunos respondentes do questionário e entrevistas. Cada resultado está apresentado através de gráficos e trechos explícitos das falas dos respondentes do questionário, como os das entrevistas.

Nossa primeira busca, foi direcionada em saber qual o período que indicou o maior índice de evasão. O gráfico abaixo, nos relata que, 29% não relatou o período do abandono, 26% (onze estudantes) deixaram o curso no primeiro período, 9% (quatro estudantes) o segundo, 14% (seis estudantes) o terceiro, 7% (três estudantes) o quarto, 5% (dois estudantes) o quinto, o sexto e o sétimo período.

Gráfico 13 - Períodos do abandono do curso



Fonte: questionário aplicado aos evadidos do curso de Pedagogia da UFPB, 2017.

Ao averiguarmos os resultados obtidos em nossa pesquisa, descobrimos que (55%) dos alunos respondentes e que ingressaram no curso no período de 2010 a 2015, o abandonou no primeiro ano do curso. Buscamos em pesquisas sobre a evasão de outras instituições, para nos certificar se o fato ocorre nos mesmos períodos. Nos trabalhos de Scali (2009), Adachi (2009), Chaves (2016) e Silva (2017), os resultados apontaram que tal fato se repete, pois nas pesquisas dos autores citados, a evasão também ocorreu nos primeiros períodos, por diversos motivos, Scali (2009) diz que, “uma insuficiente congruência da prevalência dos valores da família com os da coletividade universitária acontece uma falta de integração do indivíduo dentro do sistema social acadêmico”, isto se faz necessário, que os alunos estejam preparados para a vida acadêmica e se não acontecer, o aluno fica vulnerável para enfrentar as dificuldades advindas do mundo acadêmico. Coulon (2008), nomeia este momento como “fase de estranhamento” que é a separação do aluno com os familiares, ele se desvincula do passado e tem que recomeçar tudo de forma diferenciada, pois a graduação não é como no ensino médio, é um processo doloroso, o aluno tem que tomar decisões sozinho e assim gera insegurança e ansiedade, “Ele não tem mais passado, mas ainda não tem futuro” (COULON, 2008 p.40).

No quadro 10, apontaremos as principais causas que levaram os alunos do curso de Pedagogia, modalidade presencial, do *Campus I* da UFPB, no período de 2010 a 2015, a evadir. Vale salientar que, o quadro foi dividido em dois fatores (internos e externos) e que esses são subdivididos em modalidades, tais como: fatores internos (comportamental, institucional e requisitos didáticos pedagógicos) estes estão ligados a motivos que levam o aluno a evadir o curso, por caráter institucional, enquanto que os fatores externos (vocacional, características individuais e sócio político econômico), estão ligados exclusivamente a fatores que independe do aluno e da instituição. Outra observação a ser feita, os sujeitos da nossa pesquisa, foram alunos que abandonaram o curso e a instituição, no período já mencionado.

Foram aplicados 35 (trinta e cinco) questionários e por não haver dados suficientes, aplicamos 09 (nove) entrevistas, num total de, 44 participantes da pesquisa. Obtivemos 79 (setenta e nove) respostas e 34 causas apontadas, os alunos participantes da pesquisa, apontaram em média, de 1 a 2 respostas, sendo que algumas se repetiram.

Quadro 10 – Causas da Evasão do Curso de Licenciatura em Pedagogia – período

CAUSAS DA EVASÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, NA MODALIDADE PRESENCIAL DA UFPB – (2010 – 2015)		
COMPORTAMENTA	EVASÃO – FATORES INTERNOS	N/R
	➤ Problemas com professor e disciplina; ➤ Orientação insuficiente da coordenação do curso.	8 2
INSTITUCIONAL		
	➤ Infraestrutura inadequada	6
	➤ Greve;	4
	➤ Problema com transferência;	3
	➤ Falta de investimento no curso;	2
	➤ Falta de segurança.	1
REQUISITOS DIDÁTICOS PEDAGÓGICOS		
	➤ Tempo extenso de conclusão do curso.	1
	Quantidade de respostas dos fatores internos	28 (28%)

(2010-2015)

Fonte: Resultados obtidos dos questionários e entrevistas aplicados aos evadidos do curso de Pedagogia da UFPB (2010 – 2015), 2017.

CAUSAS DA EVASÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, NA MODALIDADE PRESENCIAL DA UFPB – (2010 – 2015)		N/R
EVASÃO – FATORES EXTERNOS		
VOCACIONAL	➤ Novas perspectivas profissionais, passou em outro curso de outra IES;	7
	➤ Falta de identificação com o curso;	6
	➤ Possui outra graduação	2
	➤ Responsabilidade familiar no sustento da família;	2
POLÍTICO SÓCIO ECONÔMICO		
	➤ Conciliar trabalho x estudo;	6
	➤ Dificuldade de acesso;	5
	➤ Falta de tempo;	5
	➤ Falta recursos financeiros;	4
	➤ Trancamento total do curso;	1
CARACTERÍSTICAS INDIVIDUAIS	➤ Dificuldades em assimilar os conteúdos;	1
	➤ Dificuldades em apresentar trabalhos	1
	➤ Problemas familiares;	5
	➤ Não reconhecimento do abandono ou trancamento do curso;	4
	➤ Curso sem prestígio;	4
	➤ Pouca oportunidade de trabalho;	3
	➤ Curso não aumenta intelectualmente;	2
	➤ Complicação na gravidez;	1
	➤ Saúde mental;	1
	➤ Opção entre sonho e trabalho;	1
	➤ Aula chata;	1
	➤ Único homem na sala;	1
	➤ Diferença de idade;	1
	➤ Falta de motivação;	1
	➤ Razões pessoais;	1
	➤ Desinteresse pelo curso.	1
Quantidade de Respostas dos fatores externos		67 (72%)

Fonte: Resultados obtidos dos questionários e entrevistas aplicados aos evadidos do curso de Pedagogia da UFPB (2010 – 2015)

Na sequência, em nossa primeira análise destacamos as respostas, ou seja, causas da evasão, com os **fatores internos** na modalidade comportamental, 19% (oito alunos) respondentes apontaram ter problemas com o professor e disciplina e 3% (dois alunos) problemas com orientação insuficiente da coordenação do curso. Abaixo relatamos trechos dos depoimentos dos alunos entrevistados que apontaram ter dificuldades com o professor e disciplina. Vale salientar que este tópico, foi o maior causador do abandono de alunos no curso de Pedagogia da UFPB.

[...] que alguns professores deixaram a desejar com relação à disciplina, porque todo trabalho deixava muito por conta do alunado, deixavam os alunos muito solto, deixavam para os alunos resolver uma coisa que cabia na sua competência resolver, eles pediam assim, um trabalho e pediam uma pesquisa e não davam muita posição de você entender a metodologia eu..(pensando) eu mesma me sentia muito perdida, por isso é que eu vi que não tinha condições de continuar o curso (E1).

[...] alguns professores eram ausentes quando um aluno procurava para pedir ajuda. Encontrei dificuldades no segundo período, não consegui boa integração com os professores (E-6).

[...] na minha permanência no curso tive dificuldade em filosofia, a forma como o professor conduzia suas aulas eu não conseguia assimilar o conteúdo (E-7).

[...] questão do atendimento na coordenação... porque é assim...(desabafo),“ eu tive uma dificuldade muito grande... quando eu precisava da coordenação em busca da minha transferência, é como se a pessoa estivessem implorando um favor, eu percebia que as pessoas não faziam questão em lhe ajudar [...] (E-8).

Coulon (2008), corrobora dizendo que, o aluno precisa adquirir o *status* de estudante profissional, que é o momento em que ele consegue associar sua vida acadêmica à vida profissional, para que ele não venha a fracassar em seus estudos, mas que se faz necessário que ele aprenda o ofício de estudante. [...] o sucesso na universidade passa pela aprendizagem do ofício de estudante e que a entrada na universidade de nada serve se não for acompanhada por um processo de afiliação, ao mesmo tempo, institucional e intelectual” (COULON, 2008 p, 32).

Com relação ao fator interno **institucional**, nossa pesquisa apontou que, 5% (quatro alunos) alegaram não receber suporte acadêmico. Citamos abaixo relato de uma entrevistada, que sentiu prejudicada por não receber a ajuda que precisava para continuar seus estudos.

Em sequência, a pesquisa nos revelou que 4% (três alunos) alegaram que a greve os desmotivou a voltar e continuar estudando e 3% (dois alunos) apontaram problemas em conseguir transferência e 1% (um aluno) alegou a falta de segurança. Nos relatos abaixo, evidenciam as três situações:

[...] permaneci no curso menos de um mês e logo começou uma greve que durou uns seis meses, quando retornou da greve eu já estava desanimada, mas mesmo assim fiz a minha matrícula, mas... (E-7).

Greve, e após voltar da greve alguns professores voltaram despejando conteúdos, como se o aluno tivesse culpa dos períodos em que eles ficaram de greve (R-27).

[...] é, porque é assim, a universidade lá de João Pessoa no caso, ela é..., eu queria transferir para o Campus IV ou para outro turno, mais, é mais fácil transferir o curso para outro estado do que para o mesmo estado do que para outro campus, assim a menina me falou... como era só pra mudar de campus e turno achei que fosse fácil, então... eu poderia trabalhar no período da manhã e estudava a noite, só que não consegui a transferência (E-2).

[...] deixa de frequentar o curso, eu digo principalmente à noite, é a falta de segurança, muitas vezes eu... corria antes de terminar a última aula por insegurança, tinha mais alguém contigo, não só eu.. mas muita gente iam embora por falta de segurança da universidade (E-1).

No último quesito do **fator interno** que são os requisitos didáticos pedagógicos, 1% (um aluno) justificou que a grade curricular era muito extensa e que demorava muito na conclusão do curso.

[...] quando vi o tempo que tinha que ficar no curso para me formar e ter aula quase a noite toda, desisti e procurei fazer um curso à distância devido ser melhor e ter tempo para estudar (E – 5).

Justificamos que a grade curricular do curso de Pedagogia, modalidade presencial, segue os padrões da maioria dos cursos de graduação da Universidade, pois o estudante pode terminar o curso entre 04 a 05 anos, dependendo do turno. Quando o aluno ingressa no curso, se faz necessário ele conhecer a grade curricular antes de ingressar no mesmo, para que não aconteça o abandono.

Analisando o resultado referente aos fatores internos à instituição, o motivo que mais contribuiu para que o aluno evadisse foi que, 19% (oito alunos) justificaram ser **problemas com professor e disciplina** e 16% (sete alunos), **falta de suporte financeiro**. O resultado apresentado, nos mostra um baixo compromisso institucional

na permanência do aluno, também, nas pesquisas de Fernandes et al (2010), Goiris, Reinert e Gbsnatti (2012), apontaram como evasão os mesmos tipos de problemas.

No próximo passo da pesquisa, analisaremos os resultados elencados como fatores externos à instituição, Biazus (2004) classificou esses fatores em 3 modalidades que são: vocacional, sócio político econômico e características individuais. Nestas três modalidades, foram apontadas pelos alunos evadidos, diversos motivos que os levaram a abandonar o curso, faremos as análises dos motivos separados pelas modalidades e por maior quantitativo de respostas.

O primeiro **fator externo** a ser analisado, é da modalidade vocacional, a pesquisa nos revela que, 16% (sete alunos) evadiram o curso em busca por novas perspectivas profissionais (mudança de cursos para outras IES). Abaixo serão relatados, trechos das respostas em que os alunos evadidos explicitaram os motivos mencionados nos questionários e entrevistas sobre o real motivo da mudança de curso.

[...] depois de vivenciar a prática docente em sala de aula da educação infantil profissionalmente (R-5).

[...] ingressei em outro curso na UFPB e fui finalizar pedagogia em uma instituição privada com a perspectiva de agregar, depois de algumas percepções da prática docente na educação básica e das mudanças no sistema político brasileiro (R-6).

[...] nunca foi o curso que queria, consegui ingressar em Arquitetura (o qual sempre foi meu sonho) em uma universidade particular por meio do FIES (R-18).

[...] assim eu não perdi muito tempo, logo busquei fazer aquilo que eu queria, comecei a fazer Direito em uma universidade privada. Ainda bem que tomei a decisão de buscar o que eu gosto...[...] (E-9).

No depoimento do (R-5) e (R-6), ambos, ao vivenciar a prática docente e conhecer melhor o curso se decepcionaram e foram buscar novas perspectiva profissional. Enquanto que os (R-18) e (E-9), deixaram evidente, que o curso de Pedagogia não era o que pretendiam cursar. Ainda na mesma modalidade, 14% (seis alunos) alegaram a falta de identificação com o curso, tal fator, é um dos que mais contribuiu na evasão dos alunos no curso de Pedagogia da UFPB. Para realçar a veracidade da informação, relatamos abaixo, o trecho da conversa com a entrevistada E-9. Vale salientar que, apesar resultado mostrar um valor significativo, não mencionamos mais informações a respeito deste quesito, porque os alunos

respondentes dos questionários, não justificaram o motivo, enquanto que das entrevistas, apenas um relatou, conforme mencionamos abaixo:

[...] as principais causas que contribuiu para eu evadir, foi a não identificação com o curso, entrei apenas como experiência... uma experiência que não deu certo, ainda bem que percebi que não me identificava com o curso no início e... tomei a decisão certa de buscar o que eu gosto..., conheço muitas pessoas que não se identificam com o curso desde o início e fica dando chance pra gostar, mas acaba que se perde tempo e dinheiro e abandona ele...não consegue concluir nenhum curso e não se profissionaliza em nada....acho um desperdício (E-9).

No relato da entrevista E-9, podemos perceber que ela entrou em Pedagogia no intuito de dar continuidade, mas como não era a sua prioridade e vendo o desperdício que causaria em sua vida profissional, logo buscou realizar seu sonho, evadindo o curso e migrando para outra IES. O autor Ristoff (1995), tem uma visão diferente da aluna evadida e corrobora:

Parcela significativa do que chamamos de evasão (...) não é exclusão, mas mobilidade, não é fuga, mas busca, não é desperdício, mas investimento, não é fracasso – nem do aluno nem do professor, nem do curso ou da instituição, - mas tentativa de buscar o sucesso ou a felicidade, aproveitando as revelações que o processo natural de crescimento dos indivíduos faz sobre suas reais potencialidades (RISTOFF, 1995, p. 56).

O autor distingue a evasão como uma mobilidade em que o aluno faz a migração de um curso para outro e não considera como desperdício e sim como investimento, pois é de grande relevância que o aluno busque sua real potencialidade.

Nos últimos tópicos, da mesma modalidade vocacional, foi apontado em nossa pesquisa que, como causa da evasão, 3% (dois alunos) alegaram possuir outra graduação, conforme os relatos abaixo:

Eu já possuía a graduação em pedagogia em uma instituição privada e por necessitar trabalhar eu não consegui conciliar a universidade e o trabalho. (R-1).

Primeiro eu já tinha uma graduação e percebi que o curso não me acrescentaria intelectualmente, não por debilidade do curso, e também por razões pessoais (R-33).

Em continuidade, outros 3% (dois alunos) tiveram que optar em cuidar da família ou estudar. O relato abaixo nos aclara sobre os fatos.

[...] como casei abandonei os estudos para cuidar da casa e dos filhos... eu fiquei muitos anos sem estudar... escolhi Pedagogia porque eu estagiei em uma escola infantil e era um sonho a se realizar (E-1).

[...] tinha o sonho de ser professor e concluir uma graduação para a minha realização pessoal, mas como se casou cedo e precisava manter a família, teve que deixar meu sonho de lado e priorizar a família e o trabalho (E-2).

No percurso acadêmico muitos obstáculos acontecem, como foi nos casos dos E-1 e E-2, ambos sonhavam em ser professor e dar continuidade à profissão, mas intempéries da vida, os interrompeu profissionalmente.

Neste momento de análise, serão analisados os fatores externos na **modalidade sócio político econômico** que são: conciliar trabalho e estudo, falta de tempo, dificuldades no acesso, dificuldades em assimilar os conteúdos e apresentar os trabalhos acadêmicos.

Na primeira causa constatamos que, 14% (seis alunos) alegaram, não conseguir conciliar o trabalho com o estudo. Para tal comprovação, relatamos abaixo, trechos das respostas explicitadas pelos respondentes dos questionários e entrevistadas.

[...] e por necessitar trabalhar eu não consegui conciliar a universidade e o trabalho (R-1).

Conciliar horário de Trabalho com o estudo, já que moro sozinho tinha contas a pagar (R-2).

Hoje em dia, as pessoas estão dividindo entre trabalho e estudo, então... as que trabalham, tem a dificuldades de levar seu curso adiante. É, e também... uma das coisas que o aluno faz, como posso dizer [...] (E-1).

Com relação à falta de tempo, 12% (cinco alunos) justificaram ser um dos principais motivos para a evasão, conforme citamos abaixo, trecho explicitado da resposta de um participante do questionário.

Em primeiro lugar foi o tempo que era pouco pra estudar por conta do trabalho e também o tempo grande para concluir o curso[...] (E-5).

Ao somarmos os resultados acima, constatamos que 26% (dez alunos) dos evadidos do curso são trabalhadores e justificam a necessidade em trabalhar, para o seu sustento ou da sua família, e que o cansaço da jornada do dia a dia e o horário puxado, os levaram a fracassar nos estudos. Nas pesquisas de Bruns (1985), Baggi (2010) e Silva (2017), também apresentaram resultados, em que o trabalho e o tempo são os maiores causadores da evasão e que, independe do curso.

Na sequência, 12% (quatro alunos) justificaram o abandono do curso porque tiveram dificuldades no acesso à instituição, isto é, a distância da universidade entre ao local de trabalho ou residência, conforme citamos depoimento abaixo:

Como já falei... escolhi Pedagogia porque eu estagiei em uma escola infantil e era um sonho a se realizar, tive muitas dificuldades porque a turma era de muitos jovens e... eu... com mais idade ah...ficava de escanteio porque cada um procurava uma pessoa da sua idade, e eu...era a mais velha da turma, me senti discriminada. Eu permaneci durante um ano e quando era pra me matricular no terceiro período, desmotivada resolvi não me matricular mais...foi também a distância entre a minha casa e a universidade (E-1).

O relato da E-1, nos revela que muitos alunos entram na universidade, com o intuito de realizar um sonho, mas sem a perspectiva de trabalhar na área e apesar de, até gostar de criança, ao se deparar com os obstáculos cotidianos, abandona o curso, tal fato nos mostra, que esses alunos não estavam convictos com a sua escolha do curso. Coulon (2008), justifica que o aluno precisa obter um *status* para não fracassar, “o sucesso na universidade passa pela aprendizagem do ofício de estudante e que a entrada na universidade de nada serve se não for acompanhada por um processo de afiliação, ao mesmo tempo, institucional e intelectual” (COULON, 2008 p, 32).

No último fator externo e na modalidade sócio político econômico, 9% (quatro alunos) justificaram o fator financeiro como um dos motivos no abandono do curso e 3% (dois alunos) apontaram como causas, as dificuldades em assimilar os conteúdos e apresentar trabalhos, conforme relatos abaixo:

[...] foi o financeiro, tinha dificuldades em assimilar os conteúdos e apresentar os trabalhos, é, eu não sei se porque eu vim de escola pública é que eu não conseguia entender os que os professores falavam, você sabe né, tudo pra mim era novo, além de eu não ter dinheiro para lanche, pois vinha direto do trabalho eee, como eu posso dizer... ficava com fome e não aprendia nada... (E-4).

[...] minha maior desmotivação foi pelas dificuldades em assimilar os conteúdos (E-1).

A entrevistada E-4 nos relatou, que a condição socioeconômica da aluna é precária, ela até tentou, mas, as dificuldades advindas por falta de capital financeiro e cultural, interrompeu seu sonho em obter um curso superior e se profissionalizar. Nos estudos de Bruns (1995), Baggi (2010) e Carlos e Malacarne (2011), apontam que: renda familiar; característica da família; ocupação e escolaridade dos pais; deficiência

na educação básica; dificuldade de aprendizagem; problemas na leitura, escrita e interpretação, são os principais fatores para a evasão.

Em suma, na última etapa das causas da evasão por fatores externos, vamos elencar os motivos relacionados à modalidade de **características individuais** que são: Problemas familiares; não reconhecimento do trancamento ou trancamento do curso; pouca oportunidade de trabalho; complicação na gravidez; saúde mental; opção entre sonho e trabalho; curso não aumenta intelectualmente; aula chata; único homem na sala; falta de motivação e desinteresse.

O motivo que apresentou maior representatividade foi que, 12% (cinco alunos) alegaram ter problemas familiares, mas sem explicitar os tipos. Em sequência, a pesquisa aponta que 9% (quatro alunos) não se identificaram como evadidos, por desconhecer as normas internas dos cursos de graduação da instituição em que, se o aluno trancar dois semestres consecutivos, o sistema o jubila e automaticamente em sua matrícula aparece como abandono. Citamos abaixo, relato de uma entrevistada que foi jubilada do curso pelos motivos acima.

[...] me senti injustiçada... porque não tive culpa de ter tido uma gravidez complicada e ser jubilada do curso...(desabafo) Eu permaneci durante três anos, deixei no quinto período, eu não queria abandonar...(desabafo) tranquei o curso por duas vezes..., não porque eu queria... a situação me obrigou, na primeira vez que tranquei... eu estava com ameaça de aborto minha médica me recomendou repouso absoluto, quando vi que estava melhor retomei o curso, mesmo sem ordem médica...,pois minha licença de maternidade seria em janeiro, então tranquei o curso pela segunda vez.. aaa Não tive informação deste direito...(direito refere-se ao regime de auxílio domiciliar), esperei me recuperar e... então no período seguinte, no mês de agosto do corrente ano, vim na universidade para saber a data que começariam as matrículas e ao dar o número da minha fui informada que estava desativada e que no sistema estaria como abandono de curso (E-8).

Ao deparamos com o relato da entrevistada acima, percebemos que por conta do despreparo dos alunos e funcionários e o engessamento das normas da universidade, o mercado de trabalho e a sociedade perdem um profissional, que almejava exercer sua profissão como professora da educação infantil, sem contar a perda financeira institucional, pessoal e mais um sonho foi desfeito, pois faltava tão pouco para a aluna realizar.

Os autores Moura e Silva (2007), justificam que, tanto a instituição quanto o sistema educacional, jogam a culpa no aluno por ele evadir e isentando-se de suas

responsabilidades.

[o] termo evasão é muito carregado de um sentido que culpabiliza o indivíduo que, por várias razões, interrompeu definitivamente sua trajetória em uma determinada oferta educacional. Dessa forma, o termo também contribui para isentar a instituição e o respectivo sistema educacional de qualquer responsabilidade sobre esse fenômeno. É preciso ter claro que o afastamento definitivo de um estudante de determinada oferta educacional é fruto de múltiplos fatores sociais, econômicos, familiares, institucionais e pessoais, os quais se reforçam mutuamente e resultam na evasão (MOURA E SILVA, 2007, p. 31).

Em sequência, a pesquisa também nos revelou que, 9% (quatro alunos) culpou a desvalorização com a profissão e por ter pouca oportunidade de trabalho. Citamos a fala e a resposta de dois participantes da pesquisa.

[...] são muitas as causas, mas o que mais desestimula é a desvalorização e o desrespeito à profissão, pois os próprios profissionais da área da educação, entram em sala de aula com o discurso de que “quem quer se formar para professor tem que gostar muito de gente e da profissão porque se depender do salário não vale a pena continuar”, é melhor que desista! Quer contribuição maior do que essa para a evasão? (E-2).

[...] acabar com a ideia (principalmente por parte dos professores) de que ser Pedagogo não é uma profissão rentável (R-15).

Nos argumentos dos respondentes, a desvalorização do curso e da profissão vem de dentro da própria instituição e no discurso de professores atuantes em sala de aula. Como um aluno que ingressa no curso, pode dar continuidade aos estudos, se o que ouve sobre a profissão é desmotivador. Baggi (2009) corrobora em:

É importante que haja aceitação e compreensão do fato de que tanto as questões de ordem acadêmica como as expectativas do aluno em relação ao curso ou à instituição podem encorajá-lo ou desestimulá-lo a priorizar ou não o investimento de tempo e dinheiro para a conclusão do seu curso. (BAGGI, 2009, p.32).

Em continuidade e fechando os fatores externos na modalidade das características individuais, apontamos que 1% do total das respostas que forma 79, (nove alunos) apresentaram motivos que diversificam dos outros, como contribuinte para o abandono do curso, que são: curso não aumenta intelectualmente, complicação na gravidez, saúde mental, diferença de idade, aula chata, único homem

da sala, falta de motivação e desinteresse pelo curso. Elencamos trechos dos questionários e entrevistas em que comprovam tais afirmações.

Dificuldades financeiras e problemas de saúde (sofro de ansiedade) (R-12).

Único homem na sala, idade maior entre os estudantes, seleção natural nos PG (R-9).

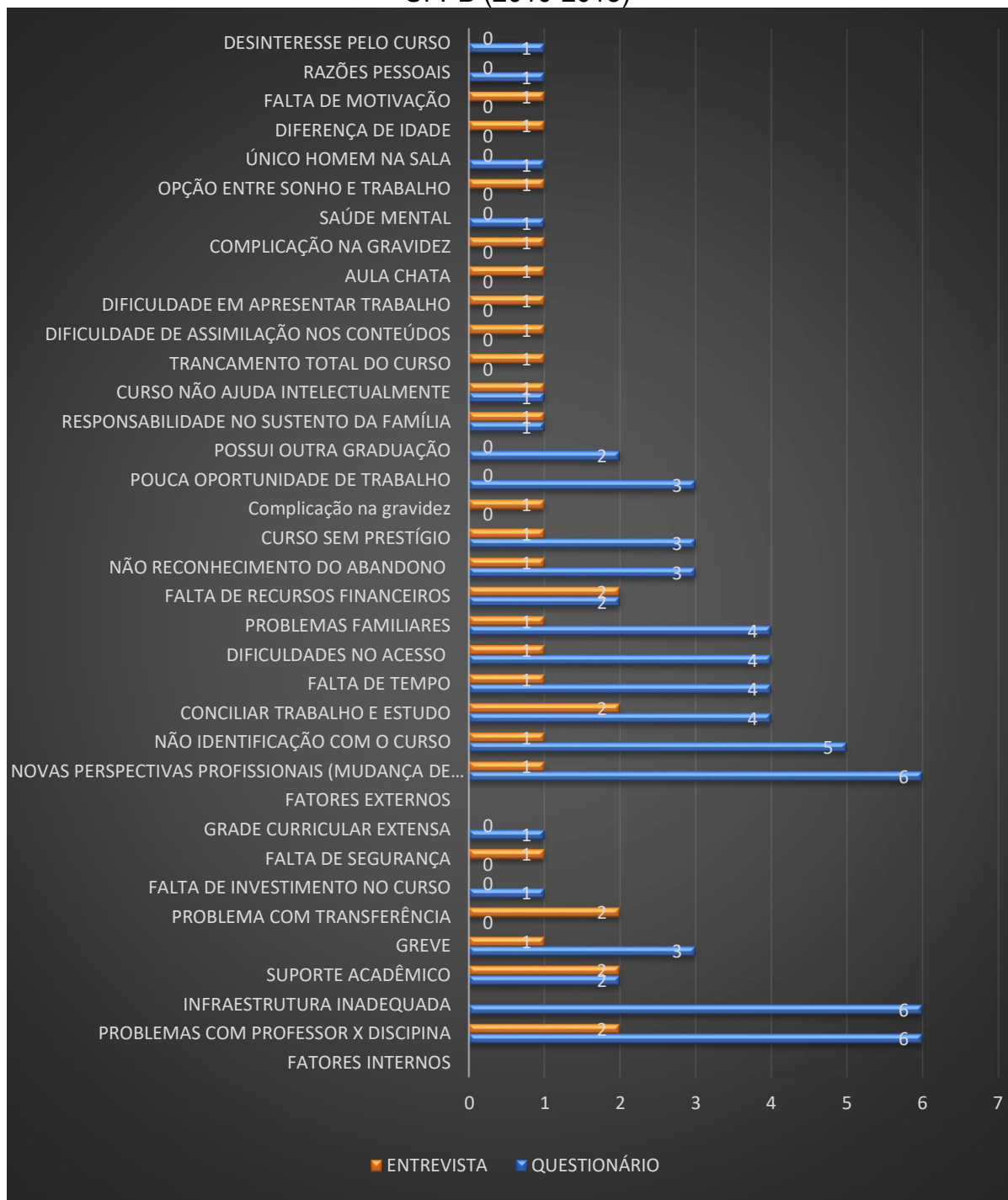
[...] com mais idade ah...ficava de escanteio porque cada um procurava uma pessoa da sua idade, e eu...era a mais velha da turma, me senti discriminada. Eu permaneci durante um ano e quando era pra me matricular no terceiro período, desmotivada resolvi não me matricular mais... (E-1).

[...] prestei um concurso público estadual e fui direcionado a trabalhar no sertão da Paraíba (E-2).

Em pesquisas anteriores como, de Freitas (2007, 2009), Baggi (2010), Castro e Malacarne (2011), Chaves (2016) e Silva (2017), apontaram fatores semelhantes aos da nossa pesquisa como: a distância, financeiro, razões pessoais, familiares, saúde, motivação e desinteresse.

No fechamento dos fatores que levaram os alunos a evadir o curso de Pedagogia presencial da UFPB, no período de (2010-2015), o gráfico 14 mostra as principais causas da evasão, sendo elas do fator interno e externo à instituição.

Gráfico 14 - Principais causas da evasão no curso de Licenciatura em Pedagogia da UFPB (2010-2015)



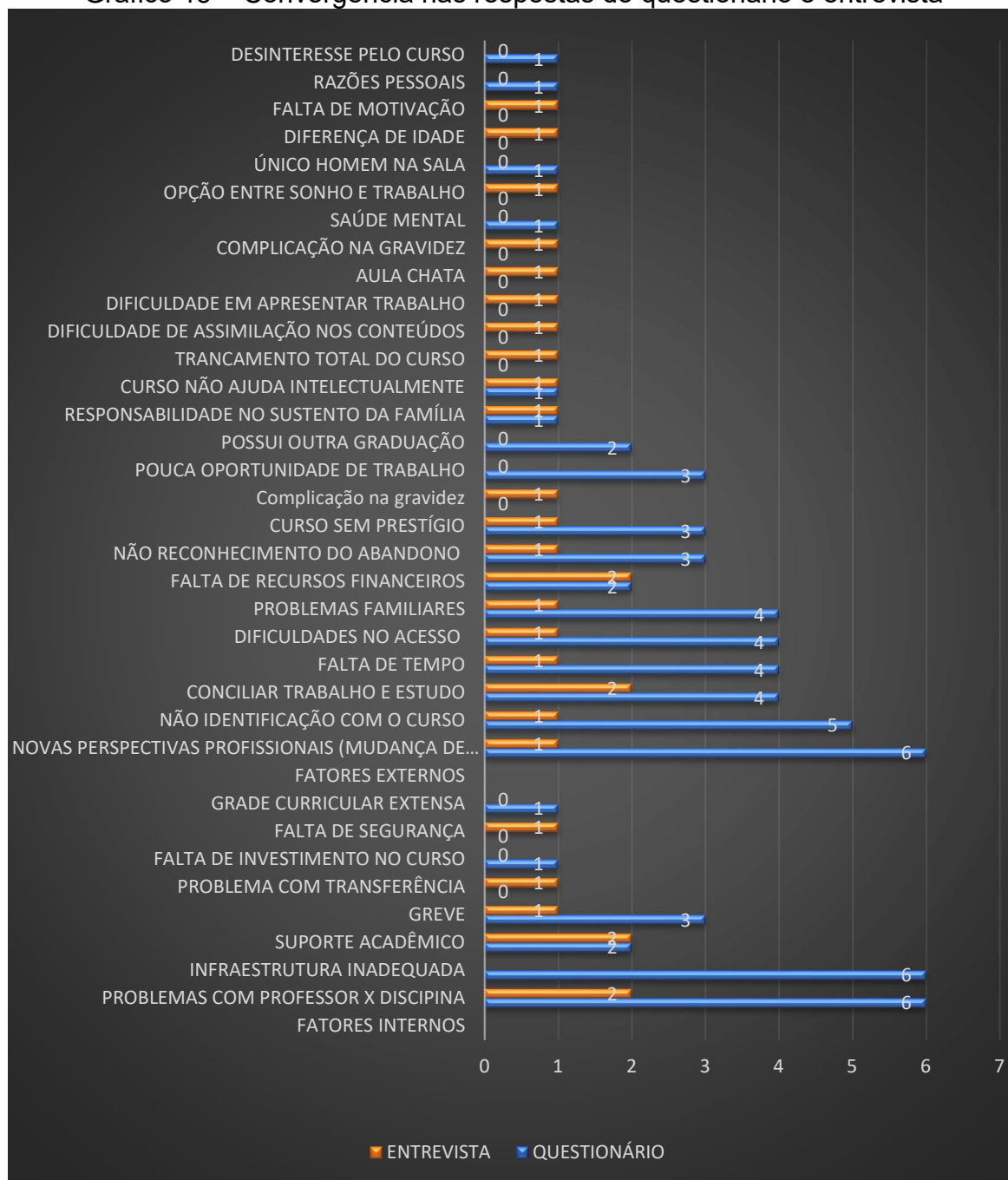
Fonte: Questionário e entrevistas aplicados aos evadidos do curso de Pedagogia da UFPB, 2017.

Analisando o gráfico 14, podemos comprovar que das 34 (trinta e quatro) causas apontadas, (28%) foram referentes aos fatores internos à instituição e (72%) aos fatores externos. Obtivemos 79 (setenta e nove) respostas, sendo que cada

participante apresentou uma média de (1,84%) respostas, vale salientar que, tiveram participantes que apontaram somente uma resposta e outros mais de duas. As respostas com maior número de respondente foi: 08 (oito) problemas com professor e disciplinas; 07 (sete) novas perspectivas profissionais (mudaram de curso em outra IES); 06 (seis) infraestrutura inadequada, não identificação com o curso e conciliar trabalho e estudo; 05 (cinco) dificuldades de acesso, falta de tempo e problemas familiares; 04 (quatro) suporte acadêmico, falta de recursos financeiros, não reconhecimento do abandono e trancamento como evasão e curso sem prestígio; 03 (três) greve e pouca oportunidade de trabalho; 02 (duas) problemas de transferência, possui outra graduação, responsabilidade no sustento da família e curso não ajuda intelectualmente; 01 (uma) falta de investimento no curso, falta de segurança, tempo de extenso de conclusão do curso, trancamento total do curso, dificuldades em assimilar conteúdos, dificuldades em realizar os trabalhos, complicação na gravidez, saúde mental, opção entre sonho e trabalho, aula chata, único homem na sala, diferença de idade, falta de motivação, razões pessoais e desinteresse pelo curso.

No gráfico 15, mostraremos as respostas que convergiram com os questionários e entrevistas.

Gráfico 15 – Convergência nas respostas do questionário e entrevista



Fonte: Questionário e entrevistas aplicados aos evadidos do curso de Pedagogia da UFPB, 2017.

No gráfico 15 verificamos que das 34 causas apontadas que convergiram (questionário x entrevista), 9% (três causas) são dos fatores internos e 35% 12 (doze causas) são dos fatores externos. As que não convergiram, 6% (duas causas) dos fatores internos e 47% (dezesseis causas) fatores externos.

No item que se segue, apresentamos as dificuldades e facilidades vivenciadas pelos alunos evadidos, no tempo de permanência do curso e instituição.

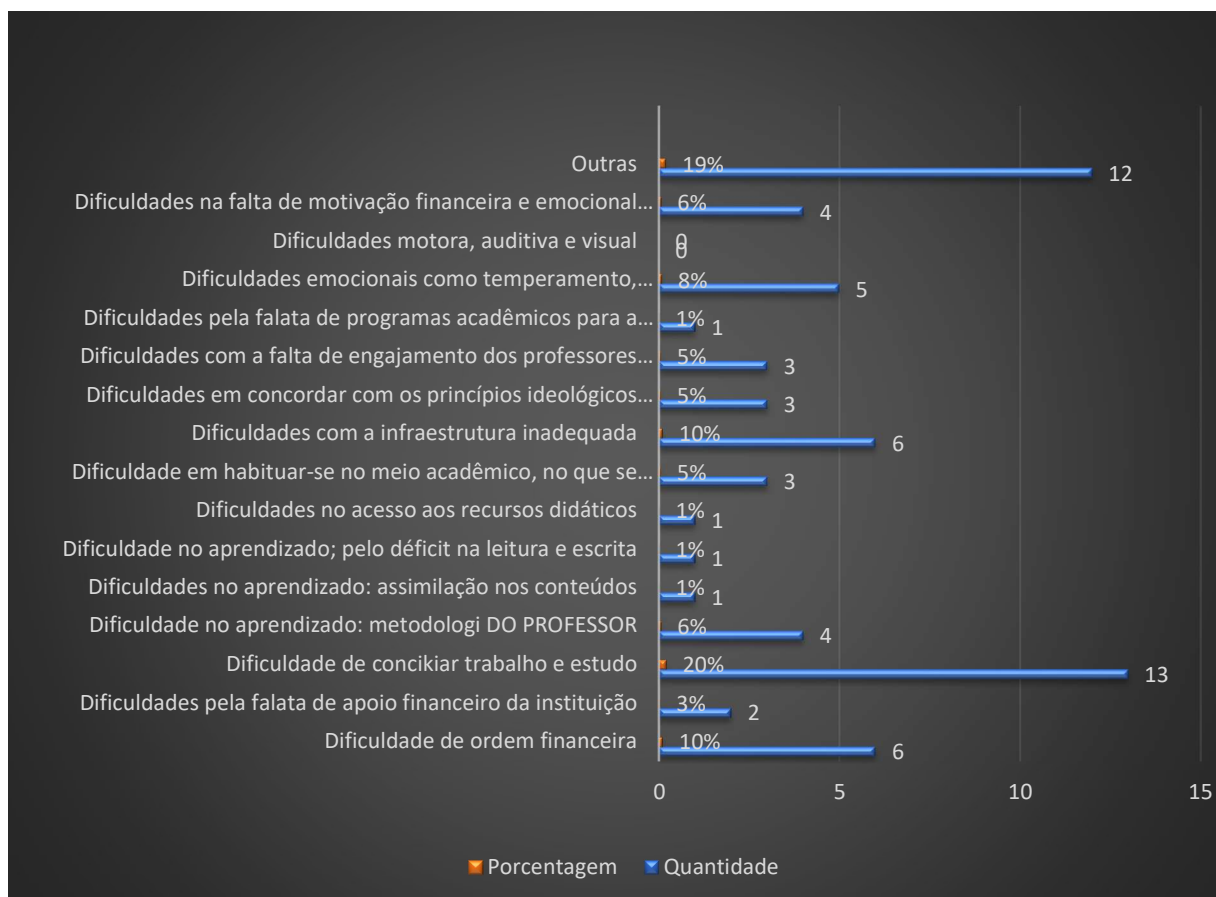
5.3 Dificuldades e facilidades vivenciadas pelos alunos evadidos

Neste ponto da pesquisa, já descobrimos os motivos que levou os alunos do curso a evadir. No gráfico abaixo, relatamos as principais dificuldades enfrentadas na sua permanência do curso. Primeiramente, elencaremos os fatores levantados pelos alunos respondentes dos questionários, na sequência, analisaremos cada trecho das entrevistas em que os alunos evadidos apresentaram dificuldades e por fim, mostraremos os pontos convergentes e não convergentes nas duas formas da pesquisa (questionário e entrevista).

Nosso primeiro passo foi angariar os dados dos questionários e entrevistas aplicados aos alunos evadidos e buscar o tempo de permanência e as dificuldades enfrentadas por eles no curso. Os dados apurados revelaram que nos períodos de permanência do aluno no curso de Pedagogia, teve uma variação entre 01 (semestre) a sete (anos), sendo que 30% (13 alunos) permaneceram por menos de 1 semestre, 16% (07 alunos) por 01 ano, 12% (05 alunos) por 02 anos, 9% (04 alunos) por 03 anos, 5% (dois alunos) por 02 anos e meio, 5% (dois alunos) por 3 anos e meio e 23% (dez alunos) não souberam dizer o período de permanência.

Com relação às dificuldades apontadas na permanência do curso pelos alunos, o gráfico 16 nos revela que:

Gráfico 16 – Dificuldades no período de permanência no curso



Fonte: Questionário e entrevistas aplicados aos evadidos do curso de Pedagogia da UFPB, 2017

Das 16 (dezesesseis) opções ofertadas no questionário, os 35 (trinta e cinco) participantes da pesquisa apontaram de uma ou mais dificuldades, obtivemos 62 (sessenta e duas) mas nem todas foram explicitadas. Analisamos as dificuldades de acordo com a maior quantidade de alunos que apontou. Com relação à dificuldade de conciliar trabalho e estudo 21% (treze alunos) apontaram, 19% (12 alunos) outras dificuldades, não explicitadas, 10% (seis alunos) dificuldades com infraestrutura inadequada, 8% (cinco alunos) dificuldades emocionais como temperamento, personalidade e motivações, 6% (quatro alunos) dificuldades no aprendizado: metodologia do professor e dificuldades de ordem financeira e, 5% (três alunos) dificuldades em habituar-se no meio acadêmico, no que se refere ao conhecimento, crenças, artes, moral, costumes, etc..., dificuldades em concordar com os princípios ideológicos do curso e falta de engajamento dos professores aos princípios ideológicos do curso, 3% (dois alunos) dificuldades pela falta de apoio financeiro da instituição e 2% (quatro alunos) apontaram uma única dificuldade, que é no

aprendizado: assimilação de conteúdo, déficit de leitura e escrita e dificuldades de acesso aos recursos didáticos.

Pudemos perceber que, foram três dificuldades apontadas ao fator interno institucional, tal que, 10% (seis alunos) alegam problemas na infraestrutura da universidade e 11% (sete alunos) apontam problemas com a metodologia usada pelo professor e engajamento dos mesmos aos princípios ideológicos do curso. Em suma, na ótica da evasão, vimos que dos resultados apurados dos 35 questionários, concluímos que 37% (treze alunos) apontaram dificuldades referentes à instituição.

Na próxima etapa, elencaremos trechos dos relatos apontados nas 09 (nove) entrevistas em que os alunos evadidos apontaram as principais dificuldades que tiveram quando da sua permanência no curso de Pedagogia.

[...] tive muitas dificuldades porque a turma era de muitos jovens e... eu... com mais idade ah... ficava de escanteio porque cada um procurava uma pessoa da sua idade, e eu, era a mais velha da turma, me senti discriminada. Bom, como eu fiquei muito tempo sem estudar, tive muita dificuldade em assimilar os conteúdos, realizar os trabalhos que os professores pediam, não sabia elaborar e apresentar os seminários e quando eu passei para o segundo período... é que as dificuldades aumentaram... mudou as disciplinas e ficaram mais pesadas (E-1).

No relato da primeira entrevista, E-1, percebemos que as dificuldades apresentadas, são de fatores externos e de características individuais. Problemas apontados como estes, são possíveis de amenizar, desde que o aluno explicita seus problemas em particular aos professores, e assim, ele terá como trabalhar sua didática em sala de aula, talvez, aplicando uma dinâmica de integração, com objetivo de integrar o aluno aos colegas da turma.

[...] na minha permanência no curso tive dificuldade em filosofia, a forma de como o professor conduzia suas aulas eu não conseguia assimilar o conteúdo (E-7).

[...] quando permaneci no curso não senti nenhuma dificuldade de ordem financeira, mas tinha um professor de filosofia que deixava a disciplina ainda mais complicada, mas eu levava numa boaaaa...(riso) (E-2).

De acordo com os relatos dos alunos E-2 e E-7, alegaram ter tido dificuldades em uma disciplina específica, talvez seja por conta da didática e metodologia utilizada

pelo professor. A dificuldade apontada, é do fator interno da instituição, problema este, que pode ser amenizado desde que, os envolvidos no curso estejam cientes do que está acontecendo e averiguem se o problema não está só na visão do aluno que se sente prejudicado mas no geral, e assim, buscar alternativas para evitar a evasão de alunos no curso.

Perguntei à aluna se ela teve dificuldades com relação à metodologia do curso em que respondeu. [...] não, não, em questão do curso e metodologia não tive nenhuma dificuldade, mas ... a minha maior dificuldade foi em me manter no curso por estar distante do local de trabalho e não ter conseguido a transferência, em relação à universidade, o curso era muito acessível (E-3).

Em sequência, a E-3, não apresentou dificuldades com relação à metodologia do curso, mas em contrapartida, se mostra decepcionada por não ter conseguido a transferência. Quando ela apresenta sua primeira dificuldade em ter que se manter no curso, nota-se que este é um fator externo e individual, pois, na nossa compreensão, tal fator está interligado ao problema financeiro, mas ao relatar, não ter conseguido sua transferência, o problema passa a ser do fator interno institucional, porque pelo histórico de evasão da aluna, ela abandonou o curso por conta das normas internas dos cursos de graduação da UFPB. Acredito que se, a instituição fizer uma pesquisa específica sobre a evasão, em todos os cursos de graduação, talvez pudesse flexionar as regras internas dos cursos e assim evitar mais perdas de alunos.

[...] sentia dificuldades em assimilar os conteúdos por eu ter déficit de atenção e também não tinha dinheiro como chegar na universidade (E-4).

A entrevistada deixou o curso no primeiro período e justificou ter déficit de atenção e não ter dinheiro para se manter no curso. No relato da E-4, reforça o resultado de nossa pesquisa quando buscamos o perfil socioeconômico dos alunos evadidos e relatamos que os alunos de Pedagogia em sua maioria, são trabalhadores e que dependem do fator financeiro para sobreviver no mundo acadêmico, pois na falta dele, pode afetar no desempenho cognitivo e intelectual do aluno.

kkkk, tudo, vi que não ter como conseguir a transferência, então tirei meu cavalo da chuva (E-5).

Mais um relato de abandono, por conta das normas engessadas nos cursos de graduação da UFPB. Parece irônico o relato da E-5, mas a aluna ao conhecer as

normas, em que teria que cursar pelo menos o primeiro semestre para ter direito a transferência do curso, o abandonou e foi buscar outra oportunidade profissional, pois o curso de Pedagogia não era a sua primeira opção.

[...] eu permaneci no curso por um ano, deixei o curso no terceiro período porque tive dificuldade em conseguir a transferência para o turno da noite, pois arrumei um trabalho e tinha que ser transferida... mas não consegui porque não havia vaga. Acho um absurdo não ter vagas disponíveis no turno da noite, para os casos de transferência e alguns professores eram ausentes quando um aluno procurava para pedir ajuda. Encontrei dificuldades no segundo período, não consegui boa integração com os professores. Havia também muita mudança no calendário escolar (E-6).

Em sequência, no relato da E-6, foram apresentados diversos fatores que envolvem diretamente na continuidade do aluno no curso. O primeiro fator, refere-se as normas institucional dos cursos de graduação da UFPB, pois a entrevistada não conseguiu a transferência do curso para o turno da noite ao conseguir um trabalho, e, ainda mencionou haver muita mudança no calendário escolar e ausência dos professores em ajudar o aluno quando ele precisava.

aaa mais a minha intenção não era trancar o curso totalmente, mas parcial, não sei o que aconteceu, acho que foi erro na coordenação, não tive informação deste direito. O direito que a aluna menciona é o auxílio de regime domiciliar por estar gestante (E-8).

No depoimento da E-8, é outro caso com problema de transferência, só que neste caso, a aluna alega ter sido jubitada do curso, colocando a responsabilidade no atendimento da coordenação do curso, segundo ela, trancou o curso por duas vezes, sendo que na segunda vez, o trancamento era para ser parcial e não total, por isso, não entendeu o porquê do abandono do curso, isto é, a aluna desconhecia as regras internas do curso e da instituição. Casos como este, não são comuns, mas podem acontecer e causar grande prejuízo para o aluno e para a instituição.

A última entrevistada E-9, não apontou nenhuma dificuldade nem no ingresso do curso, quanto na sua permanência.

[...] eu não tive dificuldades, nem para ingressar, quanto mais na minha permanência, que foi tão pouca...tanto é que fui logo chamada para assumir minha vaga (E-

Tanto nos questionários como nas entrevistas, foram apontadas 93 (noventa e três) dificuldades em que os alunos tiveram em sua permanência no curso. Do total de 93 (noventa e três) respostas, 06 (seis) convergiram com as dificuldades apontadas nos questionários, conforme abaixo.

- **Assimilar os conteúdos;**
- **Dificuldades financeiras para o aluno se manter no curso e chegar na universidade;**
- **Dificuldades com o professor e disciplina;**
- **Não conseguir integração com os professores;**
- **Dificuldades com a metodologia, a forma como o professor conduzia suas aulas;**
- **Não identificação com o curso.**

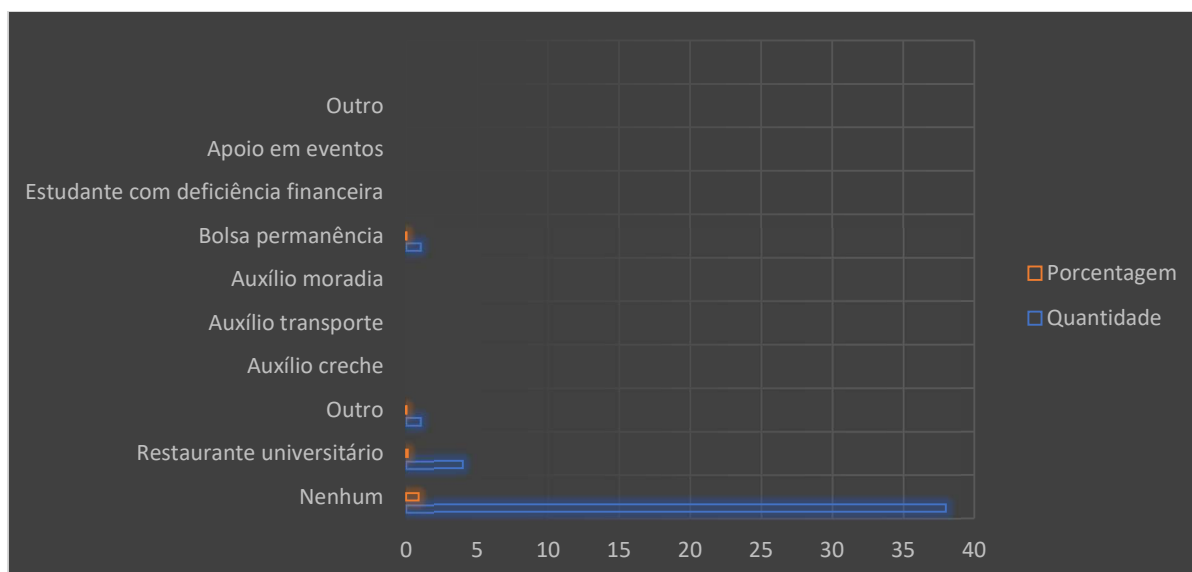
Enquanto que nas entrevistas, 07 (sete) dificuldades na permanência no curso, não convergiram com as dos questionários:

- **Dificuldades por conta da idade, por ser mais velha (o) da sala;**
- **Dificuldades em apresentar os trabalhos que os professores pediam;**
- **Não sabia elaborar e apresentar os seminários;**
- **Dificuldades de transferência;**
- **Mudança no calendário escolar;**
- **Acho que foi erro na coordenação;**
- **Não tive informação deste direito.**

Em estudos anteriores, Tinto (1975), Moehleck (2007), Fernandes et al (2010), Morosini et al (2011), Pereira e Júnior (2012), Sotero (2014) e Silva (2017), apontou dificuldades semelhantes ao resultado da nossa pesquisa.

Para descobrirmos as facilidades e dificuldades que os alunos encontraram na sua permanência, perguntamos se, dentre os serviços, que a UFPB oferece, qual (is) são o (s) que você utilizou e o apoio recebido em que o ajudou. Foram citados 10 itens, como mostra no gráfico 17.

Gráfico 17 – Apoios oferecidos pela UFPB



Fonte: Questionário e entrevistas aplicados aos evadidos do curso de Pedagogia da UFPB, 2017.

No gráfico 17, podemos constatar nas respostas dos questionários online e entrevistas que, dos 43 respondentes, (88%) alegaram não ter recebido nenhum apoio da instituição, (12%) recebeu apoio do restaurante universitário, e apenas (1) respondente citou que recebeu bolsa do PROLICEM.

Aos que receberam apoio do restaurante universitário e a bolsa do PROLICEM, citamos abaixo as respostas relevantes dos entrevistados e questionados.

- *Na economia com refeição antes de ir para o trabalho;*
- *Eu fazia estágio em uma escola e não tinha condições de pagar a alimentação;*
- *Em minha permanência de seis meses;*
- *Com a renda financeira, ao ter que ficar o dia todo na universidade.*

Em sequência, no próximo item, vamos elencar as sugestões apontadas pelos alunos evadidos, na contribuição na permanência no curso.

5.4 Sugestões dos sujeitos pesquisados para favorecer na permanência do aluno no curso

Com objetivo de contribuir para diminuir a evasão no curso de Licenciatura em Pedagogia (2010-2015), pedimos aos participantes da pesquisa que apontassem sugestões para diminuir os problemas do abandono/evasão no curso de Pedagogia. Os 44 (quarenta e quatro) alunos evadidos respondentes deram sugestões diversificadas, conforme demonstra no quadro 13. Vale salientar que, nas sugestões, também foi utilizado o modelo de evasão elaborado por Biazus (2004), em que destacaremos as sugestões por fatores internos e externos à instituição.

Quadro 11 - Sugestões apontadas pelos respondentes do questionário para diminuir a evasão

SUGESTÕES - INTERNAS E EXTERNAS
○ INTERNAS – Institucional ○ Comprometimento por parte de alguns professores ○ A instituição realizar palestras motivacionais e que os professores contribuam de forma positiva; ○ Apoio aos alunos que trabalham no comércio. Principalmente o turno da noite; ○ Poder aumentar a quantidade de cadeiras a serem pagas e permitir o aluno mudar de turno nesse momento de choque de horário entre trabalho e estudo; ○ Mais motivação e interesse do corpo docente; ○ Dentro do curso, no pouco tempo que passei, percebi que maioria dos alunos, da minha turma pelo menos, tinha o curso como segunda última opção, ou seja, não queira o curso de pedagogia (inclusive eu), assim os alunos já começam sem estímulo nenhum. Isso se dá devido ao grande número de vaga ofertado pelo curso de pedagogia, o que torna mais fácil o ingresso na faculdade que não seja para o curso que escolhemos. ○ Pessoais ○ Dentro do curso, no pouco tempo que passei, percebi que maioria dos alunos, da minha turma pelo menos, tinha o curso como segunda última opção, ou seja, não queira o curso de pedagogia (inclusive eu), assim os alunos já começam sem estímulo nenhum. Isso se dá devido ao grande número de vaga ofertado pelo curso de pedagogia, o que torna mais fácil o ingresso na faculdade que não seja para o curso que escolhemos.

- **Institucional - Estrutural**
- Aulas dinâmicas; Salas com mais estrutura;
- Investimentos no espaço físico da UFPB, e principalmente no acesso para a inclusão efetiva do aluno deficiente.
- **Institucional - Pessoal**
- Mais apoio aos estudantes que precisam de transporte público, para locomoção até o local da universidade... apoio motivacional pós greve
- Pessoas com sexo diferente e idade maior, são de uma forma ou de outra, excluídas no ensino superior até mesmo pelos professores
- No meu caso foi devido a saúde e financeiro, hoje eu teria terminado o curso, confesso que me arrependo, porém devido a minha saúde não estava pensando muito bem. Quando resolvi voltar não consegui devido a burocracias internas da Faculdade.
- Uma maior valorização na concepção dos próprios docentes em relação a prática profissional.
- **Institucional - Curricular**
- Uma reformulação na grade curricular
- Institucional Didática
- Facilitar mais os trabalhos para aqueles que trabalham durante o dia todo, nem sempre terá o tempo necessário para fazer um trabalho grande em pouco tempo.
- Uma maior valorização na concepção dos próprios docentes em relação a prática profissional.
- **Institucional estrutural e metodológica**
- Ser melhorado toda a infraestrutura;
- Didática apresentada;
- Trabalhar a metodologia, tipo, O curso ensinar a alfabetizar as crianças e pessoas, pois o nosso curso a gente absorve muitos teóricos, mas não desenvolve nenhuma possibilidade de aplicação. Seria viável desenvolver recursos para fins de ensino e aprendizagens e também mostrar as oportunidades no mercado de trabalho para o pedagogo, que não se limita apenas em sala de aula;
- [i] Melhorar a infraestrutura do CE; [ii] acabar com a ideia (principalmente por parte dos professores) de que ser Pedagogo não é uma profissão rentável; [iii] Talvez reformular o conteúdo programático das disciplinas ou o PPC, para que haja um melhor engajamento dos discentes;

- Um esclarecimento do que é o curso de Pedagogia, mercado de trabalho e importância;
- Preparar o pedagogo para a sala de aula com práticas pedagógicas. Construir um currículo que dê mais significado à aprendizagem. É preciso saber quais são os principais motivos que levam à evasão e saber em quais disciplinas ou períodos há maior perda de alunos. A partir deste mapeamento, a instituição irá começar a elaborar as soluções;
- Valorização do curso e profissão;
- Mostrar aos alunos que o curso de pedagogia abrange outras áreas além da educação infantil, e incentivar a conhecer as formas atuais;
- Valorização do curso, programas de incentivo;
- Facilidade no conteúdo ministrado, pois hoje em dia as pessoas trabalham e estudam, além disso, muitas das pessoas que escolhem o curso de pedagogia são pessoas mais adultas, casadas e com filhos. Diminuição de carga horária de algumas disciplinas também seria uma boa;
- Melhor formação no ensino para que o jovem não tenha tanta dificuldade; explicar aos alunos para conhecer melhor o curso, fazendo-o entender que o curso vai melhorar a vida profissional; fazer calourada para explicar o curso; melhorar na valorização do pedagogo.
- Mais incentivo da parte dos professores.

EXTERNAS - Institucional

- Novas perspectivas profissionais, políticas práticas de valorização do profissional, acompanhamento mais direcionado e próximo para uma formação de qualidade. Maior compromisso com o processo de formação para que de fato sintamos esses reflexos na educação básica brasileira;
- Aumentar o salário do professor.
- **Pessoal**
- Dentro do curso, no pouco tempo que passei, percebi que maioria dos alunos, da minha turma pelo menos, tinha o curso como segunda última opção, ou seja, não queira o curso de pedagogia (inclusive eu), assim os alunos já começam sem estímulo nenhum. Isso se dá devido ao grande número de vaga ofertado pelo curso de pedagogia, o que torna mais fácil o ingresso na faculdade que não seja para o curso que escolhemos;
- O curso exige muita leitura;

- Ser melhorado toda a infraestrutura;

Fonte: questionário e entrevistas aplicados aos evadidos do curso de Pedagogia da UFPB, 2017.

Na intenção de reforçar a veracidade das sugestões apontadas pelos alunos evadidos, resolvemos citar trechos das entrevistas, em que assemelham com as sugeridas pelos questionários. Em algumas entrevistas os trechos são mais longos, porque a entrevistadora achou de grande relevância explicitar os relatos de muitos desabafos dos alunos que evadiram o curso.

[...] eu sugiro o aumento da segurança, entendeu..., de pessoas e de profissionais na área da segurança, para dar mais segurança principalmente para as mulheres e para aqueles que dependem de pegar ônibus, vão com medo quando tem que ficar até dez horas, dez e meia e dez e quarenta. Uma noite eu estava fazendo uma prova oral e fiquei por última e fiquei sozinha na parada de ônibus e fiquei morrendo de medo!!!!

Na sua percepção o que mais contribui para o estudante não concluir o curso e se tinha alguma sugestão na mudança do currículo?

Na minha percepção fora de sala de aula, eu acho boa a metodologia, os professores são realmente capacitados, eu tive dificuldades... eu digo assim, porque eu fiquei muito tempo fora de sala de aula e... que alguns professores deixaram a desejar com relação à disciplina, porque todo trabalho deixava muito por conta do alunado, deixavam os alunos muito solto, deixavam para os alunos resolver uma coisa que cabia na sua competência resolver, eles pediam assim, um trabalho e pediam uma pesquisa e não davam muita posição de você entender a metodologia eu.. eu mesma me sentia muito perdida, por isso é que eu vi que não tinha condições de continuar o curso (E-1).

[...] o meu ver, não existe uma resposta exata porque depende de cada caso, no meu..., eu não tive dificuldades financeiras... mas, sabia que muitos alunos não tinham dinheiro para se manter no curso, então eu sugiro que haja mais incentivo por parte da instituição aos alunos excluídos. Melhor integração entre os alunos, principalmente no primeiro período porque eu me senti excluído por ser mais velho da turma. Mais valorização aos profissionais da educação e... melhor professor de filosofia kkkkkkk (E-2).

[...] olhe... é assim, a sugestão que eu daria, pelo meu caso e como não sou a primeira pessoa que passou por isso... (refere-se a solicitação de transferência), eu sugiro que as pessoas avaliem melhor as pessoas que estão recebendo a bolsa, avaliem melhor porque da necessidade do aluno em receber a bolsa e a questão do atendimento na coordenação... porque é assim...(desabafo),“ eu tive uma dificuldade muito grande... quando eu precisava da coordenação em busca da minha transferência, é como se a pessoa estivessem

implorando um favor, eu percebia que as pessoas não faziam questão em lhe ajudar, faziam o trabalho como se estivesse sendo obrigada e não por consciência de que está tratando com um ser humano igual a ele, eu me sentia humilhada e como uma bola de pingue pongue, por ser jogada de um campus para o outro, indo e vindo, eu... sentia como se estivesse pedindo um favor e não resolveu nada”.

A sugestão é avaliar bem essas pessoas que trabalham, avaliar bem essas pessoas que precisam transferir de campus e que observem direitinho porque se você olhar com bons olhos, você vai percebeeerr que o aluno está querendo estudar e só precisa de uma oportunidade, a realidade é esta, dá oportunidade dá, mas o aluno fica com aquela distância, sabe que tem a oportunidade, mas que não se consegue pegar nela. É federal é, eu sempre tive vontade de estudar na federal, mas hoje, hoje, hoje, se eu fosse optar eu acho que eu não voltaria, só se fosse...veja, a universidade está sempre em greve e isto atrasa na conclusão do curso, estudar na federal é difícil porque o aluno passa por muitas coisas, a oportunidade que a particular lhe dáaa, apesar de não ser a mesma coisa, é grande, você está pagando, tudo bem, mas na federal você também paga, você lutou pra chegar ali, é um direito meu, eu passei ganhei aquela vaga, muito bem... eu posso até voltar, voltar a fazer o mesmo curso (E-3).

[...] bom... eu sugeria que o governo e a instituição ajudasse mais os alunos vindos de uma escola pública e que os professores ... melhorasse sua metodologia de ensino. Tem mais alguma coisa que você queira acrescentar? Não porque eu fiquei pouco tempo... nem deu pra eu conhecer a turma e a universidade direito. Você se arrepende de ter deixado o curso? Sim, se eu tivesse ajuda financeira eu podia ter continuado (E-4).

[...] a sugestão que eu daria é que... houvesse maior disponibilidade de horário, principalmente para o período noturno. Não é nada fácil, trabalhar o dia todo e depois ter que enfrentar mais quatro horas de aula (E-5).

[...] as sugestões que eu daria, é que, a universidade deveria facilitar a questão de horário para quem ingressou no trabalho, sugiro que seja separado uma quantia de vagas para os casos excepcionais, como o meu é claro! A coordenação deveria observar melhor a relação entre o diálogo de aluno e professor para ter uma comunicação mais aberta e haver mais interatividade, seja com a coordenação, como também pelos professores (E-6).

Olhe... eu trabalho em creche já por muito tempo... eu vejo que as pessoas não veem valorização para o pedagogo, por conta disso, os jovens estão desviando para outros cursos de maior prestígio e valor. O pedagogo é muito limitado..., o curso deveria dar uma abertura maior, pois só trabalhar no ensino fundamental até a quarta série é muito pouco, a exigência do curso é grande... porque um aluno fica no mínimo quatro anos estudando, para depois trabalhar em uma escolinha de bairro e ganhar o salário mínimo, isto é, quando consegue, se estuda muito para ganhar pouco. O curso deve ser modificado para ampliar mais o campo de trabalho... (E-7).

[...] humm...primeiramente, preparasse melhor os funcionários, para que eles atendam melhor os alunos. No primeiro período fizesse uma apresentação de como é o curso, as resoluções que fundamentam o curso... para que não haja mais casos como o meu...(E-8).

As sugestões que eu daria... é que ao iniciar uma turma no curso fazer uma explanação do conteúdo do curso e seus objetivos, apesar de eu não ter tido problemas com a metodologia e nem, nem com os professores, o curso é bom, mas a valorização do profissional é que não é, vejo como exemplo, pela minha mãe... (E-9).

Das sugestões apontadas nos questionários, observamos que a maioria são de ordem institucional, pessoal, metodológica e curricular. O que nos chama atenção são as sugestões das entrevistas, em que, sugerem melhor preparação dos funcionários da coordenação porque, nos casos das evasões ocorridas por não conseguir transferência, em sua maioria, os alunos evadidos reclamam da falta de interesse dos funcionários em ajudar os alunos e a desinformação sobre as regras da instituição.

Na complementação das sugestões dadas pelos alunos evadidos, pedimos que eles opinassem sobre o que contribui para o estudante não concluir o curso. Relacionamos abaixo, as principais opiniões:

- Ter que conciliar trabalho e estudo;
- Bagunça pública;
- Falta de apoio da coordenação;
- Falta de valorização profissional;
- Inexistência de programas para superar dificuldades;
- Falta de identificação real com a profissão que só será percebida de fato, com as experiências práticas;
- Greves extensivas dos professores;
- Apoio financeiro aos mais necessitados;
- Quando confrontados com a triste realidade que irão encontrar como futuros pedagogos, acabam desistindo antes e tentando outro curso que valorize mais o profissional;
- Tempo;
- Acredito que seja pela cultura de que o professor seja mal remunerado em nosso país, de trabalha por amor.

Para fechar este tópico, relatamos o depoimento de uma entrevistada em que desabafa de como o aluno se sente, quando não há um bom atendimento com relação ao recebimento do aluno pela instituição e sugere uma melhor forma de tratamento.

[...] olha assim, dentro do geral... é..., como cada pessoa tem o seu motivo, me coloco assim, como seria bom se... a universidade procurasse..., procurar saber quantos alunos não estão frequentando o curso, procurar saber porque o aluno não está aparecendo no curso, procurar pra saber se pode ajudar o aluno, procurar saber como está o aluno e tentar resolver, a universidade pode fazer alguma coisa pelo aluno, e por qual motivo desistiu, porquê ...como assim, cada , eu penso assim... se a universidade me procurasse, bem eu penso assim...(desabafo triste), o ser humano precisa ser valorizado, se me procurasse e saberiam porque eu não voltei para o curso, eu via que sou importante e como se eu tivesse um valor, isto é eu me ... sinto valorizada porque estou fazendo falta e aí eu me sinto valorizada.. por ser procurada, aquela questão que eu via como difícil eu superaria porque senti que tenho valor e vi que a universidade está preocupada comigo e querem que eu estude. A sugestão é olhar mais o aluno e resgatá-lo e saber os motivos, motivo sempre vai ter, mas a gente desconhece e só descobre se for atrás dele. Na universidade o aluno é apenas mais um número, falta o calor humano (E-3).

No relato da entrevistada E-3, ela sugere que seja observado cada aluno que melhore no atendimento da instituição. Podemos perceber que, a preocupação da aluna não se referia somente a ela, mas aos alunos no geral. Sabemos quanto trabalho uma coordenação tem, e que se torna inviável atender a cada aluno individualmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa se deteve na busca de fatores internos e externos a instituição que motivaram os estudantes a evadir um curso do Ensino Superior a evadir. A amostra da pesquisa foi provinda de uma universidade pública de João Pessoa, especificamente no curso de Licenciatura em Pedagogia, modalidade presencial, no Campus I da UFPB, no período de 2010 a 2015.

Nosso primeiro objetivo, buscou conhecer o perfil socioeconômico dos alunos que abandonaram o curso, e, entre os achados, evidenciou-se que (79%) do público alvo, é do sexo feminino, são jovens com a faixa etária entre 21 a 27 anos, (44%) são casados, a instrução de seus pais (81%) não possuem o ensino fundamental completo, são provindos de escola pública, o desempenho antes de entrar na universidade foi considerado regular, fizeram cursinho pré-vestibular, não tiveram dificuldades em ingressar no curso, a escolha do curso foi pela facilidade no ingresso através do PSS. Quanto aos resultados da pesquisa com relação as causas da evasão no curso de Pedagogia, modalidade presencial da UFPB, no período de 2010 a 2015 apontaram que, 28% são referentes a fatores internos e (72%) aos fatores externos.

Apesar da maior quantidade de causas pertencer aos fatores externos a instituição, vale ressaltar que, a causa com maior repercussão da evasão no curso de Pedagogia, está ligada ao fator interno, na modalidade comportamental em que 19% dos respondentes da pesquisa, apontaram problemas com o professor e disciplina, em seguida aos fatores externos, 16% evadiram na busca de novas perspectivas profissionais (mudaram de curso em outra IES), 14% alegaram ser infraestrutura inadequada, não identificação com o curso e conciliar trabalho e estudo; 12% dificuldades de acesso, falta de tempo e problemas familiares; 9% suporte acadêmico, falta de recursos financeiros, não reconhecimento do abandono e trancamento como evasão e curso sem prestígio; 7% apontaram a greve e pouca oportunidade de trabalho; 5% problemas de transferência, possui outra graduação, responsabilidade no sustento da família e curso não ajuda intelectualmente e 2% dos alunos apontaram: falta de investimento no curso, falta de segurança, tempo de extenso de conclusão do curso, trancamento total do curso, dificuldades em assimilar conteúdos, dificuldades em realizar os trabalhos, complicação na gravidez, saúde mental, opção entre sonho e trabalho, aula chata, único homem na sala, diferença de idade, falta de motivação,

razões pessoais e desinteresse pelo curso.

Quanto as dificuldades e facilidades vivenciadas pelos alunos durante a permanência dele no curso, o resultado nos mostra que há semelhança entre os questionários e entrevistas. Observamos que poucos alunos utilizaram os recursos que a universidade possui. Constatou-se também, falta de conhecimento das normas internas do curso por parte dos alunos e também de alguns funcionários que trabalham na instituição.

No último tópico da nossa pesquisa, os participantes apontaram sugestões, que possam amenizar a evasão no curso de Licenciatura em Pedagogia, modalidade presencial, do *Campus I*, da UFPB. Conforme anunciado no quadro 11, constam todas as sugestões apontadas pelos participantes da pesquisa, mas fizemos uma síntese das principais sugestões separadas pelos fatores internos e externo à instituição, conforme abaixo:

Fatores Internos

- Comprometimento e motivação por parte de alguns professores;
- Aulas mais dinâmicas
- Desenvolver recursos para fins de ensino e aprendizagens, realizando para todos os alunos, professores e funcionários palestras motivacionais que ajude no combate aos preconceitos, mas que priorizem alunos ingressantes do primeiro período, retorno pós greve e os com diferença de idade e sexo;
- Flexibilizar as burocracias internas com relação às transferências;
- Apoio aos alunos que trabalham, reservando e aumentando a quantidade de vagas das disciplinas a serem ofertadas e assim, permitir ao aluno mudar de turno, para que não haja choque de horário entre as disciplinas, no trabalho do aluno e seu estudo;
- Avaliar melhor os alunos que serão chamados através da segunda opção e melhor distribuição na quantidade de vagas ofertadas para o curso;
- Mais segurança;
- Conscientização por parte dos professores em divulgar a importância do curso e do profissional de Pedagogia;
- Reformular o conteúdo programático das disciplinas ou o PPC na reformulação da grade curricular para que amplie o campo de trabalho do

Pedagogo, não se restringindo em lecionar somente no ensino das primeiras séries do ensino fundamental;

- Salas com mais estrutura melhorando toda a infraestrutura;
- Melhor didática apresentada;
- Desenvolver recursos para fins de ensino e aprendizagens e mostrar as oportunidades no mercado de trabalho para o pedagogo, que não se limita apenas em sala de aula.

Fatores externos

- Aumentar o salário do professor;
- Ser melhorado toda a infraestrutura da UFPB.

Como os objetivos de todo trabalho científico, visam contribuir com o mundo acadêmico e alcançar a sociedade como um todo. Mediante da realidade exposta em nossa pesquisa, sobre a evasão, almejamos que outros pesquisadores da instituição pesquisada e também em nível nacional, sejam aguçados a aprofundar mais no tema, em cursos diferentes, com intuito em auxiliar as instituições e a sociedade a conhecer o fenômeno que é a evasão, e buscar estratégias para amenizar os prejuízos que vem assolando em todo meio educacional.

REFERÊNCIAS

ADACHI, A. A.C.T . Evasão e evadidos nos cursos de graduação da universidade federal de minas gerais, Belo Horizonte/|MG, 2009. Disponível em <http://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/167.pdf>, acessado em 04/03/2017 às 14:52hs.

ALMEIDA, O. Evasão em cursos a distância: análise dos motivos de desistência, 2008. Disponível em: < www.abae.org.br/congresso2008/tc/552008112738PM.pdf > Acesso em: 25 de Junho de 2014.

ANDERSON, E. Chip: Influência das forças na persistência do estudante e realização. San Francisco-London: Jossey-Bess Publishers, 1987.

ANDRIOLA, W. B.. Evasão discente na Universidade Federal do Ceará (UFC): proposta para identificar suas causas e implantar um Sistema de Orientação e Informação (SOI). Ensaio. Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 40, p. 332-347, 2004

ASSIS, C. F. Dissertação: Estudo dos Fatores que Influenciam a Evasão de Alunos nos Cursos Superiores de Tecnologia de uma Instituição de Ensino Superior Privada. Pedro Leopoldo/Mg, 2013.

ÁVILA R . C. Estudantes de camadas populares e o ingresso na vida universitária. R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 92, n. 232, p. 757-764, set./dez. 2011. Acessado em 29/11/2017 às 8:32 <file:///C:/Users/angelita/Desktop/resenha%20rebeca%20contrera%20ávila.pdf>

BARDIN, J. L'Ére logique, Laurence. Análise de Conteúdo. Paris: Robert Laffont, Edições 70, Lda, 1977.

BAGGI, C. A. S.; LOPES, D. A. Evasão e Avaliação Institucional no Ensino Superior: Uma Discussão Bibliográfica. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2011.

BLAZUS, C. A. Sistema de fatores que influenciam o aluno a evadir-se dos cursos de graduação na UFSM e na UFSC: um estudo no curso de Ciências Contábeis. Orientador: Nelson Colossi. 2003. 190 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Departamento de Engenharia da Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

BORGES, P. MEC e Universidades Estudam Planos para Combater Evasão, Brasília, 2012. Acessado em 15/07/2015, disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/mec-e-universidades-estudam-planos-para-combater-evacao/n1597622390779.html>>.

BRANCO, U. V. C. FARIAS, M. S. B. Políticas de Expansão na Educação Superior: o Reuni na UFPB sob a ótica de Coordenadores e Professores. Anais do XXII Seminário Nacional Universitas/Br, 2014. Disponível em: <http://universitas.ce.ufrn.br/ANAIS_DO_XXII_SEMINARIO_NACIONAL_UNIVERSI

TAS .pdf>

_____, U. V. C. e JEZINE E. A Expansão da (na) UFPB: avaliando o REUNI (2008 a 2012), Revista Temas em Educação, João Pessoa, v.22, n.2, p. 60-82, jul-dez. 2013. Disponível em:
<http://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/viewFile/17780/10145>

BRASIL. Constituições Brasileiras: 1824. vol. I. 1891. vol. II. 1934. vol. III. 1937. vol. IV. 1946. vol. V. 1967. vol. VI. 1988. vol. VII. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001a-f, 2003.

_____. COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS SOBRE A EVASÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS: Diplomação, Retenção e Evasão nos cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas (SESu/MEC - ANDIFES – ABRUEM), 1997. Disponível em:
<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001613.pdf>>

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Parecer CEB 011/2000.

_____. Resolução 196, trata dos princípios éticos da pesquisa envolvendo seres humanos. Cadernos de Ética em Pesquisa, Brasília, DF: CONEP, v.1, n.1, julho/1998.

_____. Decreto nº 5.773, de 2006 - Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em:
<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>. Acesso em: julho/2017

_____. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 - Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: janeiro/2017.

_____. MEC - Cadastro de Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>

_____. MEC/SESU. Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras. Brasília: ANDIFES/ABRUEM/SESU/MEC. 1997.

_____. A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014. [Brasília]: MEC/SeSU, 2014. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro2014-pdf>>. Acesso em: 02 mar 2017.

_____. Censo da Educação Superior, disponível em:
<<http://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard>>, acessado em 1_

_____. Resolução 196, trata dos princípios éticos da pesquisa envolvendo seres humanos. Cadernos de Ética em Pesquisa, Brasília, DF: CONEP, v.1, n.1, julho/1998.

BRUNS, M.A.T. Evasão Escolar: Causas e Efeitos Psicológicos e Sociais, 1985. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Psicologia Educacional. São Paulo. Universidade Estadual de Campinas, 1985.

CASTRO, L.P.V. MALACARNE, V. Evasão Escolar: Um estudo nas Licenciaturas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. *Campus Cascavel*. Seminário de Pesquisa do PPE. Maringá. 13 f. p. 1-13, 2011.

CHAVES, Vanessa de Souza. Evasão nos Cursos de Graduação em Física, Matemática e Química da UFRN, 2016, Natal-RN. Disponível em <file:///C:/Users/angelita/Desktop/Dissertao_Vanessa_Chaves_Final.pdf>: Acessado em 10/06/2017 às 00:18hs.

COULON, A. A Condição de Estudante: A entrada na Vida Universitária. Editora EDUFBA, Salvador – BA, p. 278, 2008.

CNE - Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno PROJETO 914BRZ1142.3 CNE/UNESCO – “Desenvolvimento, aprimoramento e consolidação de uma educação nacional de qualidade”. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15885-educacao-profissional-tecnologica-produto-1-pdf&category_slug=junho-2014-pdf&Itemid=30192>. Acessado em 14/12/2016, às 21:24,

Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras ANDIFES/ABRUEM/SESu/MEC, outubro de 1996. Disponível em: ,http://www.andifes.org.br/wpcontent/files_flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf>, acessado em 04/03/2017 às 14:36hs.

CUNHA, L. A. A reforma da Universidade Brasileira Vista de Dentro. Educação e Sociedade, São Paulo, n. 15, p. 75-88, agosto, 1983.

CUNHA, L. A. A gratuidade no ensino superior público: da proibição à garantia constitucional. In: VELLOSO, J. (org.) Universidade pública: política, desempenho, perspectivas. Campinas: Papyrus, 1991. p. 31-55.

FÁVERO, M. L. A. Vinte e cinco anos de reforma universitária: um balanço. In: MOROSINI, M. C. (Org.) Universidade no Mercosul. São Paulo: Cortez, 1994, p 149-177.

FIALHO, M.G.D. A evasão escolar e a gestão universitária: o caso da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

GAIOSO, N. P. L. O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2005.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, Alberto Albuquerque. Evasão e evadidos: o discurso dos ex-alunos sobre evasão escolar nos cursos de licenciatura. 1998. 203 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 1998. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/102247>>.

JEZINE, E. M. Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Estado, Sociedade e Extensão Universitária: desafios no contexto da globalização. 2006.

KIRA, L. P. (1998). A evasão no ensino superior: o caso do curso de pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (1992 – 1996). Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Metodista de Piracicaba, 106 p.

LIMA, E. MACHADO, L. A evasão discente nos cursos de licenciatura da Universidade Federal de Minas Gerais, 2014. Disponível em <file:///C:/Users/angelita/Downloads/2801-25197-1-PB.pdf>, acessado em 21/03/2017, 09:37hs

LOBO, M.B.C.M. Panorama da Evasão no Ensino Superior file:///C:/Users/angelita/Downloads/2801-25197-1-PB.pdf Brasileiro: Aspectos gerais das causas e soluções, São Paulo, 2012.

MARCONI, M. A. LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, C. B. N. Evasão de Alunos nos Cursos de Graduação em uma Instituição de Ensino Superior disponível em: http://www.fpl.edu.br/2013/media/pdfs/mestrado/dissertacoes_2007/dissertacao_cleidis_beatriz_nogueira_martins_2007.pdf. Acessado em 15/11/2016.

MOEHLECKE, S. Avaliação Institucional no Ensino Superior: como acompanhar a trajetória dos estudantes de graduação, 2007. Disponível em: < www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/401.pdf > Acesso em: 21 de Junho de 2014.

MOROSINI, M. C. CASARTELLI, A. O. SILVA, A. C. B. SANTOS, B. S. SCHIMITT, R. E. GESSINGER, R. M. Avaliação da evasão na Educação Superior no Brasil: uma análise da produção de conhecimento nos periódicos Qualis entre 2000-2011. Disponível em: http://www.alfaguia.org/www-alfa/images/ponencias/clabes/ST_1_Abandono/12_MorosiniM_Abandono_ESBrasil.pdf, acessado em 07-04-2017 às 13:46hs.

PEREIRA, J. T. V. Uma contribuição para o entendimento da evasão: Um estudo de caso: UNICAMP. Revista Avaliação, Campinas, SP, v., n. 2, p. 23-32, julho 1995.

PEREIRA, J. A. S. Políticas de Cotas nas Universidades: efetivação tardia dos direitos humanos, Rio de Janeiro, 2007.

POLYDORO, S. A. J. O trancamento de matrícula na trajetória acadêmica do universitário: concepções de saída e de retorno à instituição. Orientador: Dra. Elizabeth N. G. S. Mercuri. 2000. 175 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

PRADANOV, C. C. & FREITAS, E.C. Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REGRAS DA ABNT atualizada em 2016. Acessado em 14/12/2016 às 21:06hs, disponível em: <http://www.mundodastribos.com/regras-abnt-atualizadas-2013.html>

RESUMO TÉCNICO – INEP. Censo da Educação Superior (2014). Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2014/resumo_tecnico_cens

o_educacao_superior_2014.pdf, acessado em 27-04-2017 às 22:26hs.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.

RISTOFF, D. I. Considerações sobre evasão. In: RISTOFF, D. I. Universidade em Foco: reflexões sobre a educação superior. Florianópolis: Insular, 1995. p. 119-129.

SANTOS, Priscila Kohls. Evasão na Educação superior: Uma análise a partir de publicações na ANPED E CAPES (2000 A 2012).

SAVIANI, Dermeval. A Nova Lei da Educação: LDB, Trajetórias, limites e perspectivas. 12 ed. Revista – Campinas, SP: Autores Associados, 2011. – (Coleção educação contemporânea). Plano de Desenvolvimento da

SCALI, D. F. Evasão nos Cursos Superiores de Tecnologia: a percepção dos estudantes sobre seus determinantes. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

SILVA FILHO, R. L. L. E; MOTEJUNAS, P. R.; HIPÓLITO, O.; LOBO, M. B. C. M. A evasão no ensino superior brasileiro. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 641-659, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0737132.pdf>>. Acesso em: 14 de dezembro de 2016. às 13:39hs.

SILVA, G. S. Retenção e Evasão no Ensino Superior no Contexto da Expansão: O caso o curso de Engenharia de Alimentos da UFPB, João Pessoa, 2016.

Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação, Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>, acessado em 04/03/2017 às 10:54hs.

SOTERO, V. L. Evasão nos Cursos de Licenciatura: A Visão de Alunos Desistentes, São Paulo, 2014. Disponível em <<file:///C:/Users/angelita/Desktop/Dissertação%20%20Valéria%20Lima%20Sotero.pdf>>, acessado em 14 de dezembro de 2016 às 20:12hs.

TINTO, V. Dropout from Higher Education: A Theoretical Synthesis of Recent Research. Washington, Review of Educational Research, v. 45, n. 1, p. 89-125, inverno, 1975. Disponível em: <<http://rer.sagepub.com/content/45/1/89.full.pdf+html>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

_____. Leaving College – Rethinking the Causes and Cures of Student Attrition. 2. ed. Chicago: The University of Chicago, 1993.

UFPB – Universidade Federal da Paraíba, Conselho Superior de Ensino, Pesquisa Extensão – CONSEPE - Resolução nº 64/2006. Disponível em: <<http://www.ce.ufpb.br/ce/contents/menu/ensino-pesquisa-e-extensao/graduacao>> Acessado em 01/12/2017 às 19:12hs

VELOSO, Telma Cristina.; ALMEIDA, Ester Pereira. Evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, campus universitário de Cuiabá: um processo de exclusão. ANPEd. Caxambu, 2001. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/24/T1142041450508.doc> >. Acesso em: 22 de

novembro de 2016.

VITELLI, R. F.; FRITSCH, R. Um estudo sobre a evasão da graduação na *Unisinos*. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO: “EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS SUJEITOS (DES)CONECTADOS?”, 6., 2009, São Leopoldo. Anais... São Leopoldo, UNISINOS, 2009.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Tradução de Daniel Grassi. 3. ed. Porto Alegre: *Bookman*, 2005.

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) ex-aluno (a) do Curso de Licenciatura em Pedagogia

Estamos desenvolvendo a Dissertação de Mestrado realizada no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – Mestrado Profissional, da Universidade Federal da Paraíba, sob o título “Ensino Superior, Expansão e Evasão: O Caso do Curso de Licenciatura em Pedagogia (presencial) da UFPB – *CAMPUS I*”, orientada pela Prof.^a. Dr.^a. Maria da Salete Barboza de Farias. Este estudo tem como objetivo, analisar os fatores que provocam a evasão no ensino superior no Curso de Licenciatura em Pedagogia, modalidade presencial, no *Campus I*, João Pessoa, da UFPB. Aproveitamos para informar que a pesquisa está inserida também no Grupo de Estudo GEES/Universitas/BR.

Neste sentido, você está sendo convidado/a a responder às perguntas deste questionário de forma totalmente voluntária. A informação recolhida é de caráter estritamente confidencial e servirá unicamente para este estudo de cunho qualitativo. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento.

Ciente dos objetivos da pesquisa expresso aqui o meu consentimento.

☐ aceito participar da pesquisa

☐ não aceito participar

I. DADOS PESSOAIS

1 Sexo

☐ masculino ☐ feminino

2 Idade

☐ 21 a 27 anos ☐ 28 a 34 anos ☐ 35 a 41 anos ☐ 42 a 48 anos
☐ 46 a 50 anos ☐ mais de 50 anos

3 Estado Civil

☐ solteiro(a) ☐ casado(a) ☐ separado(a) / divorciado(a) ☐ outro

4 Tem filhos?

☐ sim ☐ não, se sua resposta por “sim”, quantos filhos? _____ .

5 Qual é sua renda familiar?

- ☐ De 1 a 2 salários mínimos ☐ De 5 a 6 salários mínimo
☐ De 3 a 4 salários mínimos ☐ outro

6. Instrução da Mãe

- ☐ Pós-graduação ☐ ensino superior incompleto
☐ ensino superior completo ☐ ensino médio incompleto
☐ ensino médio completo ☐ ensino fundamental incompleto
☐ ensino fundamental completo
☐ não frequentou escola

7 Instrução do Pai

- ☐ Pós-graduação ☐ ensino superior incompleto
☐ ensino superior completo ☐ ensino médio incompleto
☐ ensino médio completo ☐ ensino fundamental incompleto
☐ ensino fundamental completo
☐ não frequentou escola

II - ACESSO A INSTITUIÇÃO

8. Seu ingresso no curso de Licenciatura em Pedagogia (presencial) foi por:

- ☐ 1° opção ☐ 2° opção

9. Estudou em que tipo de escola:

- ☐ pública ☐ privada ☐ pública e privada

10. Como você avaliaria seu desempenho acadêmico antes de entrar na UFPB?

- ☐ Péssimo ☐ ruim ☐ regular ☐ bom ☐ ótimo
☐ excelente

11. Considerando o processo de formação na escola básica, você já foi reprovado (ano)?

- ☐ Sim ☐ Não

12. Antes de ingressar na Educação Superior, estudou em cursinho pré-vestibular?

- ☐ Sim ☐ Não

13. Você tem outra formação de nível superior?

- ☐ Sim ☐ Não

14. Você teve dificuldades de ingressar no Curso de Pedagogia?

- ☐ Sim ☐ Não

15. Se sua resposta for “sim” quais foram as maiores dificuldades?

- ☐ indecisão na escolha do curso ☐ reprovação no processo seletivo
☐ falta de interesses por cursos superiores ☐ ter que trabalhar
☐ questões familiares ☐ outros,

Qual (is)?

16. Qual(is) foi(ram) seu(s) critério(s) para escolha do curso?

- ☐ facilidade no ingresso ☐ identificação pelo curso ☐ mercado de trabalho
☐ obter a formação superior ☐ outros,

Qual (is)?

17. O seu ingresso no curso foi por meio de quais políticas de acesso:

- ☐ Processo Seletivo de Transferência Voluntária – PSTV
☐ Exame Nacional do Ensino Médio ENEM
☐ Processo Seletivo Simplificado – PSS
☐ Vestibular
☐ Modalidade de ingresso por reserva de vagas – MIRV
☐ Outro.

III. PERMANÊNCIA NA INSTITUIÇÃO

18. Quanto tempo você permaneceu na instituição/no curso?

19. Durante o período de permanência na instituição, quais foram as suas principais dificuldades? Marque de 1 a 10 considerando a nota maior o item que está associado a sua maior dificuldade.

- ☐ Dificuldades de ordem financeira
☐ Dificuldades pela falta de apoio financeiro da instituição
☐ Dificuldades de conciliar trabalho e estudo
☐ Dificuldade no aprendizado: metodologia do professor
☐ Dificuldades no aprendizado: assimilação nos conteúdos
☐ Dificuldades no aprendizado: pelo déficit na leitura e escrita
☐ Dificuldades no acesso aos recursos didáticos
☐ Dificuldades em habituar-se no meio acadêmico, no que se refere ao conhecimento, crenças, artes, moral, costumes etc.
☐ Dificuldades com a infraestrutura inadequada
☐ Dificuldades em concordar com os princípios ideológicos do curso
☐ Dificuldades com a falta de engajamento dos professores com os princípios ideológicos no curso.
☐ Dificuldades pela falta de programas acadêmicos para a potencialização da formação
☐ Dificuldades emocionais como temperamento, personalidade e motivações
☐ Dificuldades motora, auditiva e visual
☐ Dificuldades na falta da motivação financeira e emocional da família
☐ Dificuldade de aprendizagem

20. Dentre os serviços que a UFPB oferece, quais são o (s) que você utilizou?

- | | | |
|--|---|--|
| ☐ restaurante universitário | ☐ residência universitária | ☐ auxílio creche |
| ☐ auxílio transporte | ☐ auxílio moradia | ☐ bolsa permanência |
| ☐ estudante com deficiência | ☐ apoio em eventos | ☐ outro |
| ☐ nenhum | | |

21. Em que o apoio recebido contribuiu lhe ajudou?

Explicite? _____

IV. SAÍDA DO CURSO (EVASÃO)

22. Você deixou o curso em qual período? _____

23. Relacione as principais causas que contribuíram para você deixar/abandonar o curso?

24. Marque o(s) período(s) do curso que você encontrou maiores dificuldades?

- ☐ 1º ☐ 2º ☐ 3º ☐ 4º ☐ 5º ☐ 6º ☐ 7º ☐ 8º ☐ 9º ☐ 10º

25. Que sugestões você indica para diminuir os problemas do abandono/evasão no curso de Pedagogia?

26. Na sua opinião o que contribui para o estudante não concluir o curso?

